



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Curso: Comunicação Social - Jornalismo

De paladino da ética a serviçal

Uma análise de enquadramento da figura de Demóstenes

Torres nas revistas Veja e Época

Mateus Lara de Souza Barbosa

Brasília - DF, Julho de 2013



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Curso: Comunicação Social - Jornalismo

De paladino da ética a serviçal

Uma análise de enquadramento da figura de Demóstenes

Torres nas revistas Veja e Época

Mateus Lara de Souza Barbosa

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Liziane Soares Guazina

Brasília - DF, Julho de 2013



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Curso: Comunicação Social - Jornalismo

Membros da Banca Examinadora

Prof. Dra. Liziane Soares Guazina

Orientadora

Prof. Dra. Thaís de Mendonça Jorge

Membro

Prof. Dra. Zélia Leal Adghirni

Membro

Prof. Dra. Elen Cristina Gerales

Membro Suplente

Ao Único digno de receber toda a
honra glória e louvor eternamente

Agradecimentos

A Deus, que me encontrou quando não o procurava e, a despeito de minha natureza, tomou sobre si o juízo que a mim era destinado.

Aos meus pais, Carlos e Suzana, pelos sacrifícios e por cada dia trabalhado para me oferecer condições cada vez melhores para viver e estudar. Por cada conselho e advertência e pelo apoio jamais ausente.

À minha namorada, Francine, pelo carinho, auxílio, suporte e motivação para seguir em frente mesmo quando minha mente já se cansava.

À minha orientadora, professora Liziane Guazina, pelos conselhos, ensino e, acima de tudo, paciência diante de minhas falhas no cumprimento de prazos.

Aos sempre solícitos colegas de Senado, pelo apoio demonstrado sempre que precisei sair mais cedo ou chegar mais tarde para assistir às aulas ou trabalhar nesta monografia.

Aos amigos da CDV, pelos ensaios remarcados e pelo desafogo emocional que somente as mais idiotas brincadeiras conseguem proporcionar.

A todas as orações e palavras de encorajamento, que me fizeram entender mais sobre como é bom e agradável viver em união. Neste ponto, um agradecimento especial ao pastor Weber, por, semana após semana, reforçar suas orações, mesmo quando nem eu mesmo as fazia.

A todos os professores, monitores e colegas que fizeram parte de minha trajetória acadêmica e tornaram tão singulares e transformadores cada um dos quatro anos e meio desfrutados aqui na Universidade de Brasília.

RESUMO

Neste trabalho, buscamos realizar uma análise comparativa de enquadramento para compreender de que forma se deu o desgaste da imagem pública do senador Demóstenes Torres nas revistas Veja e Época após a deflagração do escândalo das relações entre o senador e o empresário Carlinhos Cachoeira. Para isso, analisamos, por meio da análise de conteúdo e de enquadramento, 11 reportagens que envolviam o caso, trazendo Demóstenes Torres como personagem principal, no período entre 02 de março de 2012 e 18 de julho de 2012, tempo que compreende desde as primeiras denúncias até a cassação do senador. Na análise, identificamos quais foram os enquadramentos atribuídos ao senador nas matérias e como esses enquadramentos foram utilizados para mostrar o desgaste de sua imagem. Foi constatado que a cobertura dos veículos analisados se organizou em termos de duas características principais: a contraposição das figuras de Demóstenes antes e depois do escândalo e a exploração e categorização de suas relações com Cachoeira.

Palavras-chave: Enquadramento, Imagem Pública, Escândalo, Demóstenes Torres.

ABSTRACT

This work aims to realize a framing analysis to understand how did the deterioration of ex-senator Demóstenes Torres' public image on the magazines *Veja* and *Época* after the Discovery of the scandal concerning the relations between the ex-senator and Carlinhos Cachoeira. To accomplish that purpose, we had the technique of Framing and Content Analysis used as tool. We analyzed 11 stories involving the case which brought Demóstenes Torres as its main character between 02/03/2012 and 18/07/2012. This period starts with the first accusations involving Demóstenes and finishes with the loss of his senate mandate. On the analysis, we've identified which were the main frames given to the senator on the stories and how were those framings used to show the deterioration of his image. It was evidenced that de magazines covering organized itself in two main particularities: the counter position of Demostenes' image before and after the scandal and the exploration of his relationship with Cachoeira.

Keywords: Framing, Public Image, Scandal, Demóstenes Torres

LISTA DE ABREVIATURAS

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DEM – Partido Democratas

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PF – Polícia Federal

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	65
TABELA 02	66
TABELA 03	66
TABELA 04	67

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01	75
GRÁFICO 02	75
GRÁFICO 03	76
GRÁFICO 04	77
GRÁFICO 05	77

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
JUSTIFICATIVA	14
2 – QUEM É QUEM.....	21
2.1 – DEMÓSTENES, “O PALADINO DA ÉTICA”	21
2.2 - CARLINHOS CACHOEIRA	24
2.3 – A REVISTA VEJA	25
2.4 – A REVISTA ÉPOCA	29
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	31
3.1 - A IMAGEM PÚBLICA	31
3.2 - O CAMPO POLÍTICO E O PODER SIMBÓLICO	36
3.3 - O ESCÂNDALO E ESCÂNDALO POLÍTICO	42
3.3.2 - <i>O Escândalo Político Midiático</i>	46
3.4 – ENQUADRAMENTO	48
3.4.1 – <i>Sistematização</i>	52
3.4.2 – <i>As controvérsias interpretativas</i>	54
3.5 – ANÁLISE DE CONTEÚDO	55
4. METODOLOGIA.....	59
4.1 – DEFINIÇÃO DO PERÍODO E DOS VEÍCULOS PARA ANÁLISE.....	59
4.2 – SELEÇÃO DAS REPORTAGENS.....	60
4.3 – PRIMEIRA ANÁLISE: UM PLANO GERAL.....	61
4.4 – SEGUNDA ANÁLISE: OS ENQUADRAMENTOS	62
5 – ANÁLISE DOS RESULTADOS	65
5.1 - PLANO GERAL.....	65

5.2 - OS ENQUADRAMENTOS	69
5.2.1 – Enquadramento “dupla identidade”	71
5.2.2 – Enquadramento “falso moralista”	72
5.2.3 – Enquadramento “amigo do contraventor”	73
5.2.4 – Enquadramento “parceiro de Cachoeira”	74
5.2.5 – Enquadramento “serviçal de Cachoeira”	74
5.3 - A DESCONSTRUÇÃO	79
5.3.1 – “DUPLA IDENTIDADE” E “FALSO MORALISTA”: CONTRAPONDO AS IMAGENS DE DEMÓSTENES TORRES	80
5.3.2 – RELAÇÃO CACHOEIRA-DEMÓSTENES: AMIZADE?	83
5.3.3 – RELAÇÃO CACHOEIRA-DEMÓSTENES: PARCERIA?	85
5.3.4 – RELAÇÃO CACHOEIRA-DEMÓSTENES: SUBMISSÃO?	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
ANEXOS	97
ANEXO 01: MODELO DE FICHA DE ANÁLISE	98
ANEXO 02: REPORTAGENS ANALISADAS	99

1. Introdução¹

No dia 11 de julho de 2012, com 56 votos favoráveis, 19 contrários e 5 abstenções, Demóstenes Torres tornou-se o segundo senador a ter seu mandato cassado no Brasil. Ele foi acusado de utilizar o mandato parlamentar em favor de interesses do empresário Carlinhos Cachoeira, empresário envolvido na exploração ilegal de máquinas caça-níqueis em Goiás e na periferia de Brasília. O processo que culminou na cassação do senador começou no dia 2 de março do mesmo ano, quando reportagem da *Época.com* divulgou escutas telefônicas de Carlinhos Cachoeira interceptadas pela Polícia Federal que davam conta que Demóstenes teria recebido um fogão e uma geladeira de presente do empresário.

O assunto não se limitou a apenas uma matéria na *Época*. A cada dia surgiam novos trechos de ligações que revelavam que a relação entre os dois ia além do âmbito pessoal, ao contrário do que argumentara Demóstenes em discurso no Plenário do Senado realizado 4 dias após a veiculação da primeira denúncia. Com as novas informações, seguiam-se novas reportagens que, aliadas à criação da CPI do Cachoeira, que buscava investigar as atividades ilícitas do empresário, desgastaram a imagem de Demóstenes, até a sua cassação.

Apesar do grande número de escândalos de corrupção surgidos nos últimos anos, o caso de Demóstenes Torres é singular por se tratar de um parlamentar visto

¹ As informações da introdução foram coletadas principalmente de reportagens que refaziam a cronologia do caso de Demóstenes Torres publicadas após sua cassação. Destacam-se entre elas os resumos elaborados pelo portal G1 (disponíveis em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/07/plenario-do-senado-cassa-mandato-de-demostenes-torres.html> e <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/07/veja-trajetoria-do-senador-cassado-demostenes-torres.html>) e pelo portal rede de escândalos da revista Veja (disponível em: <http://veja.abril.com.br/infograficos/rede-escandalos/perfil/demostenes-torres.shtml>). Também fizemos uso da biografia de Demóstenes Torres no portal do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>)

e apontado pelos meios de comunicação como um baluarte da ética no Congresso Nacional. Com seus discursos sempre afiados em direção a colegas acusados de corrupção e atuação forte, tendo presidido a Comissão de Constituição e Justiça do Senado e liderado movimentos de moralização da Política, como a Lei da Ficha Limpa², ele era um dos poucos senadores que se destacavam em meio à visão amplamente negativa da opinião pública para com o Senado. Até o ano de 2011, sempre esteve entre os finalistas da categoria de melhor senador do Prêmio Congresso em Foco, prêmio no qual jornalistas políticos escolhem os parlamentares que mais se destacaram no ano. Em 2009 e 2010, foi escolhido pelos jornalistas do mesmo prêmio o parlamentar que mais se destacou no combate à corrupção³ e em 2011 foi escolhido o guardião da segurança jurídica na Casa.

Dada essa característica, o escândalo que desencadeou a cassação do senador Demóstenes Torres tornou-se mais significativo, em nosso ponto de vista, pois gerou uma desconstrução da imagem pública "do bem" que Demóstenes representava na época anterior ao escândalo. A intenção deste trabalho é justamente analisar a cobertura noticiosa do caso nas revistas Veja e Época e compreender de que forma se deu a desconstrução da figura do parlamentar a partir das denúncias, resultando em sua cassação.

² Sancionada no dia 4 de junho de 2010, a Lei Complementar nº. 135/2010, mais conhecida como Lei da Ficha Limpa, é fruto de um projeto de lei de iniciativa popular, o qual contou com mais de 1,3 milhões de assinaturas, segundo o portal da proposta na internet (disponível em: http://www.fichalimpa.org.br/index.php/main/ficha_limpa). A lei torna inelegível por 8 anos o político que tiver seu mandato cassado, renunciar para evitar a cassação ou for condenado por decisão de órgão colegiado. A íntegra da lei está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm.

³ O Prêmio Congresso em foco é composto de duas etapas: a escolha dos jornalistas participantes e a escolha do público. Apesar de Demóstenes não ter vencido o prêmio de combate à corrupção no voto popular, no voto dos jornalistas ele foi o parlamentar que mais recebeu indicações.

Justificativa

O estudo do escândalo político não é novo na comunicação, mas tampouco está esgotado. Não é necessária uma grande pesquisa para perceber que o escândalo constitui-se atualmente em uma das narrativas midiáticas preferidas dos meios de comunicação nacionais. Com pouco esforço é possível trazer à memória casos recentes de escândalos que ocuparam o noticiário nacional, como o Mensalão⁴, as denúncias que derrubaram ministros no início do governo Dilma⁵, o Mensalão do partido Democratas no Distrito Federal⁶ e o caso Demóstenes. Com esse grande número de escândalos surgindo continuamente nos meios de comunicação, cresce também a necessidade de procurar entender de que maneira se dá a relação entre a mídia e a política diante dessa realidade de profusão de escândalos nacionais.

⁴ Escândalo do Mensalão foi o nome pelo qual ficou conhecido o maior escândalo de corrupção do governo Lula, ocorrido ainda em seu primeiro mandato. Ele se iniciou em denúncia de corrupção nos Correios, divulgada pela edição 1905 da revista *Veja*, de 18/05/2005 e posteriormente por reportagem do *Jornal Nacional*, segundo a qual um funcionário do órgão foi flagrado recebendo propina. O escândalo deflagrou-se de vez em entrevista do ex-deputado federal Roberto Jefferson ao jornal *Folha de S. Paulo* na edição de 06/06/2005, na qual o ex-deputado denunciou a existência de um pagamento de propina por parte do PT para os parlamentares da base do governo em troca de apoio em votações de interesse. O caso gerou três CPIs diferentes no Congresso e resultou na cassação do mandato dos deputados Roberto Jefferson e José Dirceu, além de várias renúncias de parlamentares acusados. O julgamento do caso pelo Supremo Tribunal Federal foi realizado somente no ano passado e resultou na condenação de 25 envolvidos. Sobre a cronologia e desenvolvimento do caso do Mensalão, ver Guazina (2011) e Senne (2009). As sentenças dos acusados, assim como o placar das votações dos ministros do STF sobre o caso podem ser encontrados em infográfico produzido pelo portal da *Veja* na internet, disponível em: <http://veja.abril.com.br/o-julgamento-do-mensalao/> (último acesso em 22/06/2013).

⁵ O primeiro ano do governo da presidente Dilma Rousseff notabilizou-se pela queda de ministros de estado acusados de corrupção. Em 2011, foram 7 ministros demitidos, dos quais 6 foram por suspeita de envolvimento em casos de corrupção. A cronologia de cada caso está disponível no portal do jornal *Estado de S. Paulo* na internet: <http://www.estadao.com.br/especiais/os-ministros-que-cairam-durante-o-governo-dilma,146906.htm> (último acesso em 22/06/2013).

⁶ O mensalão do Dem recebeu esse nome devido à semelhança com o caso do governo Lula em 2005. Ocorrido no governo do Distrito Federal em 2009, o escândalo foi resultado de uma operação da Polícia Federal que identificou um esquema de pagamento de propina por parte do então governador do DF, José Roberto Arruda, a aliados e a cobrança de uma espécie de pedágio para empresas que buscavam contratos com o governo. O caso resultou na perda do mandato do então governador e até mesmo em sua prisão por um período. Um resumo do caso está disponível no portal R7 na internet: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/entenda-o-escandalo-do-mensalao-do-dem-20091214.html> (último acesso em 22/06/2013).

Consideramos o caso de Demóstenes como particular por dois aspectos: Somente uma vez antes um senador havia sido cassado pelos seus pares. No ano 2000, o senador Luiz Estevão foi acusado de envolvimento em desvio de verbas públicas na construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, conforme reportagem de 29/06/2000 do jornal Folha de S. Paulo, que faz uma retrospectiva do caso⁷.

O senador foi cassado por quebra de decoro parlamentar no dia 28/06/2000. Segundo o relato da matéria da Folha de S. Paulo do dia posterior à cassação⁸, a causa da perda do mandato foi o fato do ex-senador Luiz Estevão ter mentido no Senado ao dizer-se inocente em depoimento na CPI que investigava o caso.

O segundo aspecto que torna particular o caso do senador Demóstenes Torres é a reputação da qual o político gozava antes do surgimento das denúncias. Nos três anos que antecederam o escândalo, foi considerado pelos jornalistas que compõem o júri do prêmio Congresso em Foco o parlamentar que mais se destacava no combate à corrupção em 2009 e em 2011 escolhido uma das 100 personalidades brasileiras mais influentes pela revista Época (a mesma que divulgou a primeira matéria a respeito das denúncias contra o então senador), sendo descrito pela revista como um homem “com princípios e convicções”. Em reportagem da Veja na edição de 4 de julho de 2007, Demóstenes Torres é apresentado como um “mosqueteiro da ética”.

Torna-se, pois, relevante analisar de que forma se deu a desconstrução da figura pública de Demóstenes Torres por parte justamente daqueles que ajudaram a

⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1118340-antes-de-demostenes-so-luiz-estevao-havia-sido-cassado.shtml> (último acesso: 21/06/2013).

⁸ Edição de 29/06/2000, p.4. Disponível no acervo digital da Folha de S. Paulo em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/2000/06/29/2/#> (último acesso: 21/06/2013)

construí-la anteriormente e entender como a mídia lida com a derrubada das figuras que ela mesma ergueu.

Para esse fim, serão utilizados alguns conceitos como imagem pública (GOMES, 2004), escândalo político e escândalo político midiático (THOMPSON, 2002) e o conceito de enquadramento, a partir de autores como Porto (2002, 2004 e 2007), Entman (2004) e Tuchman (1976/1993, apud GUAZINA, 2011).

A análise enfatizará as notícias que trazem o senador Demóstenes Torres como personagem principal desde a data da primeira denúncia até a semana que sucedeu sua cassação.

Para melhor compreensão dos propósitos do estudo, vale uma definição inicial dos termos com os quais trabalharemos. O primeiro esclarecimento diz respeito à noção de escândalo político. Lowi (1988) define sucintamente o conceito como “a corrupção revelada” (LOWI, 1988, p.7 apud de SENNE, 2009, p.24). Para oferecer maior especificidade à essa compreensão, Thompson (2002) apresenta características necessárias para uma ação ser configurada em escândalo, sendo elas: a transgressão de certos valores ou normas morais, a revelação de um elemento que era oculto ou tratado como segredo, a desaprovação por parte de não-participantes (os quais podem sentir-se ofendidos pela transgressão), o fato dos não-participantes expressarem sua desaprovação e, por fim, o fato das revelações prejudicarem a reputação dos envolvidos (THOMPSON, 2002, p.40).

No que concerne os escândalos políticos, o autor os caracteriza como “lutas pelas fontes do poder simbólico em que a reputação e a confiança estão em jogo” (THOMPSON, 2002, p.296). O aprofundamento de alguns conceitos chave como o

poder simbólico e a reputação nos auxiliarão a melhor compreender essa definição. Isso será realizado mais a frente no trabalho, no Referencial Teórico.

Thompson descreve ainda um tipo específico de escândalo, sendo exatamente o tipo do caso aqui estudado, o escândalo político midiático. Segundo o autor, nos escândalos políticos midiáticos agrega-se à definição já apresentada dos escândalos políticos um tipo especial de apresentação, mediada pelos meios de comunicação. De modo que “a apresentação através da mídia, e o comentário na mídia não são características secundárias ou acidentais dessa forma de escândalo: elas são parte constitutiva deles” (THOMPSON, 2002, p.91).

Já o conceito de enquadramento torna-se ponto sensível deste trabalho, pois não existe uma definição conceitual consensual a respeito do termo (PORTO, 2002, p.4). Apesar desta aparente imprecisão, no entanto, é possível identificar alguns aspectos comuns a partir de estudos já realizados. Em Entman (1994), por exemplo, os principais aspectos são propostos da seguinte forma:

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1994, p. 294 apud PORTO 2002, p.8; *itálicos no original*; tradução de Porto, 2002)

Em geral, a análise de enquadramento é utilizada no estudo de coberturas de duração mais longa, com vistas a identificar um padrão a respeito de determinado tema (GUAZINA, 2011). Optou-se por sua utilização no caso estudado, porém, pelo fato de que, apesar da relativamente curta duração, a pesquisa compreendeu todo o

período do escândalo que envolveu o senador Demóstenes Torres, desde as primeiras denúncias, até sua cassação.

Tal como na definição de escândalo, o conceito de enquadramento encontra abordagens diferentes, mais abrangentes ou mais específicas do que a aqui apresentada. Por hora, porém, consideramos que essa noção é suficiente para a compreensão do objeto, pois mais detalhes e autores serão explicitados no Referencial Teórico.

O trabalho tem como objetivo principal elaborar uma análise comparativa de enquadramento para entender como foi feita a desconstrução da figura "do bem" de Demóstenes Torres nas revistas *Veja* e *Época*⁹ no período que vai da semana no dia 02 de março à semana do dia 11 de julho de 2012, data da cassação, que transformou aquele que era antes apresentado como defensor da ética, na figura de um político corrupto por parte das duas publicações.

Além disso, buscaremos também:

1. Identificar quais foram os enquadramentos dados ao senador e à situação em que ele se envolveu nas matérias das duas revistas;
2. Verificar quais elementos discursivos foram empregados pelas revistas no desgaste da imagem pública de Demóstenes;
3. Identificar qual foi a estrutura sequencial adotada na cobertura noticiosa das duas publicações analisadas.

⁹ O trabalho não teve como foco principal estudar diferenças de coberturas entre veículos de linhas editoriais diversas, mas sim analisar as coberturas das publicações de maior alcance nacional em termos de número de exemplares em circulação, resultando na escolha da *Veja* e da *Época*.

Nesta pesquisa, trabalharemos com a hipótese de que o prestígio e a boa imagem da qual o senador Demóstenes Torres gozava antes da deflagração do escândalo foi um fator preponderante na desconstrução da sua figura pública.

Para compor a amostra da pesquisa, foram selecionadas as matérias que traziam o senador Demóstenes Torres como personagem central em cada uma das publicações no período descrito, totalizando-se 11 reportagens, sendo 6 da revista Época e 5 da Veja.

Antes de entrarmos na análise das reportagens, no entanto, buscaremos reconstruir os caminhos da pesquisa oferecendo uma contextualização a respeito da imagem que Demóstenes detinha no período que antecedeu as denúncias, assim como um panorama da história das duas publicações analisadas e sua linha editorial. Esse será o conteúdo abordado no Capítulo 1.

Em seguida, no capítulo 2, partiremos em busca de um resgate teórico das matérias que envolvem o problema da pesquisa. Nessa etapa, discutiremos o escândalo político e iremos entender seu peso como fenômeno midiático, assim como suas causas e consequências. Abordaremos também os conceitos de imagem pública, campo político e a bagagem teórica que concerne o enquadramento midiático e a análise de conteúdo, a partir dos autores Wilson Gomes (2004), Bourdieu (1998), Porto (2002, 2004 e 2007) e Bardin (1977). No capítulo 3, serão descritos os procedimentos metodológicos utilizados para a seleção e análise do material.

Finalmente, no capítulo 4, realizaremos a análise propriamente dita da amostra e apresentaremos seus resultados. Nas **Considerações Finais**, faremos

uma breve recapitulação do trabalho e buscaremos discutir as conclusões trazidas pela análise do material.

2 – Quem é quem

Neste capítulo, buscaremos traçar brevemente um quadro da carreira política de senador Demóstenes Torres e dos aparecimentos do empresário Carlinhos Cachoeira na mídia a partir da cobertura jornalística dos portal G1, dos jornais Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo e das revistas Veja e Época (no período que antecede as primeiras denúncias a respeito do relacionamento entre os dois), assim como o contexto biográfico de cada um, utilizando a biografia do senador disponível no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas¹⁰.

O senador Demóstenes Torres e o empresário Carlinhos Cachoeira são os principais personagens nas reportagens analisadas. Faz-se, portanto, necessário contextualizar qual era a imagem que eles detinham antes de partir para a análise do desgaste que a descoberta das relações entre os dois teve para o exparlamentar. Será feito também um breve histórico das duas publicações que compõem o objeto deste trabalho para melhor compreendermos a linha editorial de cada uma na cobertura do caso

2.1 – Demóstenes, “o paladino da ética”

Demóstenes Lázaro Xavier Torres nasceu em Anicuns, no estado de Goiás, no dia 23 de janeiro de 1961. Formado em direito pela Universidade Católica de Goiás, especializou-se na área penal e aos 22 anos ingressou no Ministério Público de Goiás por meio de concurso público. Por duas vezes ocupou o cargo de procurador-

¹⁰ As matérias foram encontradas por meio de levantamento exploratório na internet. O período delimitado de busca foi de julho de 2008 a setembro de 2012. Foram utilizadas 12 matérias dos portais mencionados. O Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro está Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx> (último acesso em: 16/06/2013)

geral da Justiça; entre 1999 e 2002, foi secretário de segurança pública do estado de Goiás, conforme consta em sua biografia no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas.

No ano de 2002, filiado ao antigo PFL, elegeu-se senador pelo estado de Goiás recebendo mais de um milhão de votos. Durante o primeiro mandato, Demóstenes foi líder do Bloco Parlamentar da Minoria, formado pelo seu partido junto do PSDB e foi membro titular de várias Comissões Parlamentares de Inquérito, incluindo a do Mensalão. Em 2006, tentou eleger-se governador de Goiás, mas recebeu apenas 3,5% dos votos¹¹. Em 2007, já no Democratas, encabeçou a CPI dos Cartões Corporativos, que investigou o uso irregular de cartões corporativos durante o 2º Governo Lula, segundo biografia elaborada por sua assessoria de imprensa na rede social Flickr¹².

O ano de 2009 foi de especial destaque para Demóstenes Torres segundo a revista Época, que o colocou na lista dos 100 brasileiros mais influentes do ano¹³. Nesse ano, Demóstenes foi escolhido presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a mais importante do Senado¹⁴. Ele apresentou requerimento na Casa solicitando a abertura de um inquérito administrativo disciplinar contra o ex-diretor geral do Senado Agaciel Maia, envolvido no escândalo dos atos secretos e cobrou o

¹¹ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/resultado-da-eleicao-2006> (último acesso em: 16/06/2013)

¹² Disponível em: <http://www.flickr.com/people/demostenestorres2010/> (último acesso em: 16/06/2013)

¹³ Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EMI108920-17445,00.html> (último acesso em: 16/06/2013)

¹⁴ Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2009/03/04/demostenes-e-eleito-presidente-da-ccj-wellington-salgado-e-o-vice-presidente> (último acesso em: 16/06/2013)

afastamento do presidente do Senado José Sarney diante das denúncias contra ele no Conselho de Ética pelo mesmo caso¹⁵.

Em 2010, assumiu a relatoria do projeto da Lei da Ficha Limpa¹⁶, proposta de autoria popular que impede a eleição de políticos condenados na justiça e propôs a reformulação e endurecimento do Código Penal. Amparado principalmente na atuação ativa na defesa das duas matérias reeleveu-se senador no mesmo ano.

Membro oposição, Demóstenes fez da defesa da ética e do endurecimento das leis de combate ao crime suas principais bandeiras. Em suas ações e discursos não poupava os colegas acusados de corrupção. Subiu várias vezes à tribuna do Senado para pedir a cassação ou afastamento de políticos envolvidos em denúncias na mídia¹⁷.

O ex-parlamentar mantinha colunas no site Congresso em Foco e no Blog do Noblat¹⁸. Entre 2009 e 2011, foi sempre lembrado como o político que mais se destacava no combate à corrupção por parte dos jornalistas do júri do Prêmio Congresso em Foco. Em reportagem da edição de 4 julho de 2007 da revista Veja, intitulada “Os mosqueteiros da ética”, Demóstenes é apresentado como um dos mosqueteiros que defendem a ética no Congresso Nacional. Além de 2009,

¹⁵ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,senadores-pedem-para-demitir-ex-diretor-do-senado,392428,0.htm> (último acesso em: 16/06/2013)

¹⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/05/demostenes-sera-relator-do-ficha-limpa-na-ccj-do-senado.html> (último acesso em: 16/06/2013)

¹⁷ Entre os exemplos de vezes em que o senador foi à tribuna para criticar a outros políticos estão seu discurso contra o então presidente Lula em 11/10/2005 e 17/05/2005 e ao então presidente do Senado, José Sarney em 06/08/2009 e 25/06/2009. Os textos dos pronunciamentos encontram-se disponíveis no portal do Senado, em: http://www.senado.gov.br/atividade/pronunciamento/Consulta_Parl.asp?p_cod_senador=3399 (último acesso em: 16/06/2013)

¹⁸ No blog do Noblat, a última coluna de Demóstenes foi publicada pouco antes da deflagração do escândalo, em 29/02/2012 (disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2012/02/29/forcas-armadas-pesquisa-abandonadas-433897.asp>, último acesso em 30/06/2013). No portal do Congresso em Foco, ainda hoje Demóstenes encontra na página dos colunistas (Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/colunistas/>, último acesso em 30/06/2013), mas a última postagem data ainda de 2011.

Demóstenes foi escolhido pela Época também em 2011 um dos 100 brasileiros mais influentes¹⁹, sendo descrito pela mesma revista, na edição de 12 de dezembro de 2011, como um homem “com princípios e convicções”.

2.2 - Carlinhos Cachoeira

Para traçarmos este breve contexto biográfico do empresário Carlinhos Cachoeira, nos valem de reportagens que o traziam como personagem. Entre essas matérias, nos baseamos especialmente nas informações de retrospectiva do caso Cachoeira levantadas de forma exploratória junto ao portal Terra²⁰, e ao portal especial sobre escândalos da Veja²¹.

Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira é um empresário goiano envolvido no ramo de jogos de azar. Cachoeira surgiu no noticiário nacional pela primeira vez no ano de 2004, após a divulgação de um vídeo - gravado por ele mesmo em 2002 - no qual Waldomiro Diniz, que era assessor do então ministro da Casa Civil, José Dirceu, pede propina ao empresário. Segundo reportagem do portal G1²², de 29/02/2012, o, dinheiro seria para a campanha eleitoral do PT e do PSB no Rio de Janeiro. Em troca, Diniz prometia ajudar o empresário em uma concorrência pública carioca, ajuda esta que acabou não vindo.

A divulgação do vídeo levou à saída imediata de Waldomiro Diniz do Governo e resultou na Medida Provisória (MP 168/2004) que determinou o fechamento das casas de Bingo e a proibição das máquinas caça-níqueis no país. Conforme retrata

¹⁹ Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/vida/Especial/noticia/2011/12/epoca-100-os-brasileiros-mais-influentes-de-2011.html> (último acesso em: 16/06/2013)

²⁰ Disponível em: <http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/cronologia-do-caso-cachoeira/> (último acesso em 20/06/2013)

²¹ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/infograficos/rede-escandalos/perfil/carlinhos-cachoeira.shtml> (último acesso em 20/06/2013)

²² Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/02/entenda-envolvimento-de-cachoeira-em-escandalo-no-governo-lula.html> (último acesso em 20/06/2013)

Memória do jornal Folha de S. Paulo²³, em 2005 foi criada a CPI dos Bingos para investigar as relações entre Waldomiro Diniz e o empresário Carlinhos Cachoeira. O caso se tornou, segundo análise da coluna Radar Político do Estado de S. Paulo²⁴, o “inferno astral” do primeiro mandato do ex-presidente Lula.

Parcialmente esquecido com o fim da CPI dos Bingos, o empresário Carlinhos Cachoeira voltou às páginas dos jornais em fevereiro de 2012, ao ser preso pela Polícia Federal na Operação Monte Carlo²⁵. A investigação o apontava como o comandante de uma quadrilha que explorava o jogo ilegal no estado de Goiás. Das interceptações telefônicas obtidas na operação saíram as primeiras denúncias do relacionamento entre o senador Demóstenes e o contraventor²⁶.

2.3 – A revista Veja²⁷

Carro-chefe da editora Abril, a Veja nasceu em 1967, quando o empresário e jornalista Vitor Civita convidou o Mino Carta a criar uma revista semanal de informações segundo conta o próprio Carta (2003), a primeira edição, entretanto, não saiu até setembro do ano seguinte.

Inspirada principalmente nas revistas americanas *Time* e *Newsweek*, a Veja adotava formato diverso das outras revistas da época, como a revista Realidade. “A Realidade era uma revista mensal de reportagens, e a Veja teria de ser uma

²³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0502200810.htm>, (último acesso em 30/06/2013).

²⁴ Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/radar-politico/2012/04/13/relembre-cpi-dos-bingos-marcou-o-inferno-astral-do-primeiro-governo-lula/> (último acesso em 23/06/2013)

²⁵ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0502200810.htm> (último acesso em 23/06/2013)

²⁶ A primeira reportagem que falava do relacionamento entre os dois foi publicada no dia 02/05/2012 pelo portal da revista Época na internet. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2012/03/ligacoes-de-carlinhos-cachoeira-com-politicos.html> (último acesso em 23/06/2013)

²⁷ Na elaboração do histórico da revista Veja nos utilizamos de depoimento concedido por um de seus fundadores, Mino Carta, no livro “Eles mudaram a imprensa”. Utilizamos também estudos acadêmicos que tem a Veja como objeto, como o de Mira (2001), Augusti (2005) e Gerzon (2007).

newsmagazine semanal” (CARTA, 2003). A autora Maria Celeste Mira conta que a Veja inaugurou novo gênero da editora Abril.

Time ou Veja ocupam no mundo das revistas o mesmo lugar que o *fast food* em relação aos hábitos alimentares: correspondem num novo hábito de leitura que se introduz num momento de modernização econômica das sociedades atuais. (MIRA, 2001, p.86, grifos da autora)

Essa nova configuração, segundo Mira, devia-se ao fato do mundo ter se acelerado após a I Guerra Mundial, abrindo a demanda por uma publicação em que as informações pudessem ser encontradas de forma rápida.

A edição de lançamento chegou com tiragem de 700.000 exemplares, mas o número caiu rapidamente e, três meses após o lançamento, sua tiragem pouco superava os 20 mil exemplares “A mim diziam 40 mil, aos publicitários nas agências diziam 80 mil, mas na verdade eram 22 mil exemplares” (CARTA, 2003).

Na época, ainda não existia o modelo de assinatura, a revista trabalhava apenas com a venda em bancas. Por vários anos a revista deu prejuízos ao grupo Abril, situação que acabou se revertendo apenas em 1973 (AUGUSTI, 2005, p. 75). No início dos anos 80, já com uma tiragem de 200 mil exemplares, entrou com força na área de assinaturas (CARTA, 2003). Hoje, a Veja é a principal revista nacional, com tiragem superior a 1.190.000 exemplares e mais de 900.000 assinantes, conforme dados do Instituto de Verificação de Circulação²⁸.

²⁸ Disponível em: <http://www.publiabril.com.br/tabelas-gerais/revistas/circulacao-geral> (último acesso: 23/06/2013)

Segundo descrição do grupo Abril²⁹, a Veja é uma revista abrangente, que aborda temas a respeito do cotidiano da sociedade brasileira e, por vezes, mundial, como política, economia, cultura, comportamento e guerras, bem como conflitos e negociações diplomáticas.

De acordo com o kit de mídia do Grupo Abril³⁰, o público da Veja é composto predominantemente por pessoas da classe A e B. Ela é considerada “uma revista de informação e atualidades dirigida para homens e mulheres com alto poder aquisitivo, curiosos, ávidos por informação” (DINAP, 2004; apud GERZON, 2007, p.41).

Segundo Hernandez (2004; apud AUGUSTI, 2005) os leitores da revista estão na categoria dos “formadores de opinião”. Para Augusti (2005, p.80), isso faz com que a forma como a Veja mostra a realidade seja reproduzida muito além dos seus próprios leitores e, para tanto, pressupõe-se que a revista está autorizada a falar devido ao poder legitimado por seu próprio status. Uma das principais características do discurso da Veja, de acordo com Nascimento (2002), é ser explicativo:

A revista procura explicar as coisas do mundo para seus leitores e, para isso, recorre frequentemente ao ‘conhecimento legitimado’, por meio de vozes consideradas autorizadas (professores, especialistas em áreas específicas, universidades, institutos de pesquisa, etc.) e dados comprobatórios (índices, porcentagens, gráficos, quantidades, datas). Explicar, adiantamos, é próprio de quem julga deter um saber. (NASCIMENTO, 2002, p. 74; apud AUGUSTI, 2005, p.80).

Em termos de conteúdo, a Veja encontrou seu cerne editorial na cobertura política, conforme relata Augusti (2005). A partir da metade dos anos 80, ressalta o

²⁹ Disponível em <http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais> (último acesso: 23/06/2013)

³⁰ Disponível em <http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais> (último acesso: 23/06/2013)

autor (p. 76), essa linha política começou a dividir espaço com outras coberturas, referentes a comportamento, minorias e saúde devido às novas exigências do mercado.

Mesmo dividindo a pauta, no entanto, as reportagens de denúncia e escândalos continuaram a ter espaço na Veja e constituem o carro-chefe da revista junto a seu público leitor de classe média. Alguns casos se notabilizaram na cobertura política da revista ao longo dos anos, como o que levou à queda do presidente Fernando Collor de Mello em 1992³¹, a cobertura das primeiras eleições diretas depois da redemocratização em 1989 e as que se seguiram³² e mais recentemente por coberturas polêmicas especialmente relacionadas a desvios em relação aos governos do PT, como o escândalo do Mensalão em 2005³³ e seu julgamento pelo STF no ano passado.

Em abril de 2012, uma reportagem do repórter Leandro Fortes na edição de 18 de abril de 2012 da revista Carta Capital³⁴ afirmou, baseada em investigação da Polícia Federal, que o diretor da sucursal da Veja em Brasília, Policarpo Júnior, manteve mais de 200 horas de conversa com Carlinhos Cachoeira. A relação entre a publicação e o empresário foi colocada em xeque pela CPI criada no Senado para investigar os negócios de Cachoeira, mas os diretores do grupo Abril não chegaram a ser convocados na Comissão. O grupo defendeu-se afirmando que o

³¹ Uma coleção das matérias do caso está disponível em: http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/fernando-collor-de-mello-confisco-pc-farias-impeachment-casa-da-dinda.shtml

³² Uma coleção das matérias do caso está disponível em: http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/eleicoes-collor-fhc-lula-pesquisas-marqueteiros-campanhas.shtml

³³ Uma coleção das matérias do caso está disponível em: http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/mensalao-pt-marcos-valerio-delubio-soares-jose-dirceu-roberto-jefferson.shtml

³⁴ p. 28-34

relacionamento entre Policarpo e o contraventor limitava-se a uma relação entre jornalista e fonte.³⁵

2.4 – A revista Época

Comercializada pela Editora Globo, A revista Época, surgiu como resultado de uma parceria entre esta editora e a revista alemã Focus, na qual a edição brasileira se inspirou (GERZON, 2007). Foi criada para competir com a revista Veja, do grupo Abril.

Gerzon (2004) explica que a Época foi criada com projeto gráfico inovador, com textos que buscavam provocar reflexão e tomada de decisão por parte do leitor, sem oferecer uma interpretação específica. A autora ressalta que o texto associado aos recursos gráficos “pode reforçar sentidos, inferir outros, produzir e conduzir a leitura, mas o leitor pode ir além do que está publicado e inverter o que é dito, pois a leitura permite sempre a imaginação reflexiva” (GERZON, 2004, p.43).

Em 2011, a Editora Globo divulgou mudanças³⁶ no projeto gráfico e editorial da publicação, dando ênfase às análises de opinião e a matérias mais profundas. As mudanças incluíram também maior valorização do aspecto visual da revista, com objetivo de dinamizar a leitura com a utilização de imagens e infográficos. As editorias tradicionais foram diminuídas para apenas cinco, sendo elas: Primeiro Plano, Tempo, Ideias e Vida.

³⁵ Devido a seu caráter político muito presente e ao fato de ser a revista de maior circulação no país, a Veja tem sido objeto de diversos estudos que buscam analisar a produção de sentidos na revista e a presença de opinião em seus textos informativos. Essa linha tem sido alvo de atenção de pesquisadores como Augusti (2005), Hernandes (2004), Prado (2003) e Nascimento (1999 e 2002).

³⁶ Disponível em <http://portalimprensa.uol.com.br/noticias/brasil/44991/epoca+lanca+novo+projeto+grafico+e+reformul+a+conteudo+editorial> (ultimo acesso: 23/06/2013).

Primeiro Plano abrange os editoriais da revista e a opinião dos articulistas convidados e dos leitores. Tempo é composta de reportagens especiais, atualidades e furos. Em Ideias, o espaço para discussões e análises, enquanto em Vida o leitor encontra serviço, informações de interesse pessoal e sobre celebridades³⁷.

O primeiro número da revista chegou às bancas no dia 25 de maio de 1998 (GERZON, 2004). Em dois anos, a Época atingiu 600 mil exemplares, hoje sua tiragem média é de 389.506 exemplares³⁸, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação. Apesar da queda, a Época ocupa a posição de segundo maior semanário do Brasil.

Em 2 março de 2012, o portal da revista Época na internet publicou matéria intitulada “as ligações de Carlinhos Cachoeira com políticos”³⁹, que informava que o contraventor recentemente preso, Carlinhos Cachoeira, havia presenteado o senador Demóstenes Torres com uma geladeira e um fogão no valor de R\$ 30 mil. Dessa reportagem, desencadeou-se o escândalo que é tema deste trabalho.

Tendo agora um conhecimento panorâmico da posição ocupada pelo senador Demóstenes Torres e o empresário Carlinhos Cachoeira anteriormente à deflagração do relacionamento entre os dois, assim como uma noção da linha editorial das duas revistas que compõem a amostra da análise, partimos então para os aspectos teóricos que circundam o problema de pesquisa.

³⁷ Informações presentes no kit de mídia da editora Globo sobre a revista. Disponível em: http://epoca.globo.com/midiakit/arquivos/MidiaKit_Epoca_2013-PT.pdf (último acesso: 23/06/2013).

³⁸ Idem.

³⁹ Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2012/03/ligacoes-de-carlinhos-cachoeira-com-politicos.html> (último acesso em 23/06/2013)

3. Referencial Teórico

Nesta etapa, o objetivo é compilar um referencial teórico que ofereça uma base de conteúdo e análise para o presente estudo. Para isso, discutiremos alguns conceitos que envolvem diretamente o caso estudado.

Iniciaremos pautando o conceito de imagem pública e uma discussão de sua relevância e importância para os personagens do meio político. Em seguida, uma breve reflexão acerca do significado e funcionamento do Campo Político, segundo descrito por Bourdieu (1998) e o papel do poder simbólico nesse campo.

Superada essa etapa, partiremos para a descrição, funcionamento e efeitos do escândalo político e o que os caracteriza como fenômenos midiáticos por excelência, de acordo com Thompson (2002). Posteriormente, aprofundaremos o conceito e o uso do enquadramento na análise da cobertura midiática.

3.1 - A Imagem Pública

Conforme afirma Barbosa (2006, p.27), as pessoas que estão sujeitas ao reconhecimento público de suas atividades estão, em maior ou menor grau, em dependência da maneira como esse público reconhece sua figura. O reconhecimento público de uma pessoa, de acordo com Gomes (2004) pode abranger múltiplas variáveis: “esse conhecimento/reconhecimento inclui em geral tudo aquilo que se pode dizer sobre o modo como são vistos, por uma quantidade numericamente significativa de indivíduos, num intervalo variável de tempo e pessoas” (GOMES, 2004, p.243). É esse reconhecimento o que adotaremos como a imagem pública de um indivíduo.

Faz-se necessário esclarecer que o que se entende por imagem pública, tal como definido por Gomes (2004), é diferente do que o autor classifica como imagem visual. A imagem pública diz respeito à reputação, a imagem que as pessoas possuem de algo ou alguém, como ele é visto pela população. “O termo ‘imagem pública’, finalmente, não designa um fato plástico ou visual, mas um fato cognitivo, conceitual” (Gomes, 2004, p.247). O autor caracteriza a imagem pública como o “conjunto de características ou propriedades estáveis que se reconhece publicamente compondo uma personalidade” (p. 256).

Já a imagem visual, segundo ele, é composta pelas características que podem ser vistas e identificam uma pessoa. O bigode de José Sarney pode ser um exemplo desse tipo de imagem. A imagem visual diz respeito, principalmente, aos aspectos físicos e estéticos de um personagem e pode participar da construção da imagem pública. Porém a imagem visual não se confunde com a pública.

Segundo Gomes (2004), o zelo pela imagem pública se faz especialmente importante para os políticos nos regimes democráticos, uma vez que nesse tipo de regime o reconhecimento por parte do público é ainda mais importante para a obtenção e manutenção do poder político adquirido por meio do voto, além da legitimação através do apoio popular:

“No interior da discussão sobre a prática política em nossos dias, é cada vez maior o consenso a respeito do fato de parte considerável da disputa política ter sido convertida em luta pela imposição da imagem pública dos atores políticos” (GOMES, 2004, p.239).

Diante desse quadro, não é surpreendente que, campanha após campanha, políticos tenham dispendido cada vez mais de quantias substanciais na contratação

de profissionais que realizem a construção da imagem pública do candidato para conquistar o eleitorado.

De acordo com o autor, nesse cenário de construção da imagem pública, especialmente na modernidade globalizada em que vivemos, há um elemento que toma posição de protagonista: os meios de comunicação. Para Gomes (2004), “A imagem pública nos chega como nos chega o mundo: mediado pelo sistema institucional e expressivo da comunicação, instrumento predominante onde e por onde se realiza a visibilidade social” (p.264). Na definição de Miguel (2002, p.163) “a mídia é, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos”.

A partir deste ponto de vista, torna-se, portanto, indispensável ao agente político estar presente na esfera da visibilidade pública, sendo esta a forma pela qual ele pode assegurar o reconhecimento público de sua existência (Gomes, 2004). Nas palavras do autor, “não estar em cena significa não existir” (p.115).

Gomes (2004) apresenta alguns fatores que conferem ao político maior presença nessa esfera de visibilidade pública, chamando-os de “fatores publicidade⁴⁰” (p.116).

Um desses fatores apresentados é o das “cotas de visibilidade”, que consiste em um valor agregado aos cargos e funções de máxima exposição da atividade política. Ocupar um desses cargos resultaria, portanto, no ganho de uma cota de visibilidade extra, inerente à posição ocupada. Algumas funções parlamentares apresentadas pelo autor que contém sua própria cota de bancada são: a presidência

⁴⁰ Faz-se importante aqui diferenciar o uso do termo publicidade por Gomes (2004) e o uso que temos acostumado a ouvir. O termo é aqui utilizado com o sentido de tornar publico, assim como ocorre no vocabulário jurídico. Essa concepção difere do uso do termo publicidade como sinônimo de propaganda, tal qual o oferecido nos Cursos de comunicação.

da Câmara ou do Senado, liderança de bancadas, presidência e relatoria das comissões permanentes e CPIs e a presidência dos partidos (GOMES, 2004, p.117).

Apesar de necessária, entretanto, a visibilidade pode tornar-se inimiga dos agentes políticos caso ela não consiga ser corretamente controlada (THOMPSON, 1998). Segundo o autor, “um ato indiscreto ou uma observação inconsequente podem, se forem gravadas e transmitidas a milhões de espectadores, ter desastrosas consequências” (THOMPSON, 1998, p.127).

Para Gomes (2004, p.120), “o segredo da arte consiste em produzir visibilidade sobre o que é vantajoso que seja visível e recobrir com reserva aquilo que é conveniente manter sob discrição”. Uma das consequências apresentadas por Thompson (1998) do mau controle daquilo que entra na camada da visibilidade pública é justamente o escândalo, mas abordaremos este assunto mais a frente em nosso estudo.

A produção da imagem pública por parte de um político consistiria, segundo Gomes (2004) justamente nessa tentativa de produção de visibilidade sobre aquilo que se é interessante que seja visível. Diante dessa realidade, justifica-se, ao menos em tese, a necessidade dos gastos com profissionais que vão recodificar a imagem de certo político com vistas a encaixar-se na linguagem da mídia, isto é, nos códigos de produção midiática dos veículos de comunicação, pois como ressalta Gomes (2004, p.67) “na esfera da visibilidade pública só circulam conteúdos diagramados segundo códigos e gramáticas específicas das instituições midiáticas”.

É importante ponderar, entretanto, que o foco da produção da imagem pública não se encontra apenas na mensagem que é transmitida, mas principalmente na que é recebida. “A imagem pública começa a existir apenas na recepção, ainda que

possa ser programada – e frequentemente o seja – na emissão” (GOMES, 2004, 267). Dessa forma, segundo o autor, o papel do político ou do profissional que cuida de sua imagem não seria propriamente construir uma imagem, “mas organizar os materiais de tal arte para que o público as produza” (p.268).

A recepção por parte dos espectadores não se configura, entretanto, de forma homogênea, ainda que a mensagem transmitida a eles o seja. Conforme explica Aldé (2004, p.147), “embora a emissão dos grandes meios tenda à homogeneidade, fato tanto mais significativo para uma grande maioria que não recorre a quadros de referência alternativos, as diferentes situações de comunicação em que se encontram os cidadãos modulam e pluralizam a recepção”. Vários aspectos podem interferir na formação da imagem por parte do indivíduo que recebe o estímulo, como suas características educacionais, profissionais e socioeconômicas, suas convicções políticas e a própria maneira particular do receptor ler o veículo pelo qual a mensagem é transmitida (ALDÉ, 2004)⁴¹.

Diante dessa dificuldade em traçar corretamente como os estímulos produzidos pelas equipes dos políticos serão recebidos por parte dos indivíduos, Gomes (2004) apresenta as sondagens de opinião como único meio certo para identificação de imagens públicas (p.272). Segundo ele, essas sondagens de opinião teriam o objetivo de identificar imagens públicas consideradas ideais por parte da população ou de nichos específicos e buscar adequar a imagem às expectativas verificadas pelas sondagens⁴². “Não se trata de criar uma imagem para

⁴¹ No caso do escândalo político do senador Demóstenes Torres, outros elementos podem ser levados em conta por parte dos receptores, como a confiança (ou sua falta) em relação aos políticos e ao Congresso Nacional, filiação partidária pessoal, etc.

⁴² Aqui é importante, no entanto, evitar ignorar a existência de variantes que compõem um jogo político, como as questões partidárias e de campanha, que podem fazer com que determinado político opte por uma linha para preservar suas alianças políticas, ainda que menos popular. Além disso, raras são as pautas que unem toda a população. Dessa forma, o político vai buscar responder

um ator real, mas de arranjar um ator real para uma imagem” (GOMES, 2004, p.280).

O autor afirma que esse jogo de construção e adequação de imagens não conta, porém, apenas com participações individuais, mas consiste num embate constante. Segundo Gomes (2004), a formação da imagem implica em vários atores, os quais estão em constante disputa política. Thompson (2002) explica que adversários políticos, ao mesmo tempo que buscam construir suas próprias imagens,

procuram comumente desacreditar seus rivais, retratá-los como não merecedores de confiança e suspeitos, aumentando desse modo sua própria posição às custas dos opositores e aumentando suas possibilidades de sucesso eleitoral (THOMPSON, 2002, p.133).

3.2 - O Campo Político e o Poder Simbólico

Esse jogo de construções e desconstruções de imagem não ocorre isoladamente. As disputas estão situadas dentro de um campo com relações e impactos particulares e contexto específico: o campo político. Para a correta compreensão de como se deu o processo que é objeto deste estudo, é necessário entender a estrutura desse campo político onde o processo se deu. Para isso, tomaremos como base a obra de Bourdieu (1998).

Conforme explica Guazina (2011, p.91), o autor define o conceito de campo como um microcosmo estruturado de lutas simbólicas, no qual os agentes travam disputas pelo monopólio da autoridade sobre próprio campo e o mundo social.

a demandas específicas de grupos que julgue mais ideais em seu plano, por exemplo. (GOMES, 2004).

Campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças (BOURDIEU, 1997, p. 57; apud GUAZINA, 2011, p.91).

Ainda conforme ressalta Guazina (2011), no campo político essa oposição, em geral, caracteriza-se em torno da oposição entre dois polos distintos: esquerda-direita, progressistas-conservadores, governo-partidos de oposição: “Para o autor, o campo da política é constituído pela contradição lógica entre tomadas de posição que podem se alternar o tempo todo na disputa pelo poder, mas que sempre será dada pela oposição” (p.93). Bourdieu (1998) oferece um direcionamento a respeito do que é o alvo de disputa no contexto específico do campo da política:

O campo político é pois lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. (BOURDIEU, 1998, p.185)

Segundo essa ótica, portanto, os jogadores do campo político batalham pela prerrogativa de poder falar e agir em nome daqueles que não se constituem profissionais políticos, chamados de profanos. Batalha essa que é dinâmica, como explica o autor, de modo que o agente que se encontra na posição dominante do campo pode voltar à posição de dominado a depender das novas configurações a qual esse campo seja submetido.

A força das ideias de um agente desse campo, de acordo com Bourdieu (1998), não residiria em seu valor de verdade, como se estivesse no campo da ciência, mas sim na força de mobilização dessas palavras. De modo que, para o

autor, na política dizer é fazer. Ou, mais precisamente, “fazer crer que se pode fazer o que se diz” (p.185). Dessa forma, um discurso não é válido mediante sua veracidade, mas se torna verdade mediante a capacidade do agente político de torná-la verdadeira.

Nessa concepção, o campo político é um campo composto por critérios singulares e objetivos claros, que são comuns a todos os que fazem parte desse campo – a busca por poder político (MIGUEL, 2002). Poder este que reside, nos termos de Bourdieu, no crédito e na crença por parte dos profanos de que aquilo que foi dito pelo profissional será tornado em realidade.

A chave para a conquista desse poder do poder no campo político ou para o exercício dele de maneira durável e efetiva, conforme aponta Thompson (2002), está no uso do poder simbólico para preservar a crença da população em sua legitimidade. De forma que “o uso do poder simbólico não é acidental ou secundário à luta pelo poder político, mas é essencial a ele” (p.132).

O poder simbólico, ressaltava Bourdieu, não provém do próprio político, é um poder que é dado por aqueles que lhe estão sujeitos àquele que há de exercê-lo, crédito colocado naquele em que se tem confiança: “é um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe” (BOURDIEU, 1998, p.188).

Esse poder simbólico, segundo Thompson (2002), pode ser entendido como “a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e, na verdade, de também criar acontecimentos, através da produção e transmissão de formas simbólicas” (p.131).

O autor ressalta que um elemento central para o acúmulo e exercício do poder simbólico é o capital político – forma de capital simbólico -, que é o reconhecimento e respeito atribuídos a um indivíduo ou instituição. Este capital, nas palavras de Bourdieu, é definido como: “um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, notável” (BOURDIEU, 2011, p.204). A boa reputação⁴³ é elemento importante para se fazer uso no exercício do poder simbólico, daí depreende-se a vulnerabilidade possuída pelo político diante de suspeitas, calúnias ou escândalos.

Conforme ressalta Noleto Filho (2009), essa reputação pode ser conquistada por diversas formas, seja pela competência técnica em uma área específica ou qualidades gerais de caráter como integridade e transparência. Em geral esse processo é longo e árduo, especialmente no campo político, onde adversários tentam a todo o momento minar as reputações uns dos outros (Thompson, 1998). A diferença do capital simbólico em relação a outras formas de capitais (o econômico, por exemplo), segundo Noleto Filho (2009), é que quanto mais se faz uso dele, mais valor ele vai possuir.

Outra característica é necessária para a melhor compreensão do contexto em que as disputas políticas ocorrem: a relação entre o campo político e o campo midiático. Thompson (2002, p.133) divide o campo político das democracias liberais em duas partes. Uma delas é o subcampo político, onde encontram-se os políticos

⁴³ Para os efeitos da pesquisa deste trabalho, trataremos o conceito de reputação apresentado por Bourdieu (1998) e Thompson (2002) e o conceito de imagem pública de Gomes (2004) como similares, que indicam as características e propriedades estáveis que se reconhecem publicamente como compondo uma personalidade; uma vez que o próprio Gomes opta pelo termo imagem pública simplesmente por seu valor técnico de terminologia predominante (p. 256). É importante ressaltar, no entanto, que esses conceitos se diferenciam em estudos de outras áreas da comunicação, como a comunicação empresarial. Nessa concepção, conforme ressalta Argenti (2011), a imagem é a forma como uma empresa é vista por públicos específicos, enquanto a reputação seria “a soma das diferentes visões das organizações que os diferentes segmentos do público possuem” (p.65).

profissionais e semiprofissionais, com uma lógica de ações e embates particulares a esse campo como a construção de coalizões, disputa partidária, fidelidade partidária e assim por diante.

A outra parte, explica o autor, consistiria no campo político mais amplo, no qual estão os cidadãos e os não profissionais, a quem os políticos precisam prestar contas e de cujo apoio os profissionais dependem especialmente durante as eleições (mas não apenas nelas). Nesse campo mais amplo os atores buscam persuadir e convencer os não profissionais de sua legitimidade para assim garantir a confiança deles. De acordo com o autor, a atuação dos profissionais, no entanto, não consiste somente em buscar fortalecer a sua figura, mas também em enfraquecer a dos concorrentes:

Como parte desse processo, representantes eleitos ou aspirantes procuram comumente desacreditar seus rivais, retratá-los como não merecedores de confiança e suspeitos, aumentando desse modo sua própria posição às custas dos opositores e aumentando suas possibilidades de sucesso eleitoral (THOMPSON, 2002, p.133)

Thompson (2002) explica que dentro do subcampo político a interação costuma ser face a face, dado o fato de que as conexões pessoais se fazem importantes nesse subcampo. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação (jornais, revistas, rádio, televisão, etc.), porém, a interação entre os membros do subcampo político e do campo político mais amplo se realiza agora prioritariamente através das formas de comunicação midiática. Assim, é na mídia que as relações são preponderantemente travadas: “Cada vez mais a mídia se torna a arena decisiva em que as relações entre políticos e não profissionais do campo político

mais amplo são criadas, sustentadas e, ocasionalmente, ocorridas.” (THOMPSON, 2002, p.134)⁴⁴.

Se, conforme relata Thompson (2002), a visibilidade dos políticos passa cada vez mais pela mídia, então a construção da confiança que dá base ao capital político passa cada vez mais pelo campo midiático. De acordo com o autor, no campo midiático convivem tanto o reconhecimento por parte dos participantes do subcampo político, como o reconhecimento por parte dos cidadãos não participantes.

Em resposta a essa situação, ressalta o autor, os políticos, cientes de que seus atos e seu discurso vão passar por jornalistas e editores, passam a alterar sua forma de comunicar, com o objetivo de alcançar os cidadãos por meio da mídia. Eles também vão procurar realizar análises para saber como o seu discurso está sendo transmitido e pesquisas para verificar qual é a opinião dos membros do campo político mais amplo a respeito das questões do subcampo.

O campo midiático, no entanto, possui suas próprias regras de funcionamento, numa lógica comercial e da disputa de mercado, conforme escreve Bourdieu (1998). Segundo ele, essas regras específicas interferem no campo político, ao passo que o campo político também interfere no midiático. Um exemplo apresentado pelo autor é a dependência da mídia das declarações oficiais e fontes que estão situadas no campo político.

⁴⁴ Atualmente, não só a mídia tradicional cumpre papel fundamental nestas relações, mas também as mídias sociais cada vez mais impactam a forma de fazer política, vide as recentes manifestações pelo Passe Livre nos ônibus, contra os gastos públicos na Copa das Confederações e na Copa do Mundo, entre outras reivindicações populares.

Os escândalos político-midiáticos, como o que é alvo desta pesquisa, são gerados justamente na área em que se entrelaçam o campo político e o campo midiático (Thompson, 2002, p.138).

Com o entendimento a respeito do campo político e da importância do capital simbólico para exercício do poder político, assim como a relação da mídia com a política, já se torna possível perceber a importância que o escândalo político adquire no ponto de encontro destes dois campos.

3.3 - O Escândalo e escândalo político

Antes de entrar na relevância dos escândalos políticos dentro de seu campo, porém, retornaremos um pouco para compreender melhor o conceito.

Como já mencionamos, Lowi define o escândalo como “a corrupção revelada” (LOWI, 1988, p.7 apud SENNE, 2009, p.24). É possível ser mais preciso nesse conceito. Thompson (2002) apresenta características necessárias para uma ação ser configurada em escândalo, sendo elas:

- 1) sua ocorrência ou existência implica a transgressão de certos valores, normas ou códigos morais; 2) sua ocorrência ou existência envolve um elemento de segredo ou ocultamento, mas elas são conhecidas ou firmemente cridas como existentes por outros indivíduos que não os envolvidos (chamaria esses indivíduos de não-participantes); 3) alguns não-participantes desaprovam as ações ou acontecimentos e podem sentir-se ofendidos pela transgressão; 4) alguns não-participantes expressam sua desaprovação denunciando publicamente ações ou acontecimentos; 5) a revelação e condenação das ações e acontecimentos podem prejudicar a reputação de indivíduos responsáveis por eles (THOMPSON, 2002, p.40)

Por essa definição fica claro que o escândalo envolve não só a transgressão, mas também a percepção e reprovação por parte de não participantes. Não há uma definição clara de quais são os valores que são violados, mas devem ser valores que, se transgredidos, causam reprovação por parte daqueles que ficam sabendo do ato⁴⁵.

O escândalo nesses termos, no entanto, não faz referência a nenhum tipo particular. É preciso então compreender o que faz de um escândalo um escândalo político e quais especificidades se aplicam nesses casos.

Novamente, Thompson (2002) nos apresenta algumas perspectivas de conceituações para o termo. Uma primeira noção pode ser a de que escândalos políticos são todos aqueles que possuem em seu centro um líder ou uma figura política. Apesar de intuitivamente plausível, o autor argumenta que essa definição não se faz útil nem particularmente esclarecedora, pois não leva em consideração as relações e instituições pelas quais é atribuído poder político a alguém.

Nessa linha, Markovits e Silverstein (apud THOMPSON, 2002) apresentam uma definição na qual o escândalo político está relacionado prioritariamente à natureza da transgressão: “um escândalo político em seu ponto de vista, implica necessariamente uma violação de um processo devido” (THOMPSON, 2002, p.124). O autor explica que, por processo devido entendem-se “as regras e procedimentos legalmente obrigatórios que governam o exercício do poder político” (THOMPSON, 2002, p.124).

⁴⁵ Os julgamentos morais e os valores de cada sociedade constituem o termômetro que define os termos em que os desvios ou transgressões causam ou não reprovação. Cf. (GUAZINA, 2011).

Thompson argumenta que, apesar do acerto em colocar o escândalo político dentro de um contexto institucional, a definição de Markovits e Silverstein é indevidamente restritiva ao excluir os escândalos de natureza sexual e financeira. Outro problema chave apresentado na definição da dupla é desconsiderar o peso que tem a reputação do indivíduo que se envolve no escândalo, ao contrário da hipótese adotada neste trabalho.

Apropriando-se da noção de campo político e poder simbólico já discutida aqui, Thompson (2002) oferece então a compreensão de que escândalos políticos são (ou se tornam) “lutas pelas fontes do poder simbólico em que a reputação e a confiança estão em jogo” (p.296), sendo esta a definição que adotaremos no presente trabalho. Como visto anteriormente, o poder simbólico está intrinsecamente ligado à reputação de um indivíduo, o perigo do escândalos para os atores políticos está no fato de que

A divulgação de transgressões (ou supostas transgressões) pode questionar a reputação e o bom nome do indivíduo (ou indivíduos) em questão, destruindo assim (ou ameaçando destruir) os recursos simbólicos que eles acumularam cuidadosamente e minar (ou ameaçar minar) seu poder” (THOMPSON,2002, p.139).

Thompson (2002) distingue dois tipos principais de reputação: a “reputação de competência específica” e a “reputação de caráter” (p.297). A primeira se referiria ao tipo de reputação que é adquirida mediante a apresentação de competências específicas, como um pianista muito habilidoso ou, no caso da política por exemplo, um parlamentar com grande conhecimento de temas legais. A segunda reputação não requereria nenhuma competência específica, mas seria necessário “demonstrar um padrão de comportamento através do tempo que outros possam julgar ser

dignos de sua estima” (THOMPSON, 2002, p.257). Esse segundo tipo seria, segundo o autor, aquele que corre maior risco nos escândalos políticos (p.301).

No que concerne a natureza dos escândalos, o autor distingue então três tipos básicos de escândalos na esfera política, sendo cada um definido por um tipo de código transgredido: os escândalos político-sexuais, que envolvem a transgressão de códigos ou normas que governam a conduta das relações sexuais. Esse tipo de escândalo em geral diz respeito à vida privada do político e comumente não implicam na quebra de uma lei, mas sim de uma conduta; os escândalos político-financeiros, que consistem na infração de regras que governam o uso dos recursos financeiros e implicam, em geral, ligações ocultas entre poder econômico e político que são consideradas como impróprias (THOMPSON, 2002, p.155). Esse tipo de escândalo possui mais probabilidade de infringir leis.

Há ainda os escândalos de poder, que são a forma mais pura de escândalo político (THOMPSON, 2002). Eles se baseiam, segundo o autor, na transgressão de regras que regem a conquista ou exercício do poder político como tal. Esses casos podem envolver transações financeiras ilícitas, mas são questões secundárias diante da verdadeira transgressão. “Escândalos de poder revelam atividades secretas e formas ocultas de poder que divergem das normas e procedimentos que supostamente deveriam regular a competição pelo, e o próprio exercício do poder político” (THOMPSON, 2002, p.155).

Como as formas e procedimentos transgredidos nesse tipo de escândalo estão muitas vezes incorporados à própria estrutura constitucional dos Estados, os indivíduos envolvidos em escândalos de poder têm grandes chances de instaurados processos legais contra eles (p.156).

3.3.2 - O Escândalo Político Midiático

Num apanhado histórico, Thompson (2002) argumenta que no passado os escândalos eram localizados, pois eram acontecimentos caracterizados pelo que o autor chama de uma *publicidade tradicional de co-presença* (p.65) . Nesse modelo, o conhecimento de um fato por um indivíduo era fruto ou de sua presença física ou por revelação de alguém que estava lá, numa comunicação face a face.

O autor aponta que, com o os novos meios de comunicação, foram criadas novas formas de publicidade⁴⁶, diversas da tradicional, cuja característica chave é o aumento da acessibilidade⁴⁷ por causa da mídia. Dessa forma, a publicidade das pessoas e acontecimentos não está mais ligada à partilha de um lugar comum, uma *publicidade midiática*, na qual “uma ação ou acontecimento pode se tornar público pelo fato de ser registrado e transmitido a outros que não estão fisicamente presentes no tempo e lugar de sua ocorrência” (THOMPSON, 2002, p.65). No que concerne os escândalos midiáticos, o autor enfatiza que “a apresentação através da mídia, e o comentário na mídia não são características secundárias ou acidentais dessa forma de escândalo: elas são parte constitutiva deles” (THOMPSON, 2002, p.91).

Uma das diferenças apontadas pelo autor entre as duas formas de publicidade está no fato de que, enquanto nos escândalos localizados, a desaprovação dos não participantes se dá por falas orais ditas face a face, na forma midiática ela ocorre por manchetes, avaliações negativas na imprensa ou até mesmo caricaturas dos indivíduos envolvidos. E a repetição das avaliações

⁴⁶ Novamente, é importante lembrar que o uso do termo publicidade aqui refere-se ao sentido de tornar público.

⁴⁷ Acessibilidade esta que continua a ser ampliada a medida em que é ampliado o acesso às novas mídias e às redes sociais, aumentando ainda mais o alcance dessas novas formas de publicidades.

negativas, diz ele, acaba causando desaprovação: “É a apresentação repetida desses atos midiáticos de comunicação que gera o clima de desaprovação característico dos escândalos midiáticos” (THOMPSON, 2002, p.97).

Além disso, o autor ressalta que a mídia tende também a buscar formas mais duráveis e comprováveis da evidência dos escândalos. Para se proteger de contra ataques por se basear em evidências efêmeras ou de relação principalmente social, os meios de comunicação tendem a confiar em provas fixas e relativamente duráveis, como fotos, gravações e cartas.

É possível ainda, a partir da obra de Thompson (2002), identificar uma estrutura sequencial dos escândalos midiáticos, o qual não funciona como padrão rígido, mas uma constatação de elementos que se repetem nas mais diversas formas de escândalos midiáticos. São eles: uma fase de pré-escândalo, que pode envolver investigações ou inquéritos que mais tarde desembocarão no escândalo propriamente dito, mas que ainda não foi percebido como tal; a segunda fase, do escândalo propriamente dito, quando há a primeira divulgação pública de uma ação ou acontecimento que coloca em ação o processo de afirmações e contra-afirmações que constitui o escândalo midiático.

O terceiro momento desse processo constitui-se no clímax, quando o ponto crítico do escândalo é alcançado e pode gerar uma confissão, uma renúncia ou, por outro lado, o desaparecimento das acusações, podendo ocorrer em um acontecimento específico “dramaticamente montado, como, por exemplo, um julgamento ou uma audiência pública feita por um comitê especialmente designado com todas as pompas do poder simbólico” (THOMPSON, 2002, p.105-106). Finalmente, a última fase diz respeito às consequências, na qual jornalistas, políticos

e setores da sociedade se engajam numa reflexão sobre os acontecimentos e implicações dele.

No que diz respeito aos escândalos midiáticos de caráter político, o autor explica que os escândalos políticos midiáticos nascem na área onde o campo e o subcampo político se sobrepõem com formas midiáticas de comunicação. Como já apresentado, os escândalos políticos são lutas pelo poder simbólico e por sua fonte. Os escândalos políticos midiáticos podem então, segundo ele, ser entendidos como processos de lutas pelo poder simbólicos decorrentes de transgressões ocorridas no campo político, as quais são reveladas pela mídia e tem os meios de comunicação como “a arena central onde essa luta por poder simbólico é travada” (Thompson, 2002, p.139).

É importante ressaltar ainda que a mídia não se limita a apenas a revelar as transgressões e o embate dos escândalos, mas também a narrá-los com seus próprios vícios e características. Segundo Lull e Hinerman: “a mídia não tem apenas a habilidade de dar a partida e ‘injetar combustível’, mas também de relativizar, reduzir a exposição e até extinguir os escândalos” (LULL & HINERMAN, 1997, p.15; apud SENNE, 2009, p.26). É essa a discussão que será abordada a seguir, sob a perspectiva do enquadramento.

3.4 – Enquadramento

Como já observado, no jogo em que está inserido escândalo político midiático, a mídia não atua somente como palco para os embates, mas também como ator central nesse cenário. Dessa forma, torna-se necessário compreender de que forma a mídia pode atuar como ator social participante da luta pelo poder simbólico que

caracteriza o escândalo. Para essa compreensão, buscaremos fundamento no conceito de enquadramento, baseando-nos especialmente na obra de Porto (2002, 2004 e 2007).

Segundo Porto (2002), o conceito enquadramento nasceu como uma complementação, ou segunda etapa da teoria do *agenda-setting*. O *agenda-setting*, que teve como primeiros articuladores McCombs e Shaw (1972), propõe que os meios de comunicação podem não ter muito sucesso em dizer às pessoas o que pensar, mas teriam bastante sucesso em determinar sobre quais assuntos as pessoas devem pensar. Complementando essa teoria, o enquadramento tem sido usado para se referir a um nível secundário dos efeitos do *agenda-setting*; abordando de fato como a cobertura da mídia afeta também como o público pensa sobre os temas que ela mesma pauta.

Essa vinculação necessária entre o enquadramento e a teoria do *agenda-setting*, no entanto, já faria parte do passado, como explicam Franciscato e Góes (2012). Segundo a dupla, apesar de não se caracterizar em uma teoria única, com sistema fechado e articulado, o enquadramento já possui terreno solidificado como “um método interpretativo da realidade, tendo em comum uma proposta de interpretar os fenômenos, com diferentes objetos de investigação” (p.296).

Porto (2002, p.4) afirma que, a partir dos estudos já produzidos que se valem do método do enquadramento, é possível encontrar algumas de suas características principais.

Uma analogia possível para o entendimento do que é o enquadramento no contexto noticioso é oferecido por Park (2003):

As pessoas apenas enxergam o mundo através de uma moldura de uma janela. Se a moldura da janela é muito pequena, as pessoas já enxergarão uma pequena parte do mundo. Se a janela na parede é voltada para o oeste, as pessoas apenas enxergarão o oeste. Em outras palavras, a mídia pode mostrar apenas uma pequena parte do mundo a partir de um particular ponto de vista. (PARK, 2003, p. 145; apud LEAL, 2007, p.2; tradução de Leal).

Por essa concepção, a mídia seria como a moldura de uma janela, que direcionador da atenção do público. O autor afirma que ela revela uma parcela da realidade que escolheu mostrar, deixando de lado ou diminuindo o restante. No que concerne o discurso midiático, Porto (2002) apresenta uma análise mais sistemática e clara, oferecida por Gitlin (1980), segundo a qual:

Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (GITLIN, 1980, p. 7; itálicos no original; apud PORTO, 2002, p.6; tradução de Porto).

Nessa definição, os enquadramentos são instrumentos que organizam o discurso da mídia para construir uma interpretação própria dos fatos. Essa organização de discursos se dá com o uso de ferramentas como a seleção, a ênfase e exclusão. A definição de Gitlin serviu de base para o desenvolvimento de diversas pesquisas sobre os enquadramentos na mídia (PORTO, 2004,p.80)

Em revisão sistemática desses estudos, Entman (1994) apresenta então uma definição resumida com os principais aspectos do enquadramento:

O enquadramento envolve essencialmente *seleção* e *saliência*. Enquadrar significa *selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los*

mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover um definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1994, p. 294; *itálicos no original; tradução do autor; apud PORTO, 2002, p. 7, tradução de Porto).*

Essa definição, segundo Porto (2002), é capaz de resumir os aspectos centrais do conceito e definir suas aplicações na análise do conteúdo da mídia e é a definição que será, portanto, aqui adotada.

No que concerne o modo de ação da mídia no jornalismo político, Motta (2010) explica, amparado na obra de Entman (2004), que os jornalistas com frequência se utilizam dos chamados enquadramentos dramáticos. Essa escolha de narrativa, ressalta o autor, não se dá particularmente por uma escolha consciente dos jornalistas, “mas porque essa é a forma que lhes facilita acercar-se da realidade, torná-la compreensível para si próprios e organizar a complexidade do mundo para seus leitores” (MOTTA, 2010, p.147). Esse tipo de enquadramento, explica, é marcado principalmente pela antítese na colocação sucessiva dos sujeitos como opositores uns aos outros, construindo e reforçando conflitos, quaisquer que eles sejam (p.148).

Em outro artigo a respeito do tema, Mota e Guazina (2010) classificam o conflito como uma metacategoria dramática estruturante do que virá a ser uma notícia sobre a política (p. 134).

O conflito (de interesses, de posições) enquanto um *frame* cognitivo estrutura o enredo da narrativa jornalística, torna os acontecimentos isolados em histórias compreensíveis. Colocando continuamente os atores uns contra os outros, o narrador-jornal tece as intrigas, promove o conflito

que necessita utilizar para manter a narrativa jornalística sempre ‘aquecida’ e atraente para o destinatário (MOTTA e GUAZINA, 2010, p. 137)

Essa caracterização seria, segundo os autores, particularmente pertinente à área política, pelo fato de ela ser por natureza uma atividade centrada nas disputas simbólicas. Diante dessa realidade, é possível concluir que essa característica do conflito na cobertura estaria, portanto, ainda mais presente nos casos de escândalos, pois como já vimos, eles são lutas pelas fontes do poder simbólico em que a reputação e a confiança estão em jogo. Os escândalos políticos midiáticos seriam por excelência a área em que os enquadramentos dramáticos focados no conflito teriam maior propensão de se desenvolver.

3.4.1 – Sistematização

Como forma de sistematizar um dos tipos de estudo a respeito de enquadramento, Porto (2002) apresenta sugestões para as aprimoramento das análises.

O primeiro passo é especificar os níveis de análise do conceito. Devido ao indeterminismo conceitual relacionado ao enquadramento, é necessário especificar os níveis de análise. Ele propõe, então, duas formas principais de enquadramento: os *enquadramentos noticiosos* e os *enquadramentos interpretativos*. Os enquadramentos noticiosos são padrões de apresentação, seleção e ênfase que os jornalistas utilizam de forma a organizar os relatos a respeito dos acontecimentos (Porto, 2002). Nessa categoria podemos incluir coberturas que tem seu foco em indivíduos ou em eventos específicos.

Uma característica importante dos enquadramentos noticiosos é o fato de que eles são resultado de escolhas feitas por jornalistas quanto ao formato

das matérias, escolhas estas que têm como consequência a ênfase seletiva em determinados aspectos de uma realidade percebida (PORTO, 2002, p.15).

Já os enquadramentos interpretativos são, de acordo com o autor, padrões de interpretação e promovem uma avaliação particular de temas e eventos. Segundo ele, podem incluir atribuição de responsabilidades, explicações das causas de um problema, etc. Diferentemente do que ocorre no enquadramento noticioso, essa interpretação não é necessariamente produzida diretamente pelos jornalistas, mas sim por atores sociais, como políticos, sindicatos, profissionais, etc. Desse modo, a diferenciação entre os dois tipos de enquadramento pode também ser feita por sua fonte.

Isso não significa, para Porto (2002), que os jornalistas não contribuam no enquadramento interpretativo, e sim que a origem desse fato não está nos profissionais da imprensa. O autor ressalta o hábito dos jornalistas, de evitar apresentar interpretações de forma direta e se utilizarem das fontes para fazer as afirmativas que eles mesmos pensam: “Por esta razão, uma recomendação importante para os estudos sobre enquadramentos interpretativos é identificar as avaliações apresentadas pelas fontes que são citadas pelos jornalistas” (PORTO, 2002, p.16).

O segundo passo apresentado é a necessidade de identificação das principais controvérsias e os enquadramentos relacionados. No caso específico dos enquadramentos interpretativos, Porto (2002) classifica como um passo importante a identificação de quais são as principais interpretações apresentadas sobre os principais eventos e temas, dessa forma será possível analisar de que forma essas controvérsias consistem não em disputa entre fatos e dados, mas em conflitos de

interpretações opostas. Ele recomenda a necessidade de analisar também os enquadramentos que estão fora dos grupos dominantes, explicitando quais razões levam ao predomínio de certos enquadramentos em detrimento de outros pelos meios de comunicação (PORTO, 2002).

3.4.2 – As controvérsias interpretativas

Em sua tese de doutorado, Porto desenvolve um modelo chamado por ele de modelo das controvérsias interpretativas. Esse modelo, segundo o autor, tem o objetivo de superar a tendência de homogeneização do conteúdo da mídia, encontrando somente um enquadramento em cada matéria e ignorando as aparentes contradições dos meios de comunicação.

O foco de análise do modelo de Porto está nos enquadramentos interpretativos, que geralmente promovem uma interpretação específica sobre temas ou eventos políticos em termos de definição do problema, atribuição de causas e responsabilidades, julgamentos de significados ou relevância, consequências e recomendações de solução (ENTMAN, 2004).

Essa interpretação poderia ser identificada a partir de três objetos de análise: o evento, o tema da matéria e os autores envolvidos. “As conexões que se estabelecem entre estes elementos constituem a interpretação dominante, isto é, o enquadramento” (GUAZINA, 2011). Assim como Porto, teremos como foco na presente pesquisa a análise dos enquadramentos interpretativos.

Esse tipo de enquadramento não teria o objetivo de transmitir informações, mas conter “ ‘dicas persuasivas’ de fácil compreensão que permitam aos cidadãos apoiar uma posição sem pensar de forma ativa sobre ela” (LAU, SMITH, e FISKE,

1991, p.648; apud PORTO, 2007). Tais afirmações não seriam facilmente testadas, aceitas ou rejeitadas a partir de evidências factuais facilmente, devido à complexidade dos casos:

“O principal pressuposto do modelo é o de que os enquadramentos interpretativos apresentados pela mídia oferecem aos cidadãos dicas simples que promovem interpretações particulares sobre temas e eventos políticos, estimulando assim os desenvolvimentos de narrativas específicas sobre a realidade política” (PORTO, 2007, P. 127)

Para elaboração de um modelo de análise de enquadramentos, nos apropriaremos da contribuição de Entman (2004) nos termos da definição de problemas, atribuição de causas e responsabilidades, julgamentos de significados ou relevância e consequências, já utilizados em Guazina (2011).

Esse método ser ainda complementado agregando-lhe a noção de ideia organizadora, apresentada por Tuchman (1976/1993, apud GUAZINA, 2011). Segundo essa linha, é possível, à partir do enquadramento, identificar os princípios que compõem a base de seleção e definição das notícias. Desse modo o enquadramento atribuído a uma notícia seria propriamente sua ideia organizadora. O modo pelo qual a ideia organizadora pode ser identificada será apresentado no capítulo que vem em seguida, assim como o modelo adotado para este trabalho.

3.5 – Análise de Conteúdo

Tradicionalmente, os estudos de enquadramento se valem de vários instrumentos da análise de conteúdo, de modo que torna-se oportuna uma breve apresentação desse método. Para isso, tomaremos como base a obra de Bardin (1977). Nos baseamos também no trabalho de Bretas (2009) e Senne (2009).

Conforme descreve Bardin (1977), o ato de interpretar textos mais profundamente de modo a captar seu sentido implícito vem de muito tempo. A autora aponta que práticas antigas de interpretação de textos religiosos, como a hermenêutica ou a exegese, a interpretação de sonhos e mesmo a explicação crítica de textos literários se fazem presente desde a antiguidade e antecedem o nascimento da análise de conteúdo como conhecida atualmente. A diferença entre as práticas antigas e a atual reside, segundo ele, no fato de a análise de conteúdo, ao mesmo tempo em que permanece com as atitudes interpretativas, encontra sustento em processos técnicos de validação.

Bardin (1977) aponta então o nascimento da análise de conteúdo da maneira como é conhecida nos Estados Unidos, a partir da década de 1940, capitaneada pela Escola de Jornalismo de Columbia, com análises dos meios jornalísticos. Após os primeiros passos, multiplicaram-se rapidamente os estudos na área.

É feito um inventário das rubricas, segue-se a evolução de um órgão de imprensa, mede-se o grau de sensacionalismo de seus artigos, comparam-se os semanários e os jornais diários citadinos. Desencadeia-se um fascínio pela contagem e pela medida (superfície dos artigos, tamanho dos títulos, organização da página). (BARDIN, 1977, p.17)

O autor indica Harold Laswell como o primeiro nome a de fato ilustrar a história da análise de conteúdo, com análises de imprensa e de propaganda desde o ano 1915.

O método da análise de conteúdo das comunicações permitem, segundo Bardin (1977), a compreensão da comunicação para além de seus significados imediatos. A análise de conteúdo teria, nessa perspectiva, dois objetivos principais:

superação da incerteza acerca do que se lê e o enriquecimento da leitura pelo aprofundamento da análise.

Tal artifício, aplicado no campo das comunicações, não se trata, no entanto, de um instrumento único, mas sim um leque de apetrechos que pode adotar diferentes formas e adaptar-se a campos vastos de aplicação, como a comunicação. Podendo adequar-se ao domínio linguístico (de fala e escrita) ou mesmo icônico (das imagens, fotografias e vídeos), além de outros códigos portadores de significação (BARDIN, 1977, p.34), de modo que “tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo” (HENRY e MOSCOVICI, 1968; apud BARDIN, 1977).

Diante da dificuldade de definir a análise de conteúdo somente a partir de território, o autor busca classificá-la por uma combinação entre terreno, funcionamento e objetivo. Ele então define análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p.44)

Depreende-se desta definição que a análise de conteúdo visa a produção de inferências a respeito das mensagens analisadas. Para fazê-lo, Bardin (1977) apresenta um modo de organização de análise que se divide em:

- pré-análise: onde são sistematizadas as ideias iniciais de maneira a conduzir um esquema de desenvolvimento da análise;

- exploração do material: fase na qual se põe em prática os que foi traçado na etapa anterior, consistindo-se essencialmente em enumeração e codificação em função de regras já formuladas;
- tratamento dos resultados: momento em que os resultados brutos são tornados em significativos e validados através de provas estatísticas diversas.

Passemos agora, portanto, à descrição da metodologia usada no presente estudo.

4. Metodologia

O objetivo principal do trabalho é elaborar uma análise comparativa de enquadramento para compreender de que forma se deu a desconstrução da imagem pública de Demóstenes nas revistas *Veja* e *Época*. Buscaremos neste capítulo reconstruir os caminhos percorridos em busca do cumprimento desse objetivo assim como as metas secundárias, descrevendo as opções metodológicas utilizadas na escolha da amostra e na análise que faremos no capítulo a seguir.

Descreveremos, portanto, os critérios utilizados para a escolha das publicações, assim como de suas respectivas reportagens; do período de acompanhamento e os critérios de análise e organização do material. Antes disso, porém, vale gastar algum tempo na descrição do método da análise de conteúdo.

4.1 – Definição do período e dos veículos para análise

A primeira matéria na mídia a denunciar a existência de um tipo de relacionamento entre o senador Demóstenes e o empresário Carlinhos Cachoeira foi publicada no portal da revista *Época* na internet no dia 2 de março de 2012⁴⁸. A cassação do parlamentar no Senado Federal se deu no dia 11 de julho do mesmo ano, sendo o intervalo entre os dois acontecimentos de 4 meses e 9 dias.

Dada a relativa curta duração, optou-se por fazer uma seleção que englobasse todo o processo, da data da divulgação da primeira reportagem, até a semana seguinte à cassação, para poder cobrir as reportagens que abordassem o

⁴⁸ Matéria intitulada “As ligações de Carlinhos Cachoeira com políticos”. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2012/03/ligacoes-de-carlinhos-cachoeira-com-politicos.html>

fim do caso e as consequências. Dessa forma, o período de amostra ficou entre 02/03/2012 e 18/07/2012.

Por ter sido o portal da revista Época o primeiro a divulgar o escândalo, optou-se por realizar o estudo com a revista Época para acompanhar a cobertura do veículo que deu início ao caso. Além disso, acrescentou-se o fato de Demóstenes ter sido por duas vezes escolhido um dos 100 brasileiros mais influentes justamente pela Época, o que despertou o interesse de analisar de que forma a figura dele seria descrita pela publicação que o tinha em alta conta.

Escolhida a revista Época, foi necessário de complementar o trabalho com outra publicação. Restringimos a escolha a revistas semanais, uma vez que a inclusão de outros meios ou de jornais direitos implicaria em uma necessidade de pontuação das particularidades relativas às diferenças entre os meios, o que desviaria o foco do trabalho. Optou-se então pela Veja, uma vez que é a revista de maior circulação no país e principal concorrente da Época, além de possuir um histórico de cobertura de escândalos na área política. Nos últimos anos, a Veja vinha se notabilizando por várias denúncias e reportagens envolvendo políticos petistas, como o caso do mensalão, buscou-se a publicação também para perceber como seria a cobertura em relação a um político membro de um partido de oposição.

4.2 – Seleção das reportagens

Para a pesquisa, foram ignorados os textos publicados nas colunas e textos de opinião pelo fato do trabalho estar interessado no enquadramento especificamente nas reportagens que tem o propósito principal de informar.

Como já explicado, optamos por abranger todo o período entre a denúncia e a cassação de Demóstenes em nosso escopo de análise. O que resultou em um total de 40 edições das revistas, 20 da Época e 20 da Veja. Diante disso, realizamos um levantamento exploratório no qual foram selecionadas todas as matérias do período que traziam Demóstenes como personagem central do tema da reportagem. Para essa configuração como personagem central, adotamos a necessidade de se obedecer ao menos dois dos seguintes critérios:

- Ter seu nome ou foto na capa da revista;
- Ter seu nome no título, subtítulo ou lide da matéria;
- Ter sua foto na primeira página da reportagem ou em adereço (infográfico, saiba mais, etc);
- Estar envolvido em mais de 50% do texto da matéria.

Com esses critérios, foram selecionadas um total de 11 reportagens, sendo 6 da revista Época e 5 da Veja. Destas, 5 reportagens estiveram presentes na capa de sua edição, sendo 3 da Época e 2 da Veja.

4.3 – Primeira análise: um plano geral

A primeira etapa de nossa análise teve o objetivo de traçar um plano geral do total das reportagens de cada veículo. Verificamos o espaço dado pela cobertura do caso em relação ao número total de edições veiculadas durante o período da amostra, assim como o número de páginas dedicada por cada uma às reportagens que compõem a seleção e o número de capas que cada revista teve em relação ao total de edições.

Nesta etapa buscamos também verificar a existência de uma estrutura sequencial das matérias, conforme o objetivo 3 do trabalho, seguindo a divisão de 3 fases do escândalo propriamente dito de Thompson (2002), sendo elas:

- **Divulgação:** momento no qual o aspecto central é a divulgação pública de uma ação ou acontecimento que coloca em ação o processo de afirmações e contra-afirmações que constitui o escândalo midiático. Nesse período, ainda há uma certa incerteza a respeito das consequências do processo;
- **Clímax:** é quando o ponto crítico do escândalo é alcançado. Nesse período, o foco das manchetes está na descrição dos impactos gerados pelas denúncias (renúncias, depoimentos em comissões de inquérito, cassação) ou a apresentação de novas acusações oriundas da situação de crise. Em alguns casos pode ocorrer em um acontecimento dramático específico, como um julgamento;
- **Consequências:** etapa na qual jornalistas, políticos e setores da sociedade se engajam numa reflexão sobre os acontecimentos e implicações dele. As matérias priorizam os resultados dos casos e os prognósticos para o futuro.

4.4 – Segunda análise: os enquadramentos

Nesse segundo momento, passaremos para a análise propriamente dita da figura pública de Demóstenes nas reportagens selecionadas, de modo a cumprir com os objetivos 1 e 2 do trabalho.

Conforme descrito no capítulo anterior, para traçarmos a análise de enquadramentos nos basearmos em uma dupla abordagem: combinando a atribuição de responsabilidades apresentada por Entman (2004) e a noção de ideia organizadora presente em Tuchman (1976/1993, in GUAZINA, 2011).

Com isso, é possível então adaptar esse modelo de análise de enquadramento à nossa pesquisa. Foi elaborada então uma ficha de análise, conforme consta no **anexo 01**, com vistas à identificação dos seguintes elementos:

- Ideia organizadora: é a liga que une a matéria. Pode ser compreendida como a estrutura principal, que dá forma ao produto final que é a reportagem. Para a identificação da ideia organizadora, todo o texto da matéria foi levado em conta. No entanto, alguns itens tiveram peso maior, devido ao destaque que possuem, podendo assim oferecer melhores indicações em relação ao modo de organização da notícia. São eles os itens 3, 4, 6 e 8 da ficha de análise.
- Responsabilidade e julgamento moral: categorizamos nesta parte os elementos textuais que sinalizam e põem em prática a ideia organizadora. Nesse item, priorizamos a identificação de verbos, adjetivos, jogos de palavra, relações de causa e efeito e repetições de modo a enfatizar determinado aspecto do caso estudado. Incluímos também nessa categoria os termos utilizados para retratar a situação relatada na matéria. Para identificação deste elemento, levamos em conta principalmente o item 7 da ficha de análise. O item 7.1 da ficha diz respeito aos recursos gráficos e adereços jornalísticos presentes nas reportagens, como quadros informativos, saiba mais, infográficos, etc.

- Consequências e indicação de solução: normalmente presentes no fim das reportagens, os elementos dessa categoria dizem respeito às prováveis consequências do caso diante daquilo que foi noticiado e um fechamento de sentido para a matéria. Neste elemento tiveram mais peso os itens 7 e 8 da ficha de análise.

Com os procedimentos metodológicos esclarecidos em mãos, partimos para a análise e categorização dos resultados obtidos na pesquisa.

5 – Análise dos Resultados

Como lembrado no capítulo anterior, a pesquisa se deu em duas etapas: na primeira, priorizou-se o delineamento de um quadro geral das reportagens que compõem a amostra assim como a identificação de uma estrutura sequencial. Na segunda parte, entramos no estudo dos enquadramentos adotados pelas duas revistas na cobertura do escândalo do senador Demóstenes Torres e o empresário Carlinhos Cachoeira.

5.1 - Plano Geral

Para traçarmos um breve panorama da cobertura das revistas Veja e Época a respeito do caso, abordaremos alguns aspectos quantitativos que nos ajudarão a ver qual foi o espaço e frequência oferecido por cada uma das publicações para tratar do tema estudado verificando semelhanças e diferenças nas duas coberturas.

Além disso, nos utilizaremos também dos dados quantitativos para perceber a estrutura sequencial adotada por cada um dos veículos. Essa primeira etapa tem o objetivo de oferecer uma visão geral da cobertura de cada veículo de modo a embasar a próxima etapa de análise.

No que diz respeito a frequência, as matérias que compõem o objeto do trabalho tiveram presença relativamente baixa no noticiário das duas revistas. É importante lembrar, entretanto, que a pesquisa não abrange todas as matérias relacionadas ao escândalo que concerne a atuação do grupo comandado por Carlinhos Cachoeira, uma vez que só o objeto de interesse do trabalho são as reportagens que trazem a presença de Demóstenes Torres.

Caso fizessem parte da pesquisa todas as matérias relacionadas ao caso das relações do empresário Carlinhos Cachoeira essa presença seria bem maior, com 16 matérias da Veja (80%) e 15 da Época (75%) relacionadas a esse assunto. O número de matérias relacionadas ao contraventor cresceu especialmente após a criação da CPI no Congresso.

Vemos assim que o caso do senador Demóstenes Torres foi uma ramificação do escândalo geral que movimentou a cobertura. Curiosamente, apesar da presença relativamente baixa do caso específico de Demóstenes Torres em relação à de Cachoeira, o senador foi o personagem que acabou pagando o maior preço político do escândalo, perdendo seu mandato. O empresário está hoje fora da prisão e os outros envolvidos no caso terminaram esquecidos com a aprovação de um relatório que não incriminava ninguém na CPI.

De volta à amostra correspondente a nossa pesquisa, conforme evidencia a **Tabela 01**, a presença das notícias na Época foi levemente superior à da Veja no que diz respeito ao número de matérias publicadas, com uma reportagem publicada a mais (5%).

Tabela 01 – Porcentagem de matérias em relação ao total de edições

Veículo	Total de edições no período	Número de matérias selecionadas e analisadas	Porcentagem matérias/edições no período
Veja	20	5	25%
Época	20	6	30%

Em relação ao destaque dado na capa por parte de cada revista, o número é também similar, conforme a **Tabela 02**. Das 5 matérias da Veja, 2 ocupam espaço

também na capa da edição (40%); novamente um número acima, a Época tem 3 de suas reportagens estampadas na capa (50%). Quanto ao espaço destinado na capa, a Época contou com 1 matéria ocupando o espaço principal e outras duas ocupando espaços secundários na aba superior. No caso da Veja, 1 ocupou o espaço principal e 1 o espaço secundário na aba superior.

Tabela 02 – Porcentagem de capas em relação ao número de edições da pesquisa

Veículo	Numero de edições	Número de Capas analisadas e selecionadas	Porcentagem capas/edições
Veja	5	2	40%
Época	6	3	50%

A principal diferença entre as duas publicações, porém, está no número médio de páginas ocupadas pelas reportagens. Enquanto as 5 matérias da Veja gastaram um total de 11 páginas, descontando-se as capas, numa média de 2,2 páginas por matéria, a Época utilizou 26 páginas, também descontando-se as capas, para abrigar suas 6 reportagens, resultando em uma média de 4,3 páginas por matéria. Cada reportagem da Época tinha, portanto, quase o dobro do tamanho de uma da Veja. Vide **Tabela 03**.

Tabela 03 – Número médio de páginas por matéria

Veículo	Páginas de reportagem	Numero de matérias	Média de páginas por matéria
Veja	11	5	2,2
Época	26	6	4,3

Tal diferença pode ser explicada a partir dos projetos editoriais das duas publicações. Enquanto a Veja tem foco voltado em abranger vários assuntos de

modo mais sucinto, com várias páginas reservadas para publicidade, a *Época*, desde a reformulação de 2011, optou por produzir reportagens mais aprofundadas a respeito dos temas abordados. Além disso, o projeto editorial da *Época* também manifesta um apreço por figuras e adereços que tornam o texto mais dinâmico, mas, ao mesmo tempo, ocupam mais espaço.

Em relação à estrutura sequencial da cobertura, o procedimento das duas revistas foi similar e seguiu uma certa ordem cronológica. De modo geral, as duas publicações tiveram a etapa de divulgação ainda em março, mês em que foi deflagrada a primeira denúncia; o clímax se deu nos meses de abril e maio e as consequências em julho, mês da cassação de Demóstenes. Como mostra a **Tabela 04**, o período do clímax foi a etapa com maior número de matérias, tendo 6 reportagens das revistas sido publicadas nessa etapa, o que corresponde a mais da metade das matérias selecionadas.

Tabela 04 – Número de matérias por etapa sequencial do escândalo

Etapa do escândalo	Veja	Época
Divulgação	1 (20%)	1 (16,6%)
Clímax	3 (60 %)	3 (50%)
Consequências	1 (20%)	2 (33,3 %)

A única exceção à cronologia da estrutura sequencial da cobertura foi a reportagem de 16 de abril da revista *Época*. Com o título “Quem vai faturar em cima dele?” a matéria abordava o escândalo já como assunto passado e ocupava-se de discutir que efeitos a queda de Demóstenes teria na arena partidária no Congresso Nacional. Posteriormente, em edição de 30 de abril, a publicação voltou à etapa do

clímax diante da divulgação de escutas telefônicas que traziam novos fatos a respeito do caso Demóstenes-Cachoeira.

Com isso, concluímos a primeira parte de nossa análise. Essa etapa buscou oferecer linhas gerais a respeito da cobertura de cada uma das revistas, bem como identificar a maneira como se deu a estrutura sequencial do caso, cumprindo com o objetivo 3. Em seguida, entraremos na definição e análise dos enquadramentos interpretativos e de seu uso na desconstrução da figura de Demóstenes por parte das duas revistas.

5.2 - Os enquadramentos

Conforme descrito no capítulo anterior, para procedermos à análise do material em busca do modo como se deu a desconstrução da figura pública de Demóstenes Torres adotamos o propósito de identificar uma ideia organizadora lógica que guiou a produção da matéria, assim como possíveis atribuições de responsabilidade e julgamento moral a partir de os elementos textuais como verbos, adjetivos, jogos de palavra, relações de causa e efeito e repetições.⁴⁹

Durante a realização da análise, fez-se necessário identificar os enquadramentos sob duas variáveis principais: a descrição do senador Demóstenes Torres e a descrição de sua relação com Carlinhos Cachoeira. Tal ação se fez imperativa pelo fato de ambas as questões estarem intimamente ligadas na formação dos enquadramentos de cada matéria.

⁴⁹ É importante ressaltar que a análise se dedicou a encontrar os principais enquadramentos presentes nas matérias. Isso não significa, no entanto, a impossibilidade de estarem presentes outras interpretações minoritárias ao longo dos textos.

Em geral, cada reportagem possuía um enquadramento identificável em função da própria figura de Demóstenes Torres e outro em função de seu relacionamento com o contraventor. Dessa forma, optou-se por identificar qual desses enquadramentos se configurou como majoritário em relação à organização estrutural da matéria. Tendo sido ele identificado, o enquadramento restante foi classificado como minoritário. A intersecção entre as duas formas de enquadramento foi tão grande, que todos esses enquadramentos levantados tiveram presença tanto entre os majoritários como entre os minoritários.

Em três das reportagens analisadas no entanto, essa duplicidade não foi fortemente encontrada, uma vez que os enquadramentos evidenciavam-se apenas em função das relações entre Demóstenes e Cachoeira. Nesses casos, optou-se por deixar apenas esse enquadramento em destaque, sem a necessidade de identificação de um minoritário.

Realizada a avaliação das matérias, foram levantados os seguintes enquadramentos principais em relação à figura de Demóstenes Torres:

- a) “dupla identidade”;
- b) “falso moralista”.

No que diz respeito aos enquadramentos fundamentados na relação entre o empresário Carlinhos Cachoeira e o senador Demóstenes Torres, os enquadramentos encontrados foram:

- a) “amigo do contraventor”;
- b) “parceiro de Cachoeira”;

c) “serviçal de Cachoeira”.

Passemos agora, pois, a descrever as características principais de cada enquadramento e os elementos que os configuram, a começar dos identificados em relação à imagem e ações de Demóstenes Torres⁵⁰.

Como já vimos no capítulo 1, o senador Demóstenes Torres fazia da ética uma de suas principais bandeiras. Aproveitando-se de um limbo de um congressista que fizesse dessa área sua estratégia, o senador Demóstenes Torres ocupou esse espaço e, após a deflagração do escândalo, viu seu passado ser voltado contra si no julgamento dos meios de comunicação. Todas as reportagens analisadas lembraram, em maior ou menor medida, a imagem construída por ele em oposição a seu envolvimento nos casos relatados.

Os dois enquadramentos que se referem à imagem de Demóstenes Torres tiveram, portanto, em comum o fato de se configurarem em uma oposição entre a conduta do senador pré-denúncias, ao senador descoberto pelas escutas da Polícia Federal. Veremos então, no que eles se diferem:

5.2.1 – Enquadramento “dupla identidade”

Esse tipo de enquadramento foi identificado em 5 das reportagens, sendo em 3 delas o enquadramento majoritário e em 2 o minoritário. Notou-se a concentração desse tipo de enquadramento nas matérias no mês de abril e início de maio. Todas as ocorrências se deram em reportagens na etapa do clímax.

⁵⁰ Os enquadramentos foram nomeados conforme principal temática das reportagens, utilizando os próprios termos e qualificações dados nos textos das matérias.

Esse enquadramento geral é composto pelas matérias que colocam em oposição duas faces distintas do senador: antes e depois do escândalo. Seus elementos principais consistiam de um jogo de oposições entre ações de um tipo em certa situação e de tipo oposto em outra; um exemplo é a descrição de posturas diferentes no ambiente público e de maneira distinta no ambiente privado. A nomenclatura que deu título ao enquadramento foi retirada das próprias matérias, onde o termo era utilizado tanto pelos jornalistas como por fontes para caracterizar o comportamento de Demóstenes Torres em sua carreira política.

5.2.2 – Enquadramento “falso moralista”

Encontrado em 3 matérias da análise, sendo 2 em formato majoritário e mais 1 em minoritário, o enquadramento “falso moralista” possui vários pontos de contato com o de dupla personalidade. É até possível, em certa medida, compreendê-lo como um tipo específico do enquadramento de “dupla identidade”.

O enquadramento “falso moralista” também bebe na fonte da oposição entre duas situações de comportamentos diferentes do senador. Seu funcionamento, entretanto, estrutura-se em um caso particular de oposição entre faces de Demóstenes Torres: o da defesa da ética.

As reportagens que tomaram esse foco específico de comparação opositiva entre a defesa que Demóstenes fazia do cumprimento da ética e seu real modo de proceder, foram, portanto, intituladas do enquadramento do “falso moralista”, termo também fruto das descrições oferecidas pelos meios de comunicação sobre Demóstenes. As matérias aqui agrupadas dão destaque a ações decididas de

Demóstenes Torres em defesa da ética no passado e como ele não cumpriu com seu discurso.

As matérias que apresentam este enquadramento como majoritário estão situadas na etapa das consequências, ambas produzidas em julho.

Os enquadramentos majoritários, entretanto não se resumem apenas aos relacionados na forma como a imagem de Demóstenes é abordada em relação a ele mesmo. O relacionamento do senador com o empresário Carlinhos Cachoeira também teve grande relevância. Passemos agora a descrever melhor cada um dos enquadramentos desta linha.

5.2.3 – Enquadramento “amigo do contraventor”

Este enquadramento foi percebido nas duas matérias da etapa de divulgação de cada revista ainda em março. Essas foram as reportagens em que menos houve elementos discursivos críticos ao senador, uma vez que se tratavam de reportagens que ainda buscavam confirmar as acusações e separar o joio do trigo no que diz respeito à figura de Demóstenes Torres. O que não se tinha total conhecimento ainda era de que muito joio seria encontrado dali em frente.

Dada a relativa ausência de elementos de desconstrução da figura individual do senador afora sua relação com o contraventor, optou-se por fazer deste o único enquadramento identificado nesse casos, sendo o enquadramento “amigo do contraventor” não o majoritário nesses casos, mas sim o único no que se refere a Demóstenes.

5.2.4 – Enquadramento “parceiro de Cachoeira”

Este foi o enquadramento, juntamente com o “dupla identidade”, que mais agrupou reportagens, sendo 5 ao todo. A diferença daquele caso para este, é que aqui a maioria das ocorrências se deram em enquadramentos minoritários, sendo 4 ocorrências. Somente em 1 caso o enquadramento “parceiro de Cachoeira” foi o majoritário. Sua presença variou entre reportagens na etapa do clímax (3 matérias) e na etapa das consequências (2 matérias).

O que diferencia esta forma de enquadramento da anterior é, novamente, o grau de relação atribuído entre o senador Demóstenes Torres e o empresário Carlinhos Cachoeira. Enquanto na primeira forma só o que estava comprovado era uma relação de amizade, havia ainda uma pequena dúvida em relação à inocência ou culpabilidade do parlamentar. Já nesse enquadramento, Demóstenes Torres é visto como culpado das acusações. Evidenciado por palavras que o caracterizam como defensor dos interesses alheios, que envolvessem uma sociedade de interesses comuns ou que visse neles uma relação promíscua, o que as matérias que compõem este enquadramento sustentam é que o senador e o empresário estavam em pé de igualdade, eram dois cabeças de um esquema de corrupção e interesses particulares.

5.2.5 – Enquadramento “serviçal de Cachoeira”

Apesar de contar com uma matéria a menos em relação ao tipo de enquadramento narrado na seção anterior, este foi considerado o mais significativo entre os referentes à relação Cachoeira-Demóstenes. Chegou-se à conclusão pelo fato de que, das 4 matérias aqui situadas, 3 têm o enquadramento “serviçal de

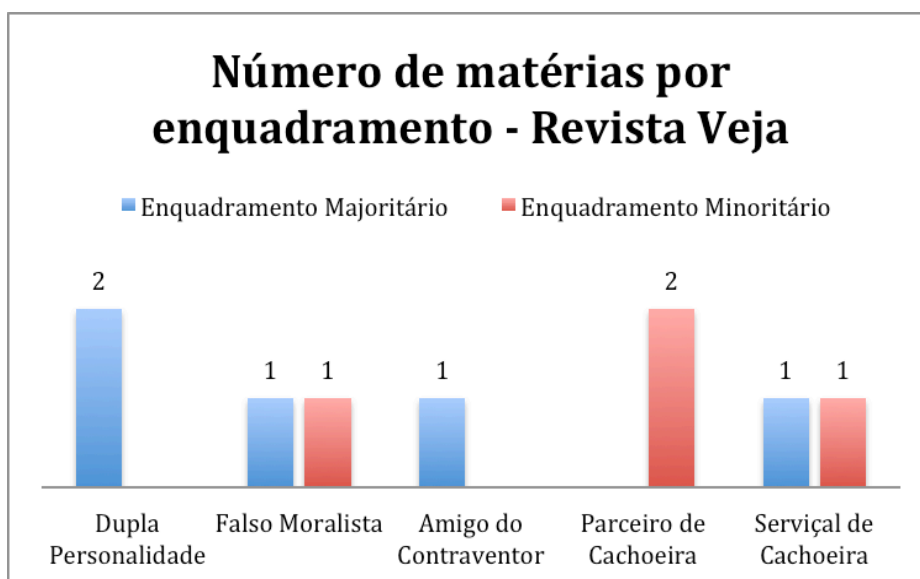
Cachoeira” como seu enquadramento majoritário. Este enquadramento ficou mais evidente no mês de abril, etapa do clímax. Foi neste período que foram publicadas as 3 reportagens que trouxeram este como enquadramento majoritário. A outra reportagem, na qual este enquadramento é o minoritário, está na fase consequências datando de julho.

A grande diferença nesta forma, está na mudança da hierarquia entre Demóstenes Torres e Carlinhos Cachoeira. Se o modelo anterior trazia ambos em igualdade na tomada de decisões do esquema, nesse modelo, o senador é apresentado como um mero serviçal nas mãos do verdadeiro líder: Carlinhos Cachoeira.

Nas reportagens que compõem esta forma de enquadramento, Demóstenes Torres é retratado como um fantoche ou braço de um esquema, sempre submisso aos mandos do verdadeiro patrão. As matérias se utilizaram também de uma espécie de comparação entre a imagem aparente de poder e liderança que o senador detinha e a submissão a que ele estava sujeito com Carlinhos Cachoeira.

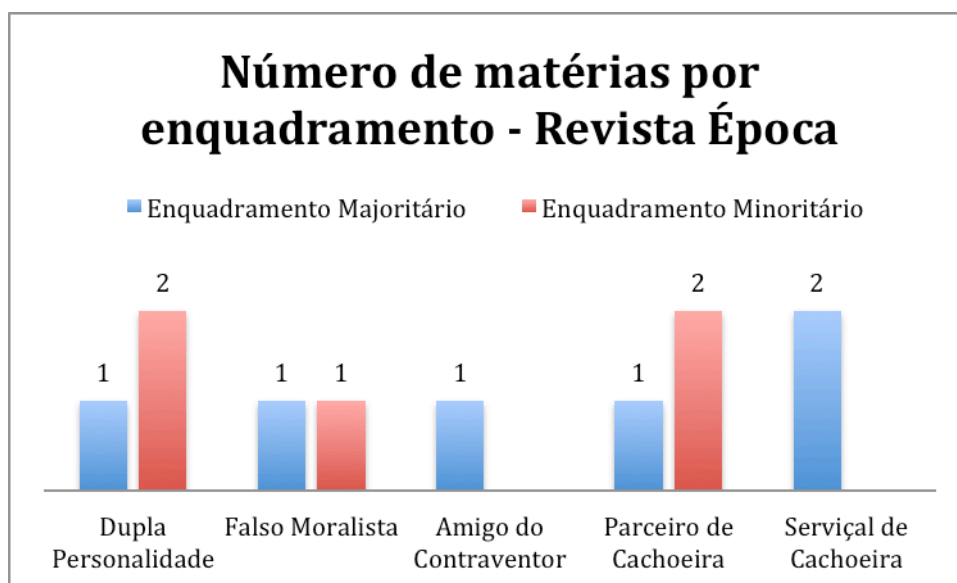
Os cinco enquadramentos apresentados totalizam 100% da amostra da presente pesquisa. No **Gráfico 1**, vemos o espaço ocupado por cada enquadramento na revista Veja, tanto em posição majoritária como minoritária. É possível perceber um equilíbrio, com predomínio do enquadramento “dupla personalidade” entre os majoritários e do enquadramento “parceiro de Cachoeira” entre os minoritários.

Gráfico 1



No **Gráfico 2**, vemos como se deu a distribuição dos enquadramentos majoritários e minoritários nas reportagens da Época, novamente com equilíbrio, agora com predomínio do enquadramento “serviçal de Cachoeira” entre os majoritários e do enquadramento “dupla personalidade” entre os minoritários.⁵¹

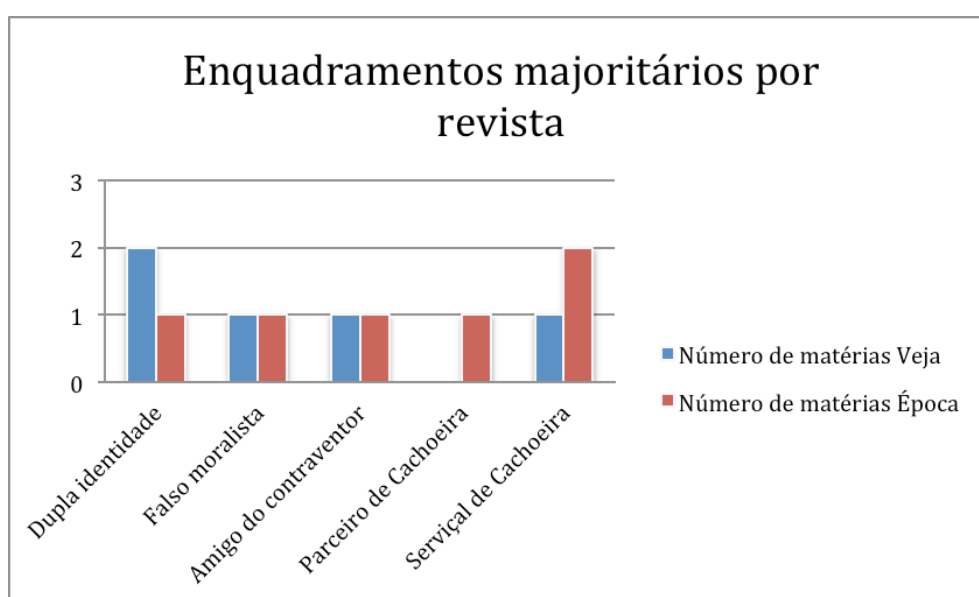
Gráfico 2



⁵¹ Como já foi dito, nas matérias classificadas com o enquadramento “amigo do contraventor” somente esse enquadramento foi identificado, não havendo, portanto, a presença de um outro minoritário.

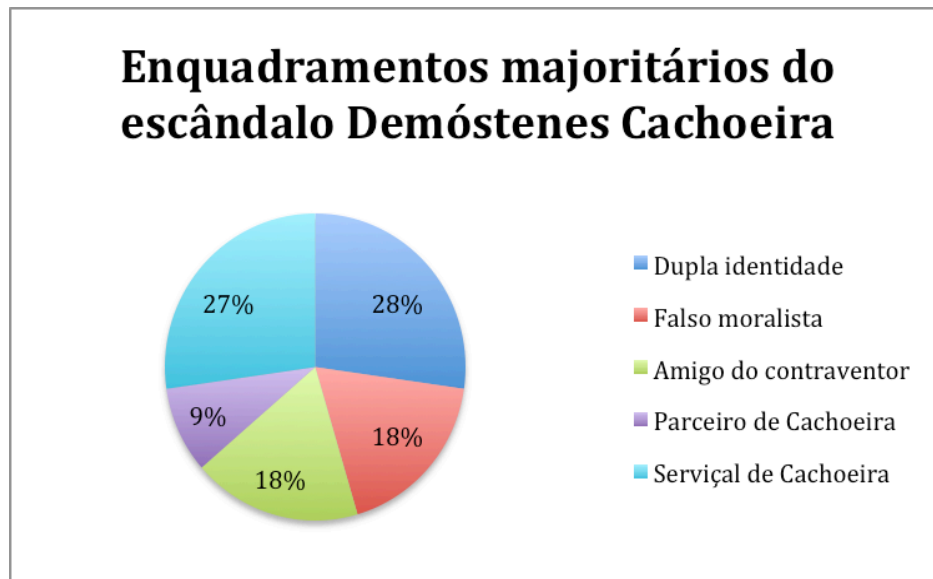
Levando-se em consideração apenas os enquadramentos majoritários, o **Gráfico 3** mostra que a proporção dos foi similar nas duas publicações. A Veja publicou uma reportagem a mais enquadrada como “dupla identidade”, enquanto a Época publicou uma a mais no enquadramento “serviçal de Cachoeira”. Nenhuma das matérias da Veja foi identificada com o enquadramento majoritário “parceiro de Cachoeira”.

Gráfico 3



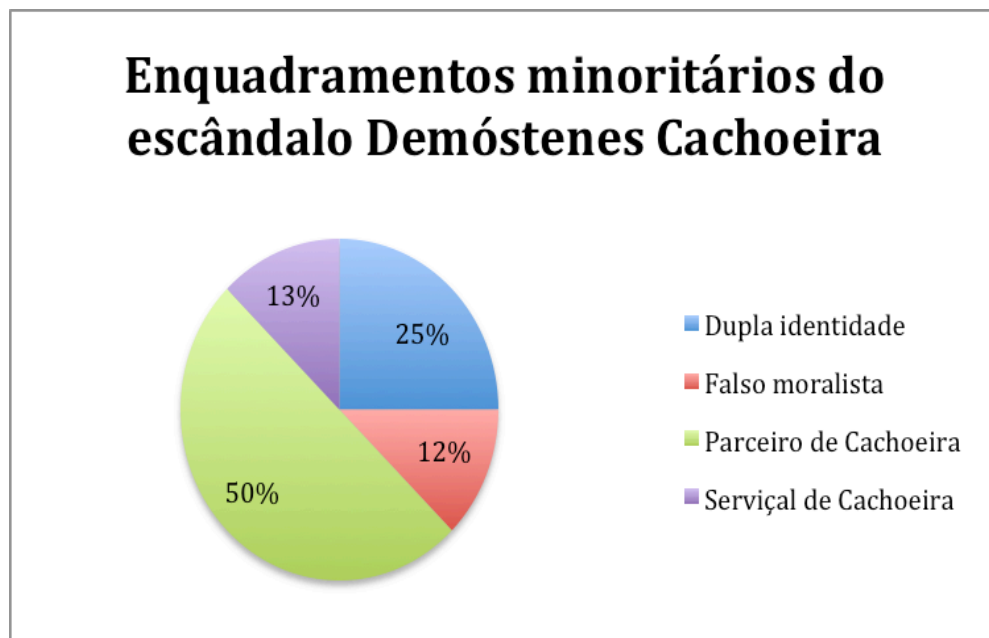
Com o auxílio do **Gráfico 4**, vemos o peso de cada um dos enquadramentos majoritários em relação ao total da amostra, onde percebemos um relativo equilíbrio, com os enquadramentos “dupla identidade” e “serviçal de Cachoeira” em destaque, seguidos dos enquadramentos “amigo do contraventor” e “falso moralista”.

Gráfico 4



O enquadramento “parceiro de Cachoeira” foi o menos recorrente na amostra majoritária, situação que se inverte na análise dos enquadramentos minoritários, conforme evidencia o **Gráfico 5**.

Gráfico 5



Identificados os enquadramentos presentes na amostra analisada⁵², é hora de avaliar como se deu a desconstrução da figura pública do senador Demóstenes Torres a partir de cada uma dessas perspectivas.

5.3 - A desconstrução

Chegamos, enfim, à última etapa de nossa análise, na qual partiremos dos enquadramentos identificados para compreender de que forma se deu a desconstrução da figura pública do senador Demóstenes Torres nas matérias das revistas Veja e Época no período da pesquisa (ver **anexo 02**).

Nessa etapa, realizaremos uma análise das matérias que compõem cada um dos enquadramentos, bem como de seus respectivos títulos e subtítulos, para perceber as atribuições de responsabilidade e julgamentos de moral que proporcionaram o desgaste da imagem pública do senador.

Como já vimos, as notícias que analisaremos são organizadas a partir de dois eixos: a oposição do novo Demóstenes, revelado com o escândalo, em relação à imagem antes sustentada pelo senador e a categorização do relacionamento entre Demóstenes Torres e o contraventor Carlinhos Cachoeira.

Iniciaremos nossa análise com as ideias organizadoras em torno da figura do senador e depois passaremos para as que tiveram como estrutura principal a relação entre os dois, sem esquecer, entretanto, de que mesmo que haja um foco principal, os outros aspectos também se fazem presentes nas reportagens.

⁵² Para consultar quais foram os enquadramentos encontrados em cada reportagem, ver lista de anexos: enquadramentos por matéria.

5.3.1 – “Dupla identidade” e “falso moralista”: contrapondo as imagens de Demóstenes Torres

Diferentemente da segunda etapa, em que os enquadramentos em relação ao relacionamento entre Demóstenes Torres e Carlinhos Cachoeira são excludentes entre si, os enquadramentos “dupla identidade” e “falso moralista”, serão analisados juntos, uma vez que se tocam em vários aspectos e podem oferecer um panorama mais bem alimentado se forem tomados juntos.

Como vimos, os dois principais enquadramentos em relação à figura do senador se pautaram na contraposição entre a postura que Demóstenes Torres manifestava ter em público e o comportamento que foi trazido a tona pelas escutas da Polícia Federal. Para realizar essa contraposição, a ação comum foi descrever a imagem do parlamentar tal como ela era antes do escândalo para em seguida colocá-la em xeque diante das denúncias. Esse *modus operandi* pode ser exemplificado através de matéria da edição de 9 de maio da Veja.

“Demóstenes Torres construiu sólida carreira no Senado. Era admirado por governistas e oposicionistas como um político de primeira linha, implacável no combate à corrupção, defensor dos valores republicanos e talhado para o debate qualificado de projetos de interesse do país. Parlamentar em permanente ascensão, tornou-se a reserva moral de um Congresso que, segundo os próprios integrantes, perdia qualidade e moralidade ano após ano. Por isso, Demóstenes despontava como favorito para representar o DEM, seu antigo partido na sucessão presidencial e 2014.” (p. 84)

Após descrever o prestígio, no entanto, a reportagem traz a tona a nova realidade.

“Despontava. O outrora poderoso Demóstenes é agora um político extinto.”
(p. 84)

A explicação para o novo quadro vem mais adiante na matéria.

“O senador mostrou-se um ativo integrante de uma quadrilha especializada em explorar jogos ilegais” (p.84)

Diante desse novo quadro a publicação chega inclusive a cravar um veredito sobre quem é Demóstenes Torres.

“Mas foi apanhado em flagrante, revelando-se um falso moralista.” (p. 84)

Esse enquadramento de “falso moralista” é também encontrado em outras edições. Na semana de 18 de julho, data em que Demóstenes já tinha sido cassado, a revista Veja destacou o hábito do senador de ir a tribuna cobrar publicamente outros políticos acusados de corrupção.

“Quando se descobriu que o ex-presidente do Senado Renan Calheiros tinha as contas pagas por um empreiteiro, Demóstenes tomou a tribuna para pedir sua cassação. O mesmo ocorreu quando os escândalos dos atos secretos expuseram o atual presidente do Congresso, José Sarney” (p. 61).

Evidências desse enquadramento também são oferecidas pela matéria da edição de 2 de abril da Época, ao falar sobre o escândalo em que se envolveu o ex-governador do DF José Roberto Arruda, lembra que *“no episódio, Demóstenes defendeu a expulsão de Arruda no DEM”* (p.61).

Outro procedimento adotado na cobertura do caso e evidenciado na identificação dos enquadramentos foi a dupla identidade de Demóstenes Torres. Um

instrumento usado para deixar clara essa dicotomia do senador nas matérias foi a utilização de um jogo de contraposições entre os hábitos públicos e os privados do ex-parlamentar. Dessa forma, os atos públicos eram identificados como o falso Demóstenes Torres, enquanto os atos privados revelavam o verdadeiro, trazido à tona pelas escutas da polícia federal. A edição de 2 de abril da *Época* traz um exemplo:

“Em público, Demóstenes cobrava rigor da Agência Nacional de Vigilância sanitária (Anvisa) nas licenças concedidas na área de medicamentos. [...] nos bastidores, Demóstenes mudava de lado. Ele usava seu prestígio de senador e a estrutura do senado para pressionar a Anvisa a atender os pleitos de Cachoeira” (p.38).

Em matéria intitulada “Os dois senadores”, a *Veja* de 9 de maio abordou as duas naturezas de Demóstenes Torres através de um quadro com as principais conquistas do “*Senador no Congresso*”, que personificava a figura que o senador queria construir e a colocava em oposição ao “*Senador grampeado*”, onde eram colocados trechos das gravações da Polícia Federal que evidenciam os verdadeiros interesses de Demóstenes Torres. Na mesma matéria senadores são entrevistados e também oferecem essa visão da dicotomia do parlamentar.

“Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Além da surpresa, recebi as notícias com indignação. Em Brasília ele era um defensor das leis e do decoro. A 200 quilômetros do Congresso, porém, mostrava-se o serviçal de um bicheiro” (p. 86).

Esses dois Demóstenes Torres diferentes não eram apresentados somente em relação termos públicos, mas também com relatos da vida pessoal do senador. Matéria da Época de 2 de abril falou sobre um comportamento paradoxal de Demóstenes também na vida pessoal. Contrapondo informações acerca de um lado sofisticado, apreciador de vinhos refinados e MPB; com o depoimento de amigos de que, na época em que era secretário de segurança pública de Goiás, saía com os amigos para tomar uísque em botecos e pedia para a Polícia Militar fechar algum quarteirão próximo à sua casa para dar cavalos de pau (p. 41).

Com esse tipo de relato, somado à repercussão do escândalo, as matérias tiveram sucesso em desconstruir a imagem de paladino da ética, capacitado, e senador exemplar que o senador possuía. Em troca, as reportagens apresentavam um novo Demóstenes Torres, que colocava os interesses privados de um contraventor em detrimento dos da nação, que cobrava uma postura ética dos pares enquanto se envolvia em seus próprios esquemas, não sendo nem mesmo o seu gosto refinado uma parte sincera de sua personalidade.

5.3.2 –Relação Cachoeira-Demóstenes: amizade?

Após vermos como se deu a erosão da imagem respeitável do senador Demóstenes Torres e a substituição por uma não confiável, nos concentraremos em entender os elementos que permitiram a identificação dos enquadramentos da relação entre Cachoeira e Demóstenes e como isso foi usado para desgaste da imagem do senador.

Na matéria da edição do dia 5 de março na Veja a relação entre os dois é evidenciada em dois trechos: a existência de 300 horas gravadas de conversas

telefônicas entre os dois, e o presente de casamento dado por Cachoeira ao senador. A matéria baseia-se nas 300 horas de ligações coletadas entre Cachoeira e Demóstenes e no presente recebido pelo senador de casamento no valor de 30 mil reais para afirmar que haveria entre eles uma relação simplesmente descrita como muito próxima. Posteriormente o texto apresenta o senador confirmando a existência de uma amizade entre os dois, mas afirma que não sabia de nenhum negócio ilegal da parte dele. Demóstenes Torres é retratado aqui com suspeição, mas ainda não há um juízo de valor ou responsabilidade sobre ele.

Na matéria de 19 de março da Época, a relação já é vista como mais do que simples amizade diante da descoberta de que Demóstenes Torres possuía também um celular Nextel habilitado em Miami e pago por Cachoeira. Entretanto, na falta de uma concepção mais precisa, optamos por manter essa matéria no enquadramento “amigo do contraventor”.

A matéria da Época, no entanto, já traz consigo juízos de valor, personificados na voz do senador Pedro Taques.

“O fato de o Demóstenes ter recebido o aparelho de rádio do Cachoeira não é normal nem razoável. É grave. Disse isso a ele”, afirmou o senador Pedro Taques (PDT-MT)” (p. 33).

Mesmo retratada ainda como simples amizade, a relação entre Cachoeira e Demóstenes já é nesse momento passível de manifestações públicas de desaprovação. Relacionando os dois como amigos, a má imagem do empresário é de certa forma transmitida para o senador.

5.3.3 – Relação Cachoeira-Demóstenes: parceria?

Diante da descoberta de mais gravações telefônicas entre Demóstenes e Cachoeira, deflagrou-se a existência de uma relação entre os dois que superava a simples amizade. Nas matérias publicadas, Demóstenes Torres é já visto como parceiro de Carlinhos Cachoeira e participante das ilegalidades, como expressa reportagem da Época de 2 de abril:

“Em vez de representar seus mais de 2 milhões de eleitores, Demóstenes se concentrou em defender os interesses de um único cidadão brasileiro: o empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira” (p. 36).

Em outro momento, a matéria volta a garantir o fato de que o senador é parceiro do empresário e diz que o senador usava seu mandato em favor dele.

“Demóstenes Torres conciliou - e muitas vezes misturou - sua função de senador da República com a de prestador de serviços e parceiro privado de Cachoeira. Tais serviços incluíam lobby, tráfico de influência e corrupção” (p. 38).

A configuração de uma parceria entre Demóstenes e Cachoeira, assim como a descrição dos crimes cometidos pelo senador aumenta o grau de gravidade da situação. Agora mais do que sujeito passivo diante dos crimes de seu amigo, Demóstenes Torres é caracterizado como o próprio infrator, que deixa de lado o interesse nacional para usar seu mandato em apoio a um esquema de corrupção e tráfico de influência lado a lado com Carlinhos Cachoeira. Em matéria de 4 de abril da Veja, a situação é descrita como inaceitável:

“Um congressista usar do cargo para defender interesses privados em troca de benefícios materiais é inaceitável em qualquer ambiente que preze minimamente pelos valores republicanos” (p. 76)

Na reportagem, o termo utilizado para descrever a parceria entre Cachoeira e Demóstenes é sociedade de interesses mútuos. Entre os termos usados pelas matérias desse grupo de enquadramento estão: relações promíscuas, quadrilha e a caracterização do senador como defensor dos interesses de Carlinhos Cachoeira.

5.3.4 – Relação Cachoeira-Demóstenes: submissão?

Entre os enquadramentos referentes ao tipo de relação, o enquadramento “serviçal de Cachoeira” é o mais relevante, devido ao número de matérias que o tem como enquadramento majoritário.

Como já vimos, a principal particularidade deste enquadramento reside no fato dele apontar a existência de certa hierarquia na relação entre Demóstenes Torres e o empresário Carlinhos Cachoeira. Se no item anterior ambos estavam lado a lado na prática criminosa, agora é revelada uma diferença de posições entre os dois, com o empresário sendo o líder que comanda os atos e o senador o serviçal que executa os passos planejados por ele.

A reportagem de 9 de abril da Época traz essa nova configuração à tona logo em seu subtítulo:

“A carreira política do senador Demóstenes Torres era manipulada por Carlinhos Cachoeira para ampliar seus negócios e se aproximar do Planalto” (p. 40)

A matéria relata o plano de Carlinhos Cachoeira para que o senador mudasse para o PMDB de modo a ficar mais próximo da presidente Dilma. No texto Demóstenes Torres é retratado como um empregado que segue as ordens de seu patrão.

“Como se fosse um bom subordinado, Demóstenes acata a recomendação”
(p. 40)

Reportagem da Veja, de 11 de abril também faz coro a esse modo de retratar a relação.

“Nas últimas semanas, surgiram dezenas de diálogos que confrontam o senador Demóstenes Torres com o serviçal Demóstenes Torres” (p.68)

Uma semana depois, já da cassação do parlamentar, reportagem da Veja afirmou que o Demóstenes Torres que perdeu seu mandato era *“uma antítese do famoso senador – um lobista a serviço do contraventor”* (p. 60).

Esse enquadramento se configura, dessa forma, no mais eficiente no que se refere à desconstrução da imagem pública ostentada pelo senador. Isso se dá porque contraria a figura de Demóstenes Torres antes do escândalo não apenas derrubando a ideia de guardião da moralidade e defensor da ética através dos escândalos. O enquadramento que apresenta o senador como serviçal de Carlinhos Cachoeira lança ofensiva também à capacidade de liderança e senhorio de suas ações que sempre foram marcantes em Demóstenes Torres.

Considerações Finais

O presente estudo buscou elaborar uma análise comparativa de enquadramento para entender de que forma se deu a desconstrução da imagem pública de Demóstenes Torres nas páginas das revistas Veja e Época após a deflagração do escândalo que envolveu as relações do senador com o empresário Carlinhos Cachoeira durante o período da primeira denúncia até a semana que seguiu a cassação do parlamentar. O período da amostra foi assim definido para englobar todo o tempo de duração do caso, assim como suas consequências mais diretas.

O trabalho se fez válido por abordar um caso de escândalo que de fato teve uma consequência política forte, gerando a cassação de Demóstenes Torres e pela particularidade da relação da mídia com o senador antes da deflagração do caso. Se fez interessante produzir um estudo sobre a desconstrução da imagem pública justamente de um personagem que teve sua imagem construída pelos meios de comunicação.

Além de elaborar a análise, o trabalho identificou quais foram os enquadramentos dados ao senador e à situação em que ele se envolveu nas matérias (Objetivo 1); verificou quais elementos discursivos foram empregados no desgaste da imagem pública de Demóstenes (Objetivo 2). O estudo ainda constatou a existência de uma estrutura sequencial do escândalo e a identificou (Objetivo 3).

Para cumprir com essas tarefas, o estudo buscou amparo teórico para fundamentação dos conceitos chave para a pesquisa. Desse apanhado teórico, foi de especial importância as definições de imagem pública, de Gomes (2004), escândalo e escândalo político de Thompson (2002) e as definições de

enquadramento encontradas em Porto (2004). O uso do enquadramento enquanto metodologia se mostrou desafiador; ao fim da leitura teórica, optou-se pelo uso adaptado de algumas propostas de análise de enquadramento, a saber: o modelo das controvérsias interpretativas de Porto (2007) e análise do material com vistas na identificação de uma ideia organizadora (adaptado de TUCHMAN 1976/1993 in GUAZINA, 2011), assim como possíveis atribuições de responsabilidade e julgamentos morais, sob o ponto de vista de Entman (2004). De posse do método de análise partiu-se para o estudo propriamente dito.

Foram selecionadas todas as reportagens jornalísticas do período desejado e separadas as que traziam Demóstenes Torres como personagem central, totalizando 11 matérias no total. Em seguida, foi feita uma primeira análise em termos gerais com vistas a traçar um panorama quantitativo do material estudado. Nesta análise inicial já foi possível perceber a estrutura sequencial adotada no caso, composta de 1 matéria referente ao período de divulgação, 3 referentes à etapa do clímax e 1 na qual foram abordadas as consequências no caso da Veja.

Na *Época*, a estrutura foi quase idêntica, havendo apenas uma matéria a mais na etapa de consequências. Uma curiosidade foi o fato que uma das matérias da etapa de consequências da *Época* foi publicada ainda em abril, enquanto o escândalo ainda estava em curso, diferenciando-se do "natural" em casos desse tipo.

Passada a primeira análise, foi-se realizada mais uma para identificar os principais enquadramentos referentes às matérias estudadas. Tal identificação foi realizada através da análise das reportagens, especialmente do título, subtítulo e primeiro parágrafo. A análise resultou na identificação de 5 enquadramentos

distintos, sendo dois referentes à própria imagem de Demóstenes Torres: o enquadramento “dupla identidade” e o enquadramento “falso moralista” e os outros três referentes à caracterização das relações entre o senador e Carlinhos Cachoeira, sendo eles: “amigo do contraventor”, “parceiro de Cachoeira” e “serviçal de Cachoeira”. Verificou-se que os enquadramentos mais recorrentes nas matérias foram “dupla identidade” e “serviçal de Cachoeira” com 28% e 27%, respectivamente.

Identificados os enquadramentos, passamos à análise da forma com que esses enquadramentos foram utilizados na desconstrução da imagem pública de Demóstenes e que elementos discursivos foram utilizados nessa desconstrução.

No que diz respeito aos enquadramentos relacionados à figura de Demóstenes Torres, constatou-se que a principal estratégia foi a contraposição entre a imagem que o político possuía antes do escândalo seguida da imagem do senador revelada pelas escutas telefônicas. Comumente era utilizada uma expressão após a descrição da imagem antiga do parlamentar que desse conta de que essa representação não mais correspondia à realidade.

A respeito dos enquadramentos correspondentes à relação de Demóstenes com Cachoeira, identificou-se que inicialmente, no enquadramento “amigo do contraventor” o desgaste da figura de Demóstenes Torres advinha de haver um envolvimento com alguém de reputação do calibre da de Carlinhos Cachoeira. A partir do momento que esse envolvimento ficou mais evidente, cresceram as manifestações de condenação. No enquadramento seguinte, “parceiro de Cachoeira” os danos à imagem do senador vinham de suas próprias ações evidenciadas para favorecer os interesses do grupo do empresário. Essas ações

criminosas combatiam a reputação de político ético construída por Demóstenes Torres ao longo de sua carreira política.

O último enquadramento, “serviçal de Cachoeira”, foi identificado como o mais capaz de desconstruir a imagem de Demóstenes Torres nos diferentes pontos; evidenciando por um lado as atividades criminosas feitas em defesa do empresário Carlinhos Cachoeira (o que já era feito no enquadramento anterior) mas também desmontava a figura de liderança, que fazia parte do conjunto de atributos do antigo Demóstenes Torres, ao retratá-lo como um serviçal que somente cumpre obrigações atribuídas por seu chefe, Carlinhos Cachoeira.

Combinados, os enquadramentos identificados foram, em menor ou maior medida, responsáveis por substituir, ao menos nas duas publicações analisadas, a imagem do senador Demóstenes Torres, político bem-sucedido, líder de seu partido, paladino da ética e guardião da moral pela imagem do serviçal Demóstenes Torres, político corrupto, que pauta seu mandato por interesses particulares e age em obediência às ordens do comandante dos planos: Carlinhos Cachoeira.

É importante ressaltar ainda que as considerações aqui apresentadas não se configuram em uma conclusão cabal, mas em indicativos a respeito do problema de pesquisa.

Para perspectivas futuras e melhoria, trabalhos desse tipo poderiam também se dedicar a estudar também a recepção da mensagem para perceber os verdadeiros efeitos dessa desconstrução na audiência. Além disso, valeria um aprofundamento maior nas particularidades do caso, assim como mergulhar mais fundo nas características particulares de cobertura de cada revista diferente, inclusive com a escolha de linhas editoriais mais distintas entre as publicações.

Referências Bibliográficas

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

ARGENTI, Paul A. **Comunicação empresarial: a construção da identidade, imagem e reputação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

AUGUSTI, Alexandre Rossato. **Jornalismo e comportamento: os valores presentes no discurso da revista Veja**. 2005. 181f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2005.

BARBOSA, Diana Teixeira. **Uma análise sobre a construção da imagem pública de Severino Cavalcanti**. 2006. 128f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.5, p. 193-216, 2011. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/rbcp/article/viewFile/6274/5133>

BRETAS, Gioconda Vieira. **Controvérsias interpretativas na atualidade mediática: um estudo sobre os enquadramentos do Jornal Nacional**. 2009. 229f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

CARTA, M. O homem que fez a Veja. In: ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Coord.). **Eles mudaram a imprensa**: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 184-211

ENTMAN, Robert. **Projections of Power**. Chicago, University of Chicago Press, 2004.

FORTES, Leandro. O Brasil de Cachoeira. *Carta Capital*. São Paulo: Confiança. Ano XVII, nº. 693, 18 de abril de 2012. pp. 28-34.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo e GÓES, José Cristian. “Contribuições da teoria do enquadramento para compreender o sensacionalismo no jornalismo”. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, vol. 11, n.2. pp. 291-310, 2012.

GERZON, Vera Regina Serezer. **A mídia como dispositivo da governabilidade neoliberal**: os discursos sobre educação nas revistas Veja, Época e Istoé. 2007. 164f. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GUAZINA, Liziane. **Jornalismo em busca da credibilidade**: a cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão. 2011. 256f. Tese (doutorado) - Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília. 2011.

HERNANDES, Nilton. **A revista Veja e o discurso do emprego na globalização**: uma análise semiótica. Salvador: Edufba; Maceió: Edufal, 2004.

LEAL, P. M. V. News Frames no Jornalismo Político Brasileiro: Análise de enquadramento da cobertura do escândalo dos Sanguessugas. In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM, 30., 2007, Santos. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R11113-1.pdf>>

McCOMBS, Maxwell e SHAW, Donald. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, p. 176-185, 1972.

MIGUEL, L. Felipe. Os Meios de Comunicação e a Prática Política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a07n5556.pdf>>

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Enquadramentos lúdicos-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para enquadrar narrativamente os conflitos políticos. In MIGUEL, L. Felipe e BIROLI, Flavia. **Mídia: representação e democracia**. São Paulo, Hucitech, pp. 137-161, 2010.

MOTTA, Luiz Gonzaga e GUAZINA, Liziane. "O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional". **Brazilian Journalism Research**, vol. 6, n.1. Disponível em: <<http://www.sbpjor.org.br/ojs>>

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. **Jornalismo em revistas no Brasil**: um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete. São Paulo: Annablume, 2002.

NOLETO FILHO, Pedro Aquino. **A imagem pública do Congresso**: uma análise político-midiática. 2009. 322f. Tese (doutorado) - Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

PORTO, Mauro. **Televisão e Política no Brasil: a Rede Globo e as interpretações de audiência**. Rio de Janeiro, E-Papers Editora, 2007

_____. Enquadramentos da mídia e política, In: RUBIM, A. A. C. (org.), **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. São Paulo: Editora Unesp; Salvador: Editora UFBA, 2004, pp. 73-104.

_____. Enquadramentos da Mídia e Política, In: XXVI ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, 26., 2002, Caxambu/MG. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4400&Itemid=317>

PRADO, José Luiz Aidar. O perfil dos vencedores em Veja. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos** – UNISINOS. São Leopoldo, vol.5, n.2, dezembro de 2003.

de SENNE, F. J. N. **Enquadrando a política sob a ótica do escândalo**: uma análise da cobertura de três escândalos políticos midiáticos, a partir da perspectiva do enquadramento. 2009. 138f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília. 2009. Disponível em <http://bdtd.bce.unb.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5277>

THOMPSON, John B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

Anexos

Anexo 01: Modelo de ficha de análise

Ficha de análise

1. Veículo

() Veja () Época

2. Data, edição e página

3. Título da matéria

3.1 Título da Capa

4. Subtítulo

5. Editoria

6. Ideia enfatizada nos primeiros parágrafos

7. Verbos e adjetivos utilizados

7.1 Recursos infográficos e complementares

8. Ideia organizadora

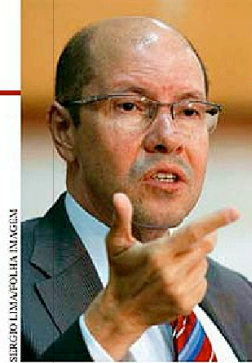
Anexo 02: Reportagens analisadas

Veja - 07 de março de 2012, edição 2259, ano 45 - nº 10

Brasil

GAME OVER

Petista é condenado e polícia investiga relações de outros políticos com a máfia que explorava o jogo ilegal em Goiás



EM ÁUDIO

Demóstenes Torres:
fôlego da
Casa Branca

Em fevereiro de 2004, uma gravação que mostrava o principal assessor do então ministro da Casa Civil, José Dirceu, cobrando propina de um empresário de jogos mergulhou o governo Lula em sua primeira grave crise ética. Waldomiro Diniz, amigo próximo de Dirceu e influente nas altas-rodas petistas, presidia a Loteria Estadual do Rio de Janeiro quando foi pilhado oferecendo-se para modificar o edital de uma licitação da estatal para beneficiar Carlos Augusto

Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Em troca do favor, Waldomiro pediu propina para ele e para o partido. O encontro em que a proposta ocorreu foi gravado por Cachoeira e sua divulgação representou o primeiro abalo à imagem de guardião da ética na qual o PT sempre se apoiou. Na segunda-feira passada, oito anos depois de revelado o escândalo, a Justiça do Rio condenou Waldomiro a quinze anos de prisão e Cachoeira a dez pelos crimes de corrupção ativa e passiva e fraude em licitação.



EM VÍDEO

O empresário Carlos Cachoeira, condenado a dez anos de prisão, e o petista Waldomiro Diniz, condenado a quinze: a tentativa de achaque foi o primeiro escândalo a eclodir no governo Lula



A condenação de Waldomiro e Carlinhos Cachoeira aconteceu dois dias antes de uma operação da Polícia Federal que pode provocar outro tsunami político em Brasília. Na semana passada, Carlos Cachoeira foi preso. Ele comandava um esquema de jogos de azar fazia dezessete anos, que funcionava graças à cooptação de autoridades de todos os níveis. Ainda mantidas em sigilo, há no inquérito escutas telefônicas feitas com autorização judicial. Nelas, segundo os investigadores, surgem elos comprometedores entre o crime organizado e o mundo político. O senador Demóstenes Torres, do DEM de Goiás, foi gravado em quase 300 ligações com o empresário de jogos. Segundo os investigadores, são conversas que revelam, no mínimo, uma relação muito próxima entre os dois, a ponto de o parlamentar ter ganho de Cachoeira, no ano passado, um presente de casamento avaliado em 30 000 reais.

Procurado por VEJA, o senador Demóstenes confirmou que falava com frequência com Cachoeira. "É meu amigo. É uma figura conhecida em Goiás, simpática com todo mundo, é um empresário daqui", afirma ele. "Carlinhos não era conhecido entre nós por explorar jogos de azar. Ele tinha explorado, lá atrás, jogos legais em Goiás. Para os amigos, dizia que não mexia com nada ilegal." O senador alega que, recentemente, muitos dos seus contatos com Cachoeira tiveram por objetivo administrar uma crise conjugal entre amigos. Sobre o presente de casamento, o senador confirma que ganhou "uma geladeira e um fogão" — ambos importados, de uma marca americana conhecida por equipar a cozinha da Casa Branca. Por envolver políticos com foro privilegiado, essa parte da investigação será encaminhada ao Supremo Tribunal Federal. ■

RODRIGO RANGEL E GUSTAVO RIBEIRO

Veja - 04 de abril de 2012, edição 2263, ano 45 - nº 14



Brasil

O SENADOR DESCE AOS INFERNOS

Gravações da Polícia Federal, obtidas com exclusividade por VEJA, revelam novas conversas sobre negócios entre Demóstenes Torres e o contraventor Carlos Cachoeira e complicam ainda mais a situação do parlamentar

RODRIGO RANGEL

Mesmo no tolerante mundo da política brasileira, certos tipos de relacionamento costumam ser fatais para a reputação de homens públicos. Um congressista usar do cargo para defender interesses privados em troca de benefícios materiais é inaceitável em qualquer ambiente que preze minimamente os valores republicanos. A situação torna-se ainda mais insustentável quando o congressista pilhado nesse tipo de

comportamento é, aos olhos do grande público, o mais ardoroso defensor da moral e dos bons costumes. Coloque-se do outro lado da relação promíscua um contraventor acusado de comandar uma máfia especializada em jogos ilegais e negócios suspeitos com o poder, e abrem-se para o congressista os portões dos mais profundos círculos infernais de Dante — os da fraude e da traição. Estrela da oposição, intransigente defensor da ética e crítico ferrenho do comportamento dos colegas, o senador Demóstenes Torres é um político nessas

circunstâncias, que só pioram para ele à medida que se revela a natureza de sua relação com o contraventor goiano Carlinhos Cachoeira, que está preso.

Pilhado em uma investigação da Polícia Federal que mapeou os negócios de Cachoeira, Demóstenes Torres viu sua biografia virar pó desde que começou a ser revelada a amplitude de suas relações com o contraventor. Descobriu-se que o senador — que em público tinha um comportamento reto, vigilante — possuía uma conduta bem diferente no ambiente privado. Confor-



JEREMY ALMEIDA



ANDRÉ COLLOMAG GLOBO

SIGILO Demóstenes e Carlos Cachoeira usavam telefones codificados para garantir a privacidade de suas conversas

me VEJA revelou em sua edição de 7 de março passado, Demóstenes gozava da intimidade do contraventor, com quem falava em média duas vezes por dia, e dele recebeu de presente uma geladeira e um fogão importados avaliados em 30.000 reais. Amigos de posses podem muito bem se presentear com fogões e geladeiras desse valor. Mas a situação do senador se complicou com a revelação de que entre ele e o contraventor existia mais do que amizade. Existia uma sociedade de interesses mútuos — o contraventor dava presen-

tes e dinheiro; o senador retribuía advogando em favor dos negócios do sócio.

VEJA obteve cópias de áudios gravados pela polícia que evidenciam a natureza da relação comercial entre os dois. Nas gravações, Demóstenes se comporta como sócio de Cachoeira.

DIÁLOGO GRAVADO EM 14 DE ABRIL DE 2011

Demóstenes usa o cargo de senador para ajudar o contraventor Carlinhos Cachoeira, também dono de laborató-

rio farmacêutico, a resolver problemas da empresa na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Demóstenes — Fala, professor!
Cachoeira — Doutor, aquele negócio daquele rapaz do Enio que trabalha na Anvisa, pô. Podia pôr ele com o Wladimir aí pro Wladimir olhar nossas coisas com ele. O tal de Rech (segundo a PF, Norberto Rech, diretor adjunto da Anvisa).

Cai a ligação e em seguida eles voltam a se falar:

Brasil

Horas depois, a dupla volta a tratar do assunto:

Demóstenes — Tô achando que este trem de Ibama não vai resolver nada pra ele, não. Tô às ordens, mas acho que é melhor ir por cima. Eu tenho acesso bom à ministra.

Cachoeira — À ministra?

Demóstenes — Ministra! A ministra lá do Meio Ambiente. O Ibama é subordinado a ela, uai!

Cachoeira — Agora. Vou falar pra ele te chamar aí. Obrigado aí!

Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal abriu inquérito para investigar Demóstenes. "Meu cliente é vítima de uma investigação ilegal", afirma o advogado do senador, Antonio Carlos de Almeida Castro. A investigação promete causar danos também em outras frentes. Os grampos telefônicos põem na cena da máfia os governos de Brasília, comandado por Agnelo Queiroz (PT), e de Goiás, controlado por Marconi Perillo (PSDB). Em Brasília, as escutas indicam que o grupo tinha acesso ao gabinete de Agnelo. Inclusive para fazer indicações políticas. "Esse documento aí é para botar na mão do Marcelão (...) Ele vai direto no gabinete do governador", diz o araponga Idalberto Matias, o Dadá, um dos capangas de Cachoeira. "São os nomes que a gente quer", afirma.

O governador Agnelo negou a VEJA qualquer relação com a tropa de Cachoeira. Em Goiás, as investigações mostraram que o ponto de contato entre Cachoeira e o governador Marconi Perillo era um ex-vereador de Goiânia. Também lá o contraventor decide nomeações — e diz até que cargos cada indicado vai ocupar e quanto vai ganhar. O governador de Goiás também nega ligação com Cachoeira e diz que combate "toda sorte de crimes e contravenções". ■

"O Policarpo nunca vai ser nosso"

Convocado em 2005 por uma comissão do Senado a explicar sua participação no transporte de mais de 1 milhão de dólares ilegais usados na campanha petista de 2002, o economista Vladimir Poletto disse que fora violentamente constrangido pelo jornalista Policarpo Junior, que teria obtido a declaração gravando-o sem seu consentimento. O sistema de som do plenário, então, reproduziu a íntegra da entrevista. A conversa entre Policarpo e Poletto foi transmitida pela TV Senado para todo o Brasil. Diante da gravidade das denúncias feitas pelo economista, Policarpo pediu autorização para gravar a entrevista, registrando a hora, o local e o contexto em que ela estava ocorrendo. Poletto respondeu em voz clara: "Pode gravar". Os senadores em plenário caíram na gargalhada. Desmascarado, Poletto tentou desajeitadamente se explicar, mas foi interrompido pelo então senador Tasso Jereissati: "É melhor se calar, senhor Poletto, pois o correto seria o senhor sair preso daqui por ter mentido sob juramento".

Assim, com total transparência de propósitos, trabalha o jornalista Policarpo Junior, um dos redatores-chefes de VEJA e diretor da sucursal da revista em Brasília. Seu nome é citado algumas vezes nas gravações legais de

conversas telefônicas entre o contraventor Carlinhos Cachoeira e o ex-agente da Abin Jairo Martins. VEJA teve acesso ao diálogo, captado em 8 de julho do ano passado. Cachoeira foi fonte de informações de Policarpo — e de muitos outros jornalistas. A íntegra da conversa interceptada (a transcrição e a gravação sonora) em que o nome de Policarpo é citado está disponível no site de VEJA.com. Alguns trechos:

Cachoeira — O Policarpo, você conhece muito bem ele. Ele não faz favor pra ninguém e muito menos pra você. Não se iluda, não (...) Os grandes furos do Policarpo fomos nós que demos, rapaz (...) Ele não vai fazer nada proê.

Jairo — É, não, isso é verdade aí.

Cachoeira — Limpando esse Brasil, rapaz, fazendo um bem do c. pro Brasil, essa corrupção aí. Quantos já foram, rapaz. E tudo via Policarpo. Agora, não é bom você falar isso com o Policarpo não, sabe. Você tem que afastar dele e a barriga dele doer, sabe? Tem que ter a troca, ô Jairo. Nunca cobramos a troca.

Jairo — Isso é verdade.

Cachoeira — E fala pra ele (...) eu ganho algum centavo seu, Policarpo? Não ganho (...) Nós temos de ter jornalista na mão, ô Jairo. Nós temos que ter jornalista. O Policarpo nunca vai ser nosso...

Jairo — É, não tem não, não tem não. Ele não tem mesmo não. Ele é f...

POLETO DESMASCARADO

Ele mentiu sobre Policarpo e quase saiu preso do Senado



Veja - 11 de abril de 2012, edição 2264, ano 45 - nº 15

Brasil

LAÇOS FINANCEIROS

Novos diálogos mostram que a quadrilha liderada pelo contraventor Carlos Cachoeira movimentava milhões de reais — e sugerem que o senador Demóstenes Torres se beneficiava do dinheiro



RODRIGO RANGEL

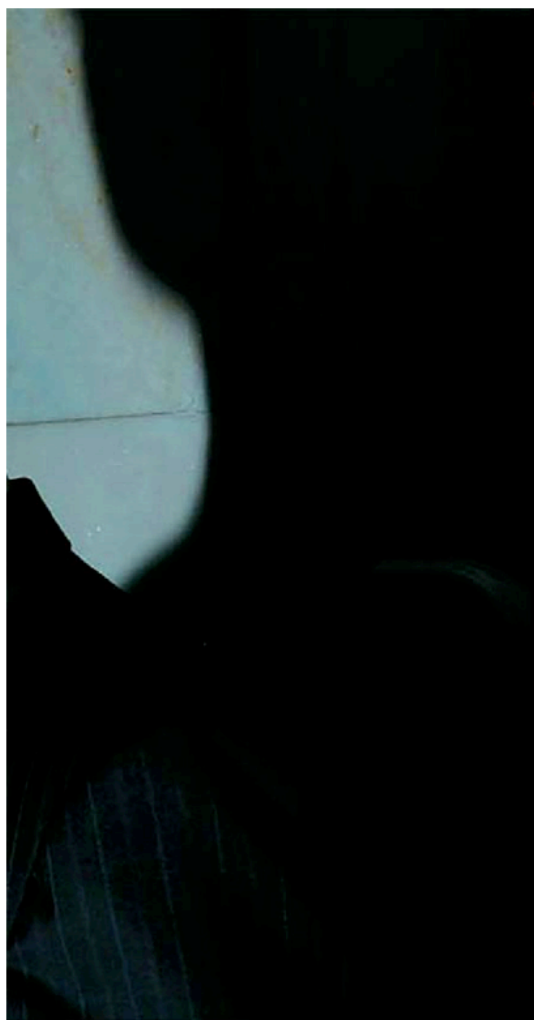
Há muitos exemplos conhecidos de tentativas frustradas de alguns políticos de trafegar harmonicamente entre dois universos. O ideal, aquele em que ele se apresenta ao eleitor, é aprovado pelas urnas, declara à Justiça todos os seus gastos de campanha e assume o mandato para defender os interesses dos eleitores. O outro, mais comum, ocorre quando o político, para se eleger, assume tantos compromissos que acaba se tornando um serviçal de interesses muitas vezes inconfessáveis. É quando se descobre esse portal aberto que aparecem os grandes escândalos. Foi por seguir essa segunda trilha que o senador Demóstenes Torres viu sua até então brilhante biografia ser fulminada de uma hora para a

outra por pesadas acusações amparadas em evidências. Nas últimas semanas, surgiram dezenas de diálogos que confrontaram o senador Demóstenes com o serviçal Demóstenes, que usava seu poder, influência e credibilidade de guardião da ética para atuar em defesa dos interesses do contraventor Carlos Cachoeira. Isso já seria devastador para o parlamentar que nos últimos anos foi exemplo de combatividade e dignidade. Em novos diálogos gravados, o nome do senador aparece em circunstâncias ainda mais constrangedoras.

VEJA teve acesso a um relatório da investigação feita pela Polícia Federal e pelo Ministério Público que menciona pagamentos diretos ao senador. O documento tem por base um diálogo captado em 22 de março de 2011 entre Carlinhos Cachoeira e Cláudio Abreu, par-

ceiro do contraventor incumbido de tocar outro braço da máfia que, paralelamente à jogatina, se especializara em fazer contratos com governos. O relatório em poder do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, diz que, na conversa, ambos se referem a um depósito de 1 milhão de reais para Demóstenes. O dinheiro teria sido depositado na conta do senador e faria parte de um "valor total" repassado de 3,1 milhões de reais. Foi com base nesse diálogo que o procurador-geral pediu a quebra do sigilo bancário de Demóstenes. A medida foi autorizada pelo ministro Ricardo Lewandowski, relator do inquérito que investiga o senador no Supremo Tribunal Federal (STF).

Um outro diálogo, de 12 de julho do ano passado, também relaciona Demóstenes a dinheiro vindo do grupo de



GEORGE GIANINIG PIRELLA

CELSON J. ANDRADE

SUSPEITA Conversas que tratam de um suposto depósito na conta do senador levaram o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, a decretar a quebra de sigilo bancário e fiscal do parlamentar

Cachoeira. Um emissário do contraventor procura o senador, em Brasília, para lhe entregar uma encomenda. “Tô com um negocinho para entregar... Queria ver com o senhor onde é que a gente pode... Onde quer que eu leve”, diz Gleyb Ferreira, assessor de Cachoeira. Demóstenes marca o encontro para o apartamento funcional que ocupa, na Asa Sul da cidade. Com base em um diálogo registrado pouco depois, entre Cachoeira e Gleyb, os investigadores concluem que o “negocinho” em questão era um pacote de 20 000 reais. Segundo a investigação, Cachoeira e Cláudio Abreu eram os representantes, na região central do país, dos negócios da Delta Construção, um gigante do ramo de obras e limpeza pública que viu seus negócios se multiplicarem no país nos últimos anos. A máfia acumu-

lava a defesa dos interesses da Delta com seus negócios no mundo da jogatina. Nesse braço extra da atividade do grupo, Demóstenes aparece como parceiro de primeira hora — a ponto de ser citado, em outro documento produzido pelos investigadores, como “sócio oculto” dos negócios da Delta na Região Centro-Oeste. O relatório indica que os supostos pagamentos feitos a Demóstenes vinham justamente da Delta — que também dava presentes e fornecia vinhos ao senador.

É bom ressaltar que, nesses diálogos captados pela Polícia Federal, não é o senador que aparece confessando recebimento de dinheiro sujo. São terceiros que falam sobre “pagamentos”. Os pagamentos efetivamente foram feitos? Isso só a investigação vai demonstrar. O advogado do senador, An-

tonio Carlos de Almeida Castro, nega que Demóstenes tenha recebido qualquer valor da máfia. “Essas escutas são ilegais”, argumentou ele, que vai pedir ao Supremo a anulação das provas colhidas no bojo da investigação sobre as conexões do senador com o contraventor preso. Do ponto de vista jurídico, a argumentação do advogado de Demóstenes é ponderável e pode mesmo livrar seu cliente de uma condenação. Politicamente, porém, a situação de Demóstenes Torres parece não ter conserto. Ameaçado de expulsão pelo DEM, o parlamentar pediu sua desfiliação do partido e será alvo de processo no Conselho de Ética do Senado. Com boa dose de certeza, ele se juntará a Luiz Estevão como os dois únicos senadores cassados pelo próprio Senado na história da República. ■

Veja - 09 de maio de 2012, edição 2268, ano 45 - nº 19



Brasil

OS DOIS SENADORES

O Conselho de Ética se prepara para cassar o mandato de Demóstenes Torres — político elogiado pelo comportamento exemplar, mas que tinha uma vida paralela

GUSTAVO RIBEIRO

Durante nove anos de mandato, Demóstenes Torres construiu uma sólida carreira no Senado. Era admirado por governistas e opositores como um político de primeira linha, implacável no combate à corrupção, defensor dos valores republicanos e talhado para o debate qualificado de projetos de interesse do país. Parlamentar em permanente ascensão, tornou-se a reserva moral de um Congresso que, segundo os próprios integrantes, perdia qualidade e moralidade ano após ano. Por isso, Demóstenes despontava como favorito para representar o DEM, seu antigo partido, na sucessão presidencial de 2014. Despontava. O outrora poderoso Demóstenes é agora um político extinto. Caminha para o cadafalso desde março, quando VEJA revelou em primeira mão que ele fora gravado pela Polícia Federal em conversas telefônicas

com Carlinhos Cachoeira. O senador mostrou-se um ativo integrante de uma quadrilha especializada em explorar jogos ilegais e levantar contratos para empreiteiras na administração pública. Demóstenes foi pego praticando aquilo que condenava em público. Não é o único político com pecados e rabo preso com seus patrocinadores financeiros. Mas foi apanhado em flagrante, revelando-se um falso moralista.

Pois é esse Demóstenes alinhado à contravenção que, desde a semana passada, responde a processo por quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética do Senado. O colegiado decidirá se deve ser cassado o mandato do parlamentar. Em seguida, remeterá o caso para o plenário da Casa. Todas as apostas apontam para a perda do mandato. Nesse embate, o principal algoz de Demóstenes, o



O SENADOR NO CONGRESSO

OUTUBRO DE 2002

Eleito senador pelo PFL-GO

JUNHO DE 2003

Participa da elaboração do projeto que proíbe a contratação de parentes para cargos de confiança na administração pública

MAIO DE 2007

Como relator da CPI do Apagão Aéreo, recomenda o indiciamento de dezesseis pessoas

MARÇO DE 2009

Assume a presidência da Comissão de Constituição e Justiça, a mais importante do Senado, relatando o projeto da Lei da Ficha Limpa

MAIO DE 2010

Propõe reforma no Código Penal e na Lei de Execução Penal para implantar um rigoroso sistema de monitoramento de autores de crimes hediondos





DE OLHO NO PASSADO Os vários momentos do senador: defesa pública de propostas sadias e um lobby subterrâneo em favor dos interesses da contravenção

O SENADOR GRAMPEADO

ABRIL DE 2009

Discute com Cachoeira um projeto de lei que tornaria mais severas as punições à exploração de jogos ilegais. E alerta o contraventor: "Isso vai te pegar"

JUNHO DE 2009

Em um diálogo com Cachoeira, Demóstenes pede ao bicheiro que pague a conta de um avião fretado no valor de 3 000 reais

MAIO DE 2011

Cachoeira solicita a Demóstenes que atue junto ao Ministério Público de Goiás contra uma empresa que prejudicava seus interesses

JULHO DE 2011

Demóstenes presta contas ao contraventor, usando o cargo para beneficiar a Delta Construções

JULHO DE 2011

O senador ganha de Cachoeira eletrodomésticos avaliados em 30 000 reais como presente de casamento



DETOUR ORBITÓRIO/ANA MARIA LUIZ/AMARQUES POLÍGRAFOS

Brasil

político outrora bem-sucedido, será justamente o Demóstenes defensor dos interesses da jogatina. O relator do processo no Conselho de Ética, o petista Humberto Costa, mostrou que o senador Demóstenes mentiu ao dizer que tinha apenas uma relação de amizade com Carlinhos Cachoeira e que sempre se posicionara contra a legalização dos jogos de azar. Costa lembrou que Demóstenes discursou a favor da legalização dos jogos em 2003. No ano seguinte, votou contra a medida provisória editada pelo presidente Lula que proibia a exploração dos bingos e de máquinas caça-níqueis. Assim, as relações promíscuas entre o político e o contraventor estariam configuradas. Além do mais, Demóstenes mentiu — e a mentira, lembre-se, foi o motivo da única cassação de mandato da história do Senado, aplicada a Luiz Estevão, em 2000.

As decisões sobre a perda de mandato são políticas e independem de provas cabais ou ritos observados na Justiça. No caso de Demóstenes, pesa sobremaneira o fato de ele ter se destacado como um personagem de dupla personalidade. Durante as investigações da Polícia Federal, que monitorou as atividades de Carlos Cachoeira, descobriu-se que o contraventor pagava despesas pessoais de Demóstenes e o remunerava por serviços de lobby realizados em

governos estaduais e órgãos federais. Quando surgiram as primeiras evidências da ligação de Demóstenes com Cachoeira, seus pares no Senado se recusaram a acreditar. Embalsado pelo prestígio construído ao longo de quase uma década, Demóstenes recebeu manifestações de apoio de mais de quarenta senadores de todos os partidos, que foram à tribuna defendendo-o. Os senadores ainda estão perplexos com a revelação do lado obscuro do colega. “Naquele dia defendi o parlamentar que conhecia. Um homem que se mostrava correto. Ele nunca havia dado sinal algum de comportamento antiético”, disse o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) na semana passada.

A sucessão de revelações constrangedoras minou o apoio político a Demóstenes. Primeiro, ele foi obrigado a se desligar do DEM. Agora, está prestes a ter o mandato cassado. Nas conversas gravadas pela PF, Demóstenes aparece supostamente recebendo do contraventor instruções diretas sobre como deveria se comportar no Congresso em matérias do seu interesse. Outros trechos falam das contrapartidas recebidas: eletrodomésticos importados de última geração, viagens de avião e até uma encomenda especialíssima, garrafas do vinho francês Château Cheval Blanc, safra de 1947, cujo pre-

ço unitário pode passar de 10 000 dólares. Segundo o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, o senador teria recebido do contraventor cerca de 3,1 milhões de reais em dinheiro. Houve uma mistura inequívoca de interesses públicos e privados, circunstância que teria provocado no antigo Demóstenes, o público defensor da ética, uma reação colérica.

O Demóstenes desmascarado pediu prorrogação de prazo para fazer sua defesa. Ao Supremo Tribunal Federal (STF) solicitou a exclusão de todas as escutas telefônicas do rol de provas do processo. Por ter foro privilegiado, alega que não poderia ter sido gravado sem autorização prévia do STF. “São escutas ilegais, que extrapolam a competência da PF e carecem de perícia”, disse Antônio Carlos de Almeida Castro, advogado do senador. Os congressistas tendem historicamente a relevar desvios de conduta de colegas. Não será o caso agora. Os senadores sentiram-se traídos por Demóstenes, que durante muito tempo posou de vestal e deu lições de moral aos colegas. Demóstenes encarna à perfeição a frase atribuída ao maior presidente americano, Abraham Lincoln: “Você pode enganar uma pessoa por muito tempo; algumas por algum tempo; mas não consegue enganar a todas por todo o tempo”.



Alvaro Dias (PSDB-PR)

Era impossível saber que o defensor da ética tinha também atividades irregulares. Quando surgiram as denúncias, 44 senadores de todos os partidos deram-lhe apoio. Dupla personalidade.



José Agripino (DEM-RN)

Ele era uma expressão do partido. Eu, assim como todo o país, fui surpreendido pelas evidências que se avolumaram. O sentimento é de profunda decepção.



Pedro Taques (PDT-MT)

Quando assumi meu mandato, no ano passado, Demóstenes era uma referência. Relatamos matérias juntos várias vezes. É muito triste descobrir que ele não é quem demonstrava ser.



Delcídio do Amaral (PT-MS)

O Senado como um todo recebeu as notícias com estardalhaço. Ele sempre foi visto na Casa como uma figura política de valor e um homem influente.



Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Além da surpresa, recebi as notícias com indignação. Em Brasília, ele era um defensor das leis e do decoro. A 200 quilômetros do Congresso, porém, mostrava-se um servil de um bicheiro.



Kátia Abreu (PSD-TO)

Fiquei realmente abatida. Foi um choque. Ver esse comportamento de um senador que se mostrava tão sério e competente.

Veja - 18 de julho de 2012, edição 2278, ano 45 - nº 29



ANTÍTESE CASSADA

Demóstenes Torres, um implacável defensor da ética no Parlamento, perdeu o mandato por falta de decoro, depois de reveladas suas relações com Carlos Cachoeira

ADRIANO CEOLIN

Em nove anos de atividade parlamentar, Demóstenes Torres construiu a imagem de um político-modelo. Defensor intransigente da ética, astuto e bem relacionado, era respeitado entre seus pares. Foi campeão de votos em 2010 e alçado a líder da oposição ao governo no Congresso Nacional. Tornou-se também o principal

exponente do partido que o elegeu, o DEM, e era visto como um potencial candidato à Presidência da República. Demóstenes Torres, porém, entra para a história do Senado como o segundo parlamentar da Casa a ser cassado. Ele perdeu o mandato depois que a Polícia Federal expôs as relações que mantinha com o contraventor Carlinhos Cachoeira. Os dois se falavam regularmente por meio de um celular americano, suposta-

mente à prova de grampos, numa tentativa frustrada de evitar interceptações telefônicas. Captadas, as conversas revelaram um Demóstenes diferente, que não combinava com a sua versão conhecida, praticamente uma antítese do famoso senador — um lobista a serviço do contraventor. A existência desses dois personagens selou o destino do parlamentar.

Publicamente, Demóstenes se comportava como um vigilante. Ocupou a tribuna do Senado em diversas ocasiões para passar descomposturas e exigir a punição de colegas pilhados em situações desabonadoras. Quando se descobriu que o ex-presidente do Senado Re-



CONTRADIÇÃO

O senador discursou pela última vez no plenário e pediu desculpas aos colegas por suas virtudes

nan Calheiros tinha as contas pagas por um empreiteiro. Demóstenes tomou a tribuna para pedir sua cassação. O mesmo ocorreu quando o escândalo dos atos secretos expuseram o atual presidente do Congresso, José Sarney. Novamente Demóstenes agiu de forma implacável. Renan foi absolvido no plenário e as representações contra Sarney não chegaram sequer a virar processo no Conselho de Ética, apesar das incontestáveis evidências contra ambos. Esse comportamento intolerante lhe rendeu prestígio, mas muitos desafetos. Os diálogos captados pela PF destruíram sua imagem. Desmascarado, Demóstenes sofreu sua morte política na quarta-feira passada. Ao ser cassado — por 56 votos a favor e 19 contra —, ele se tornou inelegível até 2027.

Apesar da falta de tradição do Senado, a cassação não surpreen-

deu. Por ter sido eleito por um partido em decadência, ser integrante da oposição ao governo e ter a imagem construída justamente sob a bandeira da ética, as circunstâncias lhe eram inteiramente desfavoráveis. Em seu último discurso, o senador comparou-se a uma mulher acusada que não sabe como se defender. Depois disse que se sentia um cão sarrento perseguido. Em seguida, pediu aos colegas que não agissem como Pilatos, que lavou as mãos diante da decisão

do povo de Jerusalém de poupar o bandido Barrabás em vez de Jesus Cristo. Por fim, pediu desculpas por ter sido implacável contra os pares que um dia também foram acusados de quebrar o decoro. “Perdoem-me aqueles que, levemente, ofendi e advirto os mais novos mais como um conselho mesmo: não entrem por esse caminho, isso é uma bobagem; pegar minutos de fama, ir para a televisão, aparecer atacando um colega. Eu aprendi duramente, amargamente, sofridamente”, disse. O senador socorreu-se de sua antítese para fazer essa peroração.

Com a saída de Demóstenes, entra em seu lugar Wilder Moraes, que era conhecido até então apenas como ex-marido de Andressa Mendonça, a atual mulher de Cachoeira. Eleito como primeiro suplente na chapa de Demóstenes, ele declarou à Justiça Eleitoral, em 2010, ter um patrimônio de mais de 14 milhões de reais. Sua principal atividade é a construção civil, mais especificamente obras de prédios que abrigam supermercados. Wilder vinha exercendo a função de secretário de Infraestrutura do governo de Goiás, comandado pelo tucano Marconi Perillo. Oficialmente, ele foi indicado por Demóstenes. No entanto, grampos da PF captaram um diálogo em que ele agradece a Cachoeira o ingresso na vida pública. O PSOL, autor da representação contra Demóstenes, já cobra, por isso, explicações do empresário.

No mesmo dia em que o Senado cassou um congressista pela segunda vez em 188 anos — o primeiro foi Luiz Estevão, em 2000 —, a Câmara arquivou três representações contra deputados citados no escândalo Cachoeira: Rubens Otoni (PT-GO), que é mostrado em um vídeo combinando com o contraventor uma doação clandestina para sua campanha, Sandes Júnior (PP-GO), que aparece em conversas gravadas pedindo favores a Carlos Cachoeira, e Protógenes Queiroz (PCdoB-SP), personagem de um diálogo no qual orienta um dos membros da quadrilha do contraventor sobre como se comportar em um depoimento à polícia. Já o tucano Carlos Alberto Leréia (GO) não mereceu a mesma complacência. Ele, que sempre admitiu ser amigo íntimo do contraventor, terá de explicar essas relações no Conselho de Ética. ■



CONSTRANGIMENTO

O suplente Wilder Moraes já chega tendo de se explicar

O bicheiro goiano Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, tornou-se conhecido nacionalmente como um dos protagonistas do primeiro grande escândalo da era do PT no governo federal, revelado por *ÉPOCA* em 2004. Dois anos antes, Cachoeira negociara com Waldomiro Diniz, assessor do então deputado José Dirceu (chefe da Casa Civil do governo Lula), contribuições para campanhas políticas de candidatos do PT nas eleições em 2002, como Benedita da Silva, no Rio de Janeiro, e Geraldo Magela, no Distrito Federal. Também fizera gravações em vídeo das negociações. Com a chegada do PT ao Palácio do Planalto, Cachoeira passara a cobrar uma retribuição na forma de um contrato na área de loterias com a Caixa Econômica Federal, não fora atendido e resolvera dar o troco: forneceu suas informações sobre o caixa dois petista ao Ministério Público Federal. Depois do caso Waldomiro, Cachoeira submergiu e passou a dizer que se afastara do ramo de jogos para se dedicar exclusivamente a negócios na área farmacêutica. Há três semanas, descobriu-se que Cachoeira continuou na ilegalidade e ativo como nunca. Ele foi preso durante a Operação

Monte Carlo, deflagrada pela Polícia Federal (PF), como o líder de uma quadrilha que operava máquinas caça-níqueis em Brasília e em Goiás.

No momento, Cachoeira passa seus dias no presídio federal de segurança máxima de Mossoró, Rio Grande do Norte, e negocia um acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal para reduzir sua provavelmente extensa pena. É uma perspectiva que assusta gente de todo o espectro político, por causa das conexões de Cachoeira com vários partidos. Sua prisão já causou abalos à reputação de alguns políticos de primeiro escalão, como o líder do DEM no Senado, Demóstenes Torres (GO). Ao grampear Cachoeira, a PF descobriu que ele mantinha conversas telefônicas regulares com Demóstenes, um promotor de carreira que se tornou um dos parlamentares campeões de projetos na área de segurança pública e ficou conhecido como um dos mais ferrenhos críticos do PT no governo. Depois da revelação das conversas com Cachoeira, Demóstenes admitiu uma relação de amizade com o bicheiro, de quem recebera uma geladeira e um fogão importados, mas negou saber que ele continuasse na contravenção. Demóstenes disse também que só conversava “trivialidades” com Cachoeira.

A proximidade incomum de Demóstenes, ex-secretário de Segurança Pública de Goiás, com um bicheiro se tornou mais esquisita ainda depois que *epoca.com.br* revelou que ele ganhou de Cachoeira um rádio Nextel, habilitado em Miami, para que os dois pudessem conversar diretamente. Demóstenes usava um dos 15 aparelhos cedidos por Cachoeira a pessoas de sua confiança. Cachoeira foi orientado por um policial federal, que integrava a quadrilha, a habilitar os aparelhos nos Estados Unidos. Ele acreditava que, assim, os aparelhos estariam imunes a grampos legais e ilegais – uma ideia que se mostrou equivocada, conforme revelaram as investigações da PF. O advogado de Demóstenes, Antônio Carlos de Almeida Castro, diz que não há ilegalidade no fato. Nem os colegas mais próximos de Demóstenes tentam atenuar a gravidade do problema. “O fato de o Demóstenes ter recebido o aparelho de rádio do Cachoeira não é normal nem razoável. É grave. Disse isso a ele”, afirmou o senador Pedro Taques (PDT-MT).

Por Demóstenes ser um crítico severo dos petistas, a lógica seria que ele passasse a ser uma presa tão fácil para o PT quanto um peixe ferido, a 2 metros de um tubarão faminto. Mas, no oceano do Congresso, o tubarão petista virou ▶

Quem tem ligação com Cachoeira

O bicheiro tem conexões com integrantes dos principais partidos políticos do país

DEM
DEMÓSTENES TORRES
Senador



Demóstenes ganhou de Cachoeira, como presente, um fogão e uma geladeira importados. Também ganhou um aparelho de rádio, habilitado nos EUA, exclusivamente para as conversas entre os dois

PT
RUBENS OTONI
Deputado federal



Carlinhos Cachoeira gravou uma conversa com o deputado Rubens Ottoni em que prometia R\$ 100 mil a sua campanha, de 2004, à prefeitura de Anápolis. A gravação foi divulgada depois da prisão de Cachoeira

PSDB
MARCONI PERILLO
Governador de Goiás



Segundo a PF, Cachoeira tinha acesso ao governador de Goiás. Quem intermediava os contatos entre Cachoeira e Perillo era o ex-presidente da Câmara de Vereadores de Goiânia Wladimir Garcez, filiado ao PSDB

PMDB
MAGUITO VILELA
Ex-governador de Goiás



O ex-governador Maguito Vilela foi padrinho do primeiro casamento de Cachoeira e cedeu, durante sua gestão, a exploração da loteria de Goiás a uma associação comandada pelo bicheiro

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL EM GOIÁS
DÉCIMA PRIMEIRA VARA Autos nº 13279-78.2011.4.01.350



Para se ter ideia do potencial ofensivo da organização criminosa investigada e das medidas de contra-inteligência adotadas, **CACHOEIRA vem utilizando para se comunicar com outros membros da quadrilha rádios Nextel habilitados nos Estados Unidos**, na esperança de que não poderiam ser interceptados pela Polícia Federal, encorajado pelo Delegado de Polícia Federal BYRON e pelo araponga DADÁ. Para azar deles e sorte da sociedade, a Polícia Federal conseguiu realizar a interceptação telefônica. E isso mudou todo o rumo da investigação.

vegetariano. Logo após a revelação dos presentes da geladeira e do fogão, Demóstenes subiu à tribuna do Senado para dar suas explicações. Os 43 senadores que o apartaram lhe prestaram solidariedade e apoio. Os petistas não apenas silenciaram nas críticas. Quatro deles – Eduardo Suplicy (SP), Paulo Paim (RS), Jorge Viana (AC) e Marta Suplicy (SP) – tomaram o microfone para defender Demóstenes. Uma semana depois, quando o caso do Nextel foi revelado, o ex-deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) se manifestou no Twitter. “Como é que ficam agora os senadores, inclusive do PT, que se solidarizaram ao Demóstenes? Peçam desculpas ao Brasil”, disse Greenhalgh. No caso de Demóstenes, a benevolência do PT parece traduzir um agudo instinto de proteção. Depois da prisão de Cachoeira, tornou-se público um vídeo em que ele promete contribuição, via caixa dois, para a campanha a prefeito de Anápolis, Goiás, em 2004, do deputado federal Rubens Otoni (PT-GO).

Só na sexta-feira 16, depois da cobrança de Greenhalgh, o líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (BA), disse que o partido entraria com uma representação na Procuradoria-Geral da República, para solicitar investigação sobre a participação de parlamentares no escândalo dos caça-níqueis. O silêncio constrangido sobre o caso Cachoeira continuava em outros partidos. O bicheiro é um assunto delicado também para outras grandes legendas, como o

UMA IDEIA RUIM
Troço de decisão da Justiça que revela que Cachoeira, instruído por um delegado da PF, usou rádios Nextel para tentar escapar de grampos. A estratégia não deu certo

PMDB e o PSDB. O ex-governador de Goiás Maguito Vilela, do PMDB, foi padrinho de casamento de Cachoeira e deu a ele durante sua gestão, entre 1995 e 1998, a concessão da exploração da loteria de Goiás. Na ocasião, Cachoeira tentava dar uma fachada legal aos negócios de sua família, historicamente ligada ao jogo em Goiás. O pai de Carlinhos, Sebastião Cachoeira, era ligado ao lendário bicheiro carioca Castor de Andrade.

A Operação Monte Carlo mostrou que as ligações de Cachoeira com autoridades do governo de Goiás, hoje dirigido pelo tucano Marconi Perillo, continuam fortes. Em setembro do ano passado, um delegado da Polícia Civil de Goiás, Alexandre Lourenço, concluiu um relatório de quase 500 páginas com endereços e nomes de integrantes da quadrilha que explorava jogos ilegais em Goiás. Lourenço entregou seu relatório ao então diretor-geral da polícia, delegado Edemundo Dias. O próximo passo seria solicitar à Justiça a quebra de sigilos telefônicos para chegar aos principais integrantes. Cachoeira seria, obviamente, o primeiro atingido pela

investigação. Mas isso não ocorreu – Lourenço foi afastado do caso pelo delegado Dias, que também é tesoureiro do PSDB goiano, e a investigação foi interrompida. A PF também captou uma conversa telefônica em que Cachoeira pede ao ex-presidente da Câmara Municipal de Goiânia Wladimir Garcez (PSDB), que fale com Dias sobre operações da Polícia Civil para combater jogos ilegais no entorno do Distrito Federal. O delegado Dias confirmou a ÉPOCA que foi procurado por Garcez. “Talvez ele tenha ido lá fazer uma sondagem (sobre operações)”, disse Dias. “Só que não houve abertura da minha parte.” Dias, hoje presidente da Agência Prisional de Goiás, afirmou que removeu o delegado Alexandre Lourenço por necessidades de remanejamento de pessoal.

De acordo com a Polícia Federal, o ex-vereador Garcez intermediava os contatos entre Carlinhos Cachoeira e o governador Perillo. A PF apurou que Garcez trocava torpedos com Perillo e está no centro de uma daquelas transações imobiliárias rocambolescas que só costumam acontecer no mundo da política. Trata-se da casa onde Cachoeira morava, num condomínio de luxo em Goiânia, quando foi preso pelos agentes da PF. Cachoeira mudou-se para lá em janeiro de 2011, quando Perillo, o antigo proprietário, assumiu o governo de Goiás e vendeu o imóvel. Em entrevista ao jornal *O Popular*, de Goiânia, Perillo afirma que pensava ter vendido a casa para Garcez e que só descobriu o nome do verdadeiro comprador – um empresário chamado Walter Paulo Santiago – quando a escritura foi passada. Santiago disse ter emprestado a casa de graça a Garcez, que, por sua vez, deixou Cachoeira morar lá – também de graça. Tanto Perillo quanto o empresário Santiago dizem que não sabiam que Cachoeira morava lá.

Apesar do mutismo de PT, DEM e PSDB, há um movimento na Câmara dos Deputados para instalar uma CPI do Caso Cachoeira. Isso – e sobretudo a ameaça de Cachoeira de falar o que sabe ao MPF – está tirando o sono de muitos políticos em Goiânia e Brasília. ♦

Com Marcelo Rocha

Época - 02 de abril de 2012, nº 724



ROCK
O criador
e as estrelas
do festival
Lollapalooza

QUE ALÍVIO!
Fomos ao México -
e nem os próprios
maias acreditam
no fim do mundo

ECONOMIA
Por que
alguns países
prosperam
e outros não

E MAIS
Guilherme Flauza critica a
venda de bebidas na Copa
Ruth de Aquino celebra a
preservação da voz de Lula
Walcy Carrasco festeja sua
nova adolescência aos 60 anos

ÉPOCA
www.epoca.com.br

60
EDITOR: GLOBO

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA
2 ABRIL 2012 | Nº 724 | R\$ 9,90

EXCLUSIVO

► Novos documentos e escutas revelam a intensa troca de favores entre **Demóstenes Torres** e Carlinhos Cachoeira - da saúde pública às licitações da Copa

► A derrocada de mais um político que agitava a bandeira da ética

O senador e o bicheiro

TEMPO

Para saber primeiro

INVESTIGAÇÃO

O LEGISLADOR E O FORA DA LEI

Novos documentos e escutas mostram a intensa troca de favores entre o senador Demóstenes Torres e o bicheiro Carlinhos Cachoeira - da saúde pública às licitações da Copa

Marcelo Rocha, Murilo Ramos e Andrei Melreles

Qual é o papel de um líder? Conseguir que outros o sigam. Inspirar seus subordinados por meio de suas próprias ações. Servir de exemplo para as futuras conquistas de um corpo coletivo. O senador Demóstenes Torres, do DEM de Goiás, liderava seu partido no Senado Federal. Suas palavras e atitudes, apoiadas num passado de credibilidade no mundo jurídico e como secretário da Segurança Pública de seu Estado, eram respeitadas na cena política nacional. Não mais. Documentos e escutas telefônicas revelados nas últimas semanas mostram que, em vez de representar seus mais de 2 milhões de eleitores, Demóstenes se concentrou em defender os interesses de um único cidadão brasileiro: o empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Demóstenes fez lobby para Cachoeira no Congresso Nacional, na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e na Infraero, empresa responsável pela infraestrutura dos aeroportos do país. Uma transcrição obtida com exclusividade por *ÉPOCA* mostra que Demóstenes também pedia favores a Cachoeira. Ele queria que o bicheiro, influente no Centro-Oeste, ajudasse a agência de publicidade de um amigo a conseguir contratos em Mato Grosso para a Copa do Mundo (*leia o documento ao lado*). Acumulam-se as evidências de uma relação promíscua entre um legislador e um fora da lei.

DATA/HORA INICIAL DATA/HORA FINAL
11/04/2011 16:33:07 11/04/2011 16:33:52 00:00:45

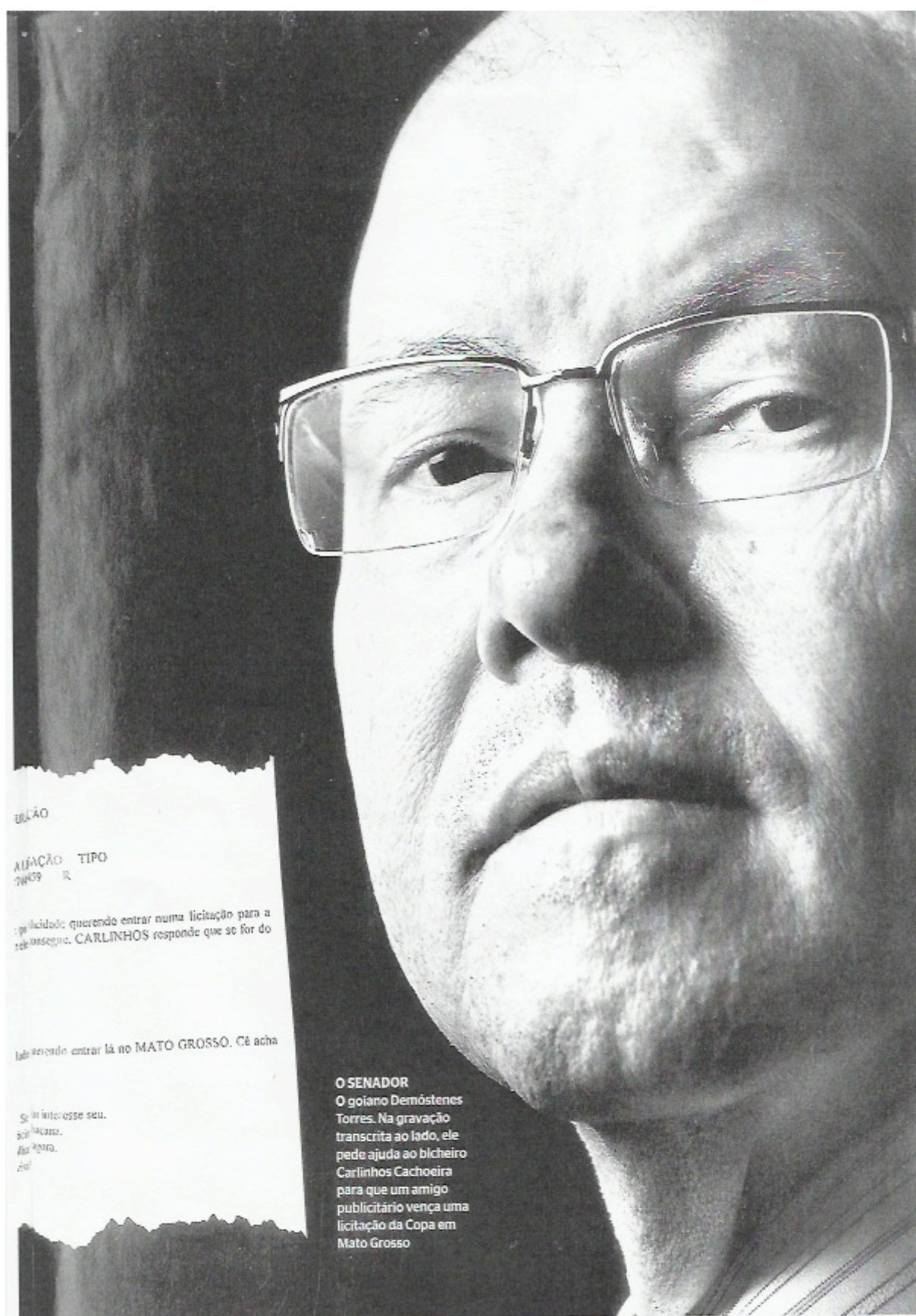
ALVO INTERLOCUTOR ORIGEM
316010027445095 316010027449459 31601002

RESUMO

DEMÓSTENES diz ter um amigo de uma agência de Copa lá em Mato Grosso e pergunta a CARLINHOS se interesse de DEMÓSTENES ele acha que sim.

DIÁLOGO

CARLINHOS: Ô doutor!
DEMÓSTENES: Mestre, é o seguinte:
CARLINHOS: O quê?
DEMÓSTENES: Querendo... tem agência de publicidade que consegue?
CARLINHOS: Quem tem?... Quem tem?
DEMÓSTENES: Amigo nosso.
CARLINHOS: Uai. Pode ser?... Vou olhar isso agora.
DEMÓSTENES: Tá licitando pra Copa. Acho um negócio.
CARLINHOS: Não, eu acho que eu consigo. Tá, vou lá.
DEMÓSTENES: Então, falou. Um abraço. Você me dá?
CARLINHOS: Tá bom. Tchau!



ULÃO

ALIAÇÃO TIPO
2009 R

...licitação querendo entrar numa licitação para a
...seguro. CARLINHOS responde que se for do

...querendo entrar lá no MATO GROSSO. Cê acha

Se o interesse seu.
...lacar.
...para.
...del

O SENADOR
O goiano Demóstenes
Torres. Na gravação
transcrita ao lado, ele
pede ajuda ao bicheiro
Carlinhos Cachoeira
para que um amigo
publicitário vença uma
licitação da Copa em
Mato Grosso

Investigações da Polícia Federal mostram que essa relação incluía inúmeras conversas amistosas, acompanhadas de troca de favores. Um desses bate-papos ocorreu num final de tarde, exatamente às 16h38, do dia 11 de abril de 2011. Os dois conversaram sobre negócios ao telefone. Demóstenes pediu ajuda a Cachoeira para vencer uma licitação em Mato

Grosso. Estava em disputa a prestação de serviços de marketing relacionados à Copa do Mundo de 2014. Demóstenes diz a Cachoeira que um "amigo nosso", dono de agência de publicidade, está interessado. "Cê acha que consegue?", pergunta Demóstenes. "Acho um negócio bacana. Se for do interesse seu... (de Demóstenes)", responde Cachoeira. "Eu acho que consigo." Quatro minutos depois, os dois voltam a se falar, e Demóstenes afirma que passará na casa de Cachoeira para conversar mais sobre o assunto. A ocasião realmente merecia uma discussão mais profunda: estavam em jogo dois lotes, de R\$ 13 milhões cada um. Mais tarde, Cachoeira tratou do mesmo assunto com Cláudio Abreu, representante da empresa Delta Construções no Centro-Oeste. "Pega uma (um dos lotes) pra nós", diz Cachoeira. Em milhares de páginas, o inquérito da Operação Monte Carlo expõe em detalhes como Demóstenes Torres conciliou

e muitas vezes misturou – sua função de senador da República com a de prestador de serviços e parceiro privado de Cachoeira. Tais serviços incluíam lobby, tráfico de influência e corrupção. Demóstenes defendeu, por exemplo, os interesses da Vitapan Indústria Farmacêutica, laboratório de Carlinhos Cachoeira. Era uma vida dupla. Em público, Demóstenes cobrava rigor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nas licenças concedidas na área de medicamentos. Pelo caminho legal, um laboratório desenvolve um medicamento, submete o trabalho à Anvisa e pede autorização para fabricá-lo. ÉPOCA teve acesso a documentos internos e atas de reunião da Anvisa, a registros e planilhas da Vitapan e à troca de correspondência entre o gabinete de Demóstenes, o laboratório e a agência reguladora. Esses papéis mostram que os bastidores, Demóstenes mudava de lado. Ele usava seu prestígio de senador e a estrutura do Senado para



O BICHEIRO
Carlinhos Cachoeira, atualmente preso e acusado de contravenção e formação de quadrilha. Sua relação com Demóstenes Torres foi revelada por gravações

pressionar a Anvisa a atender os pleitos de Cachoeira. Entre eles, apressar o registro de uma dúzia de medicamentos.

Um caso exemplar da miscelânea entre público e privado foi o processo de registro de um medicamento similar ao Algy-Flanderil, um anti-inflamatório indicado para o tratamento de reumatismo. Depois de ingressar, em maio de 2009, com o pedido na Anvisa, o laboratório de Cachoeira terceirizou o acompanhamento do processo. De acordo com os registros da Vitapan, cada passo era informado aos interessados pela assessoria parlamentar da Anvisa. Tudo como se fosse apenas um mero pleito político – e não a liberação de um medicamento. Um balanço dessas tratativas foi apresentado pela Vitapan a Demóstenes em 9 de fevereiro de 2011. Ali consta que o registro do anti-inflamatório e de outros 11 remédios continuava a enfrentar resistências técnicas dentro da Anvisa.



Demóstenes decidiu, então, cuidar pessoalmente do caso. Pediu uma audiência com o presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, marcada para o dia 22 de fevereiro. O propósito da reunião apareceu na agenda pública de Barbano: "Processos da empresa Vitapan". Demóstenes não gostou dessa exposição no site da Anvisa. Queria manter suas atividades como lobista em segredo. Segundo a Anvisa, Demóstenes não compareceu à reunião agendada. Em setembro, Demóstenes usou um artifício para esconder a defesa dos interesses de Cachoeira. Pediu uma nova audiência com Barbano para tratar de um "protocolo de câncer da próstata". Foi o que ficou registrado na agenda da agência. Na verdade, Demóstenes foi à sede da Anvisa acompanhado da diretora executiva da Vitapan, Sílvia Salermo. Um documento interno da agência revelou o verdadeiro motivo da reunião: "3 processos

da empresa Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda. 1º 23351.004/99/2009-11 - 2º 25352. 75493/2011/98 - 3º 25351.004199/2009-11". A Anvisa diz que sua presidência não recebe representantes de laboratórios. Pelas normas internas, eles são atendidos apenas por técnicos, e as conversas são gravadas. Não é o que acontece no mundo das pressões movidas por interesses comerciais. Como no caso de Demóstenes, diretores de laboratórios burlam as regras da Anvisa e acompanham parlamentares em audiências com a presidência da agência. No caso de a assessoria parlamentar da Anvisa ter sido usada para informar o laboratório sobre o andamento de seus pleitos, a agência disse que por uma deferência diplomática respondeu aos pedidos de informação do gabinete do senador. De acordo com a Anvisa, isso não interferiu nas decisões técnicas - apesar dos esforços de Demóstenes Torres, os pedidos da Vitapan continuam pendentes.

Em meio às discussões entre Vitapan e Anvisa, Demóstenes criou dificuldades para a recondução do diretor da Anvisa José Agenor Álvares. Demóstenes afirmou a Álvares que haveria problemas para confirmar sua sabatina, etapa necessária para a aprovação de seu nome no Congresso, porque empresários do polo de Anápolis - entre eles, Cachoeira e sua Vitapan - estavam descontentes com o tratamento que Álvares lhes dispensara. Demóstenes, então, sugeriu que Álvares marcasse uma reunião para atender os empresários insatisfeitos.

A mensagem

Para o Brasil
É preciso desenvolver mecanismos para fiscalizar as relações de políticos e punir os delinquentes

Para o eleitor
Não confie na defesa da ética feita nos palanques. Ela precisa ser acompanhada de ações concretas

Diante do aceno positivo de Álvares para a reunião, a agressividade de Demóstenes se dissipou. O encontro não ocorreu, mas a defesa da turma de Cachoeira por Demóstenes ficou exposta.

Conhecidas suas relações com o bicheiro, Demóstenes tentou minimizá-las. Disse que apenas conversava "trivialidades" com Cachoeira. Admitiu ter ganhado do contraventor, como presente de casamento, fogão e geladeira importados. Sua situação se complicou quando epoca.com.br revelou que ele recebera um aparelho de rádio Nextel, habilitado nos Estados Unidos, exclusivamente para conversar com Cachoeira.

CONEXÕES PROMÍSCUAS

A partir daí, o alto senador da oposição esmoreceu. As conexões promíscuas de Demóstenes e Cachoeira foram escancaradas pela imprensa. Entre elas o pedido de Demóstenes para que Cachoeira arcasse com R\$ 3 mil do uso de um serviço de táxi-aéreo. Em conversas com seu contador, Geovani Silva, e com Cláudio Abreu, representante da Delta e apontado pela polícia como seu sócio em uma empresa, Cachoeira fala sobre "1 milhão" (de reais) para Demóstenes. O trecho da fita foi mostrado pelo *Jornal Nacional*. Em outra conversa, Demóstenes promete trabalhar pela aprovação de um projeto de lei que regularizaria o bingo - fundamental para os negócios de Cachoeira. Demóstenes interferiu no andamento de processos de interesse de Cachoeira na Justiça. Prospeção de contratos públicos para empresas ligadas a Cachoeira, conforme o jornal *O Globo* noticiou na sexta-feira passada. Procurou até um ex-presidente da Infraero, estatal que administra os aeroportos do país, para saber sobre processos de licitação.

No ano passado, o ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda disse que Demóstenes lhe pedira que contratasse uma empresa de cobrança de pagamentos atrasados. Dias antes de *ÉPOCA* publicar a entrevista de Arruda, Cachoeira pediu ao sargento da Aeronáutica Idalberto Matias, conhecido como Dadá - apontado pela Polícia Federal como um dos integrantes da quadrilha do bicheiro -, que tentasse saber o que Arruda dissera a seu respeito. ▶

Cachoeira estava preocupado com a Delta Construções, que mantém contrato de coleta de lixo com o governo do Distrito Federal. A Polícia Federal suspeita que o contrato tenha sido um meio de o então governador do DEM passar dinheiro a Demóstenes. Entre 2007 e 2010, a Delta recebeu R\$ 65 milhões pelo serviço. Arruda perdeu o cargo e foi expulso do DEM após a revelação da existência de uma rede de corrupção no Distrito Federal. No episódio, Demóstenes defendeu a expulsão de Arruda do DEM.

As relações entre Delta e Cachoeira são investigadas pela polícia. No ano passado, Demóstenes defendeu uma investigação – e até uma CPI – que atingiria a Delta. Cachoeira criticou Demóstenes pelo tom das críticas. Nas escutas da Polícia Federal, há um diálogo em que Cachoeira pede a Demóstenes para não ser rigoroso com a Delta, principal fornecedora do governo federal e destaque no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). De acordo com a polícia, a Delta abastecia empresas ligadas a assessores de Cachoeira. A Polícia Federal afirma haver “indícios de que parte dos recursos da empresa Delta transferidos para empresas ‘fantasmas’ são destinados (sic) a pessoas físicas e jurídicas vinculadas direta ou indiretamente à estrutura do jogo de azar”.

A PF conclui que, por intermédio de Cláudio Abreu, a Delta atuou no financiamento do esquema de Cachoeira. Segundo a polícia, Cachoeira era sócio de Abreu, representante da Delta, e dava dicas de negócios à construtora. A Delta nega e afirma não ter nenhuma ligação com a organização criminosa. Diz que o Ministério Público Federal ofereceu a denúncia relativa à Operação Monte Carlo e que a empresa não está entre os denunciados. A Delta afirma, ainda, que empresas apontadas pela PF na investigação como “fantasmas” são suas fornecedoras e que contratos foram firmados com elas. A Delta diz que Abreu foi desligado da empresa no dia 8 de março para cuidar de sua defesa, em razão de seu “relacionamento pessoal” com Cachoeira.

VINHOS, PLÁSTICA E MÚSICA

Carlinhos Cachoeira tornou-se conhecido em todo o Brasil em 2004. Na ocasião, *ÉPOCA* revelou uma gravação

OS BONS COMPANHEIROS

Além de Demóstenes Torres, Carlinhos Cachoeira mantinha conexões com outros políticos, empresas e policiais para sustentar seus negócios



DEMÓSTENES TORRES
Senador

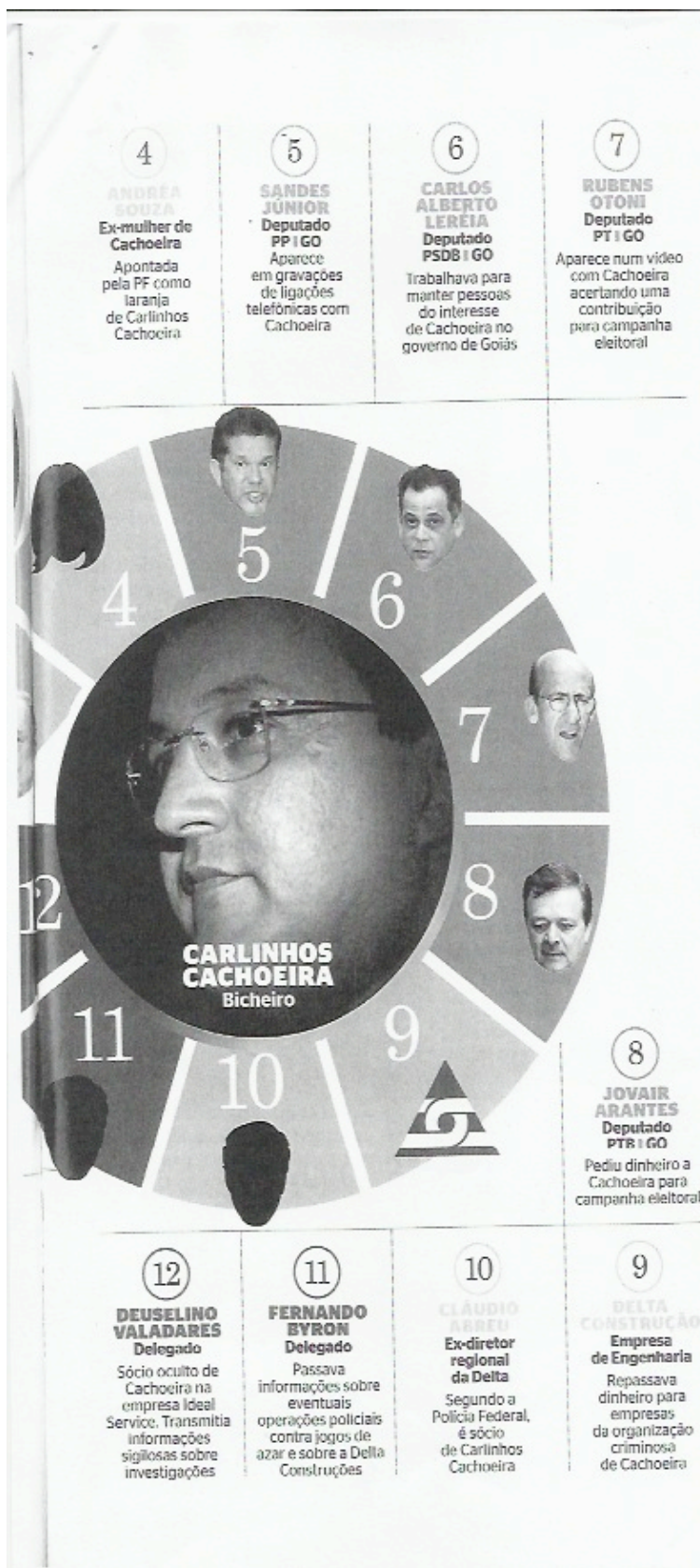
REDE DE CONTATOS

- Políticos
- Empresários
- Policiais federais

1	2	3
MARCONI PERILLO Governador de Goiás	WLADIMIR GARCEZ Vereador PSDB GO	MARCELO LIMIRIO Empresário
Cachoeira mora numa casa que já foi do governador. Os dois conversavam por intermédio do ex-vereador Wladimir Garcez	Acusado pela Polícia Federal de ser um dos mais próximos assessores de Cachoeira na organização criminosa	Sócio de Demóstenes numa faculdade em Minas Gerais, e também sócio de Andréa Souza, ex-mulher e laranjeira de Cachoeira

em que ele negociava com Waldomiro Diniz, assessor do então ministro José Dirceu, contribuições financeiras para o caixa dois de campanhas petistas e pagamento de propina. Além de Demóstenes, Cachoeira tem prestígio com outros políticos influentes. Um deles é o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB). No ano passado, Cachoeira foi recebido por Perillo no Palácio das Esmeraldas. O bicheiro pediu incentivos fiscais para

a sua Vitapan, o mesmo laboratório defendido por Demóstenes na Anvisa. O pedido foi encaminhado por Perillo à Secretaria de Indústria e Comércio. Perillo afirma que recebeu Cachoeira em audiência para tratar de assuntos relacionados a investimentos e à geração de empregos no Estado. Tal proximidade não é nova. Em 2005, em sua outra encarnação como chefe do Executivo goiano, Perillo também prestou auxílio

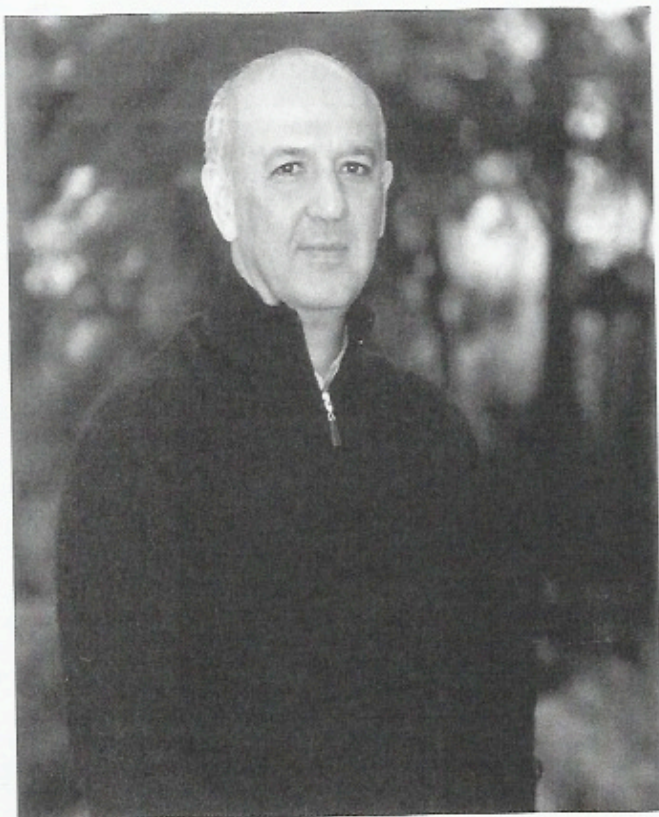


ao grupo de pessoas em torno de Cachoeira. Declarou a Fundar, uma ONG ligada à ex-mulher do bicheiro, Andrea Souza, como de utilidade pública. Dessa forma, a Fundar passou a estar habilitada a receber recursos públicos.

Cachoeira também conversava com Eliane Pinheiro, assessora do governador Perillo. De acordo com as investigações, Cachoeira passou a ela informações que obtivera com seus contatos na Polícia Federal. Eliane fez bom uso do que ouviu: avisou Geraldo Messias, prefeito de Águas Lindas, Goiás, de que a polícia faria uma operação de busca e apreensão em sua casa. Avisado, Messias sumiu. Apesar do rastreamento das ligações telefônicas entre sua assessora e Cachoeira e do conteúdo das conversas, Perillo não afastou Eliane do cargo. Por intermédio de sua assessoria de imprensa, Perillo afirmou que sua determinação ao secretário de Segurança foi ser "rigoroso na repressão ao crime organizado".

O senador Demóstenes Torres é um apreciador refinado de música — especialmente MPB e jazz —, orgulhoso de sua coleção de discos de vinil e organizador de saraus. O sisudo Demóstenes também organizava karaokês para parlamentares em sua casa. Chegou à política depois de ser promotor e procurador-geral de Goiás. Em 1999, foi nomeado secretário de Segurança Pública pelo governador Perillo, então em seu primeiro mandato. "A ordem do governador é eliminar a contravenção", afirmou Demóstenes na ocasião. Demóstenes mostrava-se duro. O comportamento paradoxal revelado agora só não surpreende seus velhos amigos.

Eles contam que, quando secretário, Demóstenes conciliava condutas opostas. Depois do expediente, saía para tomar uísque com amigos em botecos badalados de Goiânia. Segundo esses amigos, às vezes, depois de algumas doses a mais, Demóstenes determinava à Polícia Militar que fechasse as ruas de algum quarteirão próximo a sua casa. Queria aproveitar o espaço livre para dar cavalos de pau com seu carro — assim ao menos minimizava o risco para pedestres e outros motoristas. Depois de se eleger senador em 2002, Demóstenes mudou gradativamente seus hábitos. Passou a se preocupar com a aparência, submeteu-se a uma cirurgia para



emagrecer e tornou-se apreciador de vinhos finos e caros. É considerado um dos maiores conhecedores de vinhos do Congresso Nacional e dono de uma vasta adega. Em julho do ano passado, casou-se com a advogada Claudia Gonçalves Coelho. Como *epoca.com.br* revelou, entre os presentes de casamento do casal estavam um fogão e uma geladeira importados – do amigo Carlinhos Cachoeira.

MARAJÁS E VASSOURINHA

Demóstenes fez carreira no Congresso com projetos para endurecer leis de combate ao crime e com a bandeira da defesa da ética na política. Aproveitou-se de um tradicional nicho moralista, propiciado pela secular presença da corrupção e da rouboalheira na política brasileira. Em 1960, Jânio Quadros foi eleito presidente da República tendo uma vassoura como símbolo. O jingle

da propaganda dizia *Varre, varre, vassourinha! Varre, varre a bandalheira!*. Jânio logo desistiu de colocar em prática seu lema e varreu a si mesmo do Planalto, meros sete meses depois. Em 1989, o candidato Fernando Collor de Mello chegou à Presidência, entre outras coisas, graças à imagem de “caçador de marajás” estabelecida como governador de Alagoas. Eleito, Collor também acabou renunciando diante de um processo de impeachment no Legislativo, desencadeado pela atuação corrupta de

uma quadrilha formada por seus mais próximos assessores.

O discurso de Demóstenes durou mais: ele conseguiu sustentá-lo por nove anos. Não perdeu nenhuma chance de ser implacável com colegas acusados de corrupção. Foi assim com Renan Calheiros, acusado de usufruir ajuda financeira de uma empreiteira para bancar uma amante. Fez o mesmo com José Sarney, acusado de recorrer a atos secretos para nomear parentes no Senado. Foi agressivo com petistas e com escândalos de corrupção protagonizados pelos governos Lula e Dilma. Ganhou notoriedade por seus discursos calcados na correção no serviço público, postura que o fez ser incluído na lista de *ÉPOCA* dos 100 brasileiros mais influentes no ano de 2009. Poucos imaginavam que sua influência dentro do poder público tinha um contraventor como principal favorecido. “Ele explorou a ausência de parâmetros éticos na política”, afirma o filósofo Roberto Romano, professor de ética da Universidade de Campinas (*Unicamp*). “Mas esqueceu os próprios problemas e se tornou vítima dessa dialética.” Em 2004, Demóstenes subiu à tribuna do Senado e discursou sobre a reportagem de *ÉPOCA* que mostrava Cachoeira e Waldomiro Diniz. Pediu punição para Waldomiro, o então ministro José Dirceu e até para o então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. Sobre Cachoeira, nem uma palavra.

Poucos parlamentares fazem da ética a sua causa. Menos ainda são os ousados como Demóstenes. Tal ousadia lhe deu espaço na mídia, credibilidade, um segundo mandato como senador e – talvez – a certeza de que suas atividades secretas nunca seriam expostas. Na semana passada, insatisfeito com a renúncia de Demóstenes da liderança do DEM no Senado, o partido queria que ele se desfiliasse. Demóstenes se recusava a renunciar ao mandato, por acreditar que assim eliminaria suas chances de, num futuro próximo, disputar uma nova eleição e retomar a sua carreira política. A queda de Demóstenes, cujo sigilo bancário foi quebrado pelo Supremo Tribunal Federal na semana passada, é proporcional à rapidez de sua ascensão. Retornar ao ponto que já ocupou no cenário político nacional será uma missão quase impossível. ♦

REVELAÇÕES

O ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda. Cachoeira estava preocupado com o que ele poderia falar sobre seus negócios em Brasília

Época - 09 de abril de 2012, nº 725



ÁUDIO EXCLUSIVO
"Fica bom demais se você for para o PMDB. A Dilma quer falar com você, não?", diz Cachoeira a Demóstenes

ENTREVISTA
"Eu faria a paz com as Farc diretamente", diz a ÉPOCA o presidente da Colômbia

INTERNET
Como comprar mais barato no exterior sem sair da poltrona

E MAIS
Walcyr Carrasco e a ruína do amor falso nas redes sociais
Paulo Guedes e a ruína dos países que desprezam a produtividade
Eugenio Buccì e a ruína dos políticos que usam a palavra "trem"

ÉPOCA
epoca.com.br

36 mil reais
é o valor do metro quadrado em Ipanema, no Rio de Janeiro, o mais caro do Brasil

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA
9 ABRIL 2012 | Nº 725 | R\$ 9,90

ESPECIAL IMÓVEIS

Os bairros mais cobiçados do Brasil

Uma pesquisa exclusiva revela as áreas e as cidades mais valorizadas do país

Os relatos de quem sabe como é bom morar lá

60
EDITORIA GLOBO

TEMPO

Para saber primeiro

INVESTIGAÇÃO

O ALVO DELES ERA DILMA

A carreira política do senador Demóstenes Torres era manipulada por Carlinhos Cachoeira para ampliar seus negócios e se aproximar do Planalto

Andrei Melreles e Murilo Ramos

Como qualquer empresa, as organizações criminosas têm seus planos de sobrevivência e expansão.

O grupo do empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, inovou em muita coisa, mas não nesse aspecto. Cachoeira tinha negócios escusos e planos de novos empreendimentos em Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Tocantins, onde contava com a ajuda de políticos e agentes públicos, de acordo com as investigações da Polícia Federal. Mas Cachoeira queria mais. Conversas telefônicas entre Cachoeira e o senador Demóstenes Torres (ex-DEM, agora sem partido), gravadas com autorização judicial e obtidas com exclusividade por *ÉPOCA*, mostram que os dois planeja-

vam se aproximar de alguma forma do Palácio do Planalto. Numa das ligações captadas, Cachoeira orienta Demóstenes a aproveitar um convite para trocar o DEM pelo PMDB, com o propósito de se juntar à base de apoio do governo e se aproximar da presidente, Dilma Rousseff. "E fica bom demais se você for pro PMDB... Ela quer falar com você? A Dilma? A Dilma quer falar com você, não?", pergunta Cachoeira. Demóstenes responde: "Por debaixo, mas se eu decidir ela fala. Ela quer sentar comigo se eu for mesmo. Não é pra enrolar". Cachoeira se empolga: "Ah, então vai, uai, fala que vai, ela te chama lá". Como se fosse um bom subordinado, Demóstenes acata a recomendação.

Quando esse diálogo ocorreu, no final de abril de 2011, Demóstenes es-

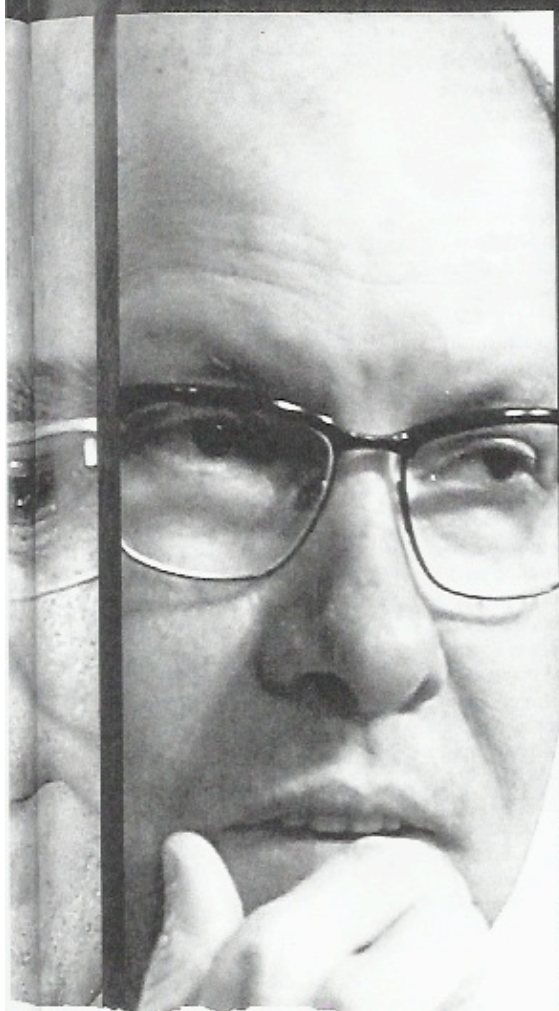


Guar
MJ-DEPARTAM
SUPERINTEND
Guardião - DA

TELEFONE	NOME DO ALVO
016010027442090	CARLOS AUGUSTO RAMOS

TELEFONE	INTERLOCUTOR	DATA/HORA
016010027442090	016010027442090	27/04/2011 14:59:59

CARLINHOS: Assim é
DEMÓSTENES: Eu não
almoco e janto. Não é
CARLINHOS: É PMDB?
você, não?
DEMÓSTENES: Não é



Ordão

TAMBO DE POLÍCIA FEDERAL
ENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL
- Dadas da Gravação

DE ALMOITADO - MONTE CARLO			
INSCRIÇÃO	DATA/HORA	PROVA	INTER. DOUTORES/COMENTÁRIO
9.02.09	17/04/2011 09:06:19	00:03:01	[X] CARLINHOS X DEMOSTENES (PLN)

...m determinar eu te ligo. Fica com o celular aí, com o rádio ligado. Uê tá pra mim pro MARCELO...
...lgo, bota eu lhe dizer uma outra coisa. O meu caminho é o PMDB, né, porque se eu for pro PSDB o MARCONI me
...do é verdade?
(DE#9)me: E fica bom demais se você for pro PMDB... ela quer falar com você? A DELMA? A DELMA quer falar com
...deito, mas se eu decidir ela fala. Ela quer sentar comigo se eu for mesmo. Não é pra enrolar.
...tudo, mas ela não tá (incompreensível) tempo aí... Mas sabe que é a saúde em natural.

OUSADIA

Cachoeira, Demóstenes e a transcrição do diálogo. Cachoeira queria que Demóstenes mudasse para o PMDB para se aproximar do Planalto e falar com a presidente, Dilma Rousseff. Não deu certo

tava em plena negociação com caciques do PMDB, como os senadores Renan Calheiros e José Sarney, para mudar de legenda. Um dos maiores opositores do governo - e carrasco de petistas acusados de corrupção - tencionava aderir ao governo do PT. Segundo dirigentes do PMDB, àquela altura a mudança de partido já tinha o aval do Palácio do Planalto. Tudo nos bastidores, porque em público Demóstenes continuava oposição. As gravações mostram agora que um dos objetivos da radical troca de lado era estar mais bem situado para ajudar o esquema de Cachoeira.

O plano de Cachoeira de se aproximar do governo deu errado. Demóstenes, ao que tudo indica, ficou com receio de acabar aliado do Congresso. Ele estava convencido de que a cúpula do DEM pediria à Justiça a cassação de seu mandato por infidelidade partidária. A assessoria do Palácio do Planalto afirma que a presidente, Dilma Rousseff, não falou com Demóstenes desde que assumiu a Presidência.

Cachoeira, preso pela Polícia Federal na Operação Monte Carlo, em 29 de fevereiro, está trancado no presídio federal de Mossoró, Rio Grande do Norte. No ano passado, quando ainda em liberdade, ele tinha outro projeto concreto, além da aproximação de Dilma. Sua intenção era conseguir apoio do PMDB para que Demóstenes chegasse um dia a ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Seria um ativo inestimável para suas atividades.

De acordo com as gravações, o STF já era alvo de ações de Cachoeira. Na mesma conversa em que fala sobre Dilma, ele pede a Demóstenes para tentar influenciar uma decisão do ministro Luiz Fux, do STF. Estava na mesa de Fux um

Tempo

INVESTIGAÇÃO

recurso do ex-governador do Tocantins Marcelo Miranda, impedido de assumir uma vaga para a qual fora eleito no Senado, por ter sido condenado por "abuso de poder político" na eleição de 2006. "Ele (Miranda) é um cara nosso", afirma Cachoeira a Demóstenes. Miranda recorreu ao STF, e Demóstenes prometeu atender ao pedido de Cachoeira e ajudar. O ministro Fux afirma não ter sido procurado por Demóstenes. "O senador não falou comigo sobre isso", disse Fux a *ÉPOCA*. "Se ele tivesse me procurado, eu o teria recebido, sem nenhum problema." Em uma primeira decisão, Fux deu ganho de causa a Miranda. Dez dias depois, mudou sua decisão e cassou o registro da candidatura. "Depois que fui informado de que ele havia sido cassado na Justiça Eleitoral por abuso de poder político, e não pela Lei da Ficha Limpa, eu modifiquei a decisão", afirmou Fux.

Outra gravação revela que, entre uma e outra decisão de Fux, houve tempo para a turma de Cachoeira comemorar a vitória parcial. A conversa ocorreu entre Cachoeira e Cláudio Abreu, diretor agora afastado da Delta Construções, apontado pela polícia como sócio de Cachoeira numa empresa. Num papo cheio de intimidades, um empolgado Abreu chama Cachoeira carinhosamente de "viado" e "desgramado". Ele o avisa da decisão sobre Miranda. "Chefia, o Marcelo Miranda é senador", diz Cláudio. "O bom é que eu sei que ele vai ser procurador seu e meu, né?"

Na mesma conversa, Abreu e Cachoeira emendam outro assunto de estratégia político-empresarial no Tocantins. Abreu defende que a parceria com Miranda não represente uma ruptura com o adversário dele, o ex-senador Eduardo Siqueira Campos. Eduardo é secretário de Relações Institucionais no governo chefiado por seu pai, José Wilson Siqueira Campos, conhecido como Siqueirão. Cachoeira questiona se vale a pena continuar apostando em Eduardo Siqueira. "Eduardo também é bom, Carlinhos. Não pode falar mal dele não, cara", diz Abreu. "Ele mandou

dar o negócio pra nós lá: a inspeção veicular do Tocantins."

Eduardo Siqueira Campos nega ter destinado um contrato para beneficiar empresa ligada a Cachoeira e Abreu. "Não há ainda definição sobre quem executará o serviço de inspeção ambiental em Tocantins", afirma. Miranda nega ter pedido ajuda a Cachoeira, a Cláudio Abreu ou a Demóstenes para ter sucesso no STF. "Estou surpreso de ver meu nome citado por essas pessoas", diz ele. "Cachoeira, por exemplo, eu mal conheço, só o cumprimentei uma vez."

O Palácio do Planalto tem procurado se manter distante do assunto Cachoeira. Assessores da presidente Dilma avaliam que as denúncias podem paralisar o Congresso, com investigações sobre envolvimento de parlamentares. Até agora, além de Demóstenes, cinco deputados aparecem nas investigações. O Planalto sabe que o governo de Goiás

e o do DF serão os mais afetados pelo que ainda pode vir à tona. Governado pelo petista Agnelo Queiroz, o DF é uma preocupação do PT.

Em outra conversa captada pela polícia, Cachoeira e Abreu discutem a possibilidade de a Delta Construções obter um contrato na agência do governo de Brasília responsável pelo transporte público, a DF Trans. Cachoeira queria que a Delta fosse agraciada com um contrato de R\$ 60 milhões para atuar no sistema automatizado de cobrança de passagem nos ônibus. Segundo ele, seria possível aumentar o valor do contrato em 30%. Cachoeira pede a Abreu que fale em nome da Delta porque "aí pesa mais". A Delta afirmou que desconhece qualquer assunto relativo ao DF Trans e afirma não ter contratos com a estatal.

Cachoeira também foi recebido por Jayme Rincón, presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras (Age-top), uma espécie de secretaria responsável pelas obras em Goiás. Rincón foi um dos principais arrecadadores de dinheiro para a campanha eleitoral do governador Marconi Perillo (PSDB) em

Cachoeira pediu a Demóstenes para interceder no STF para Marcelo Miranda assumir como senador

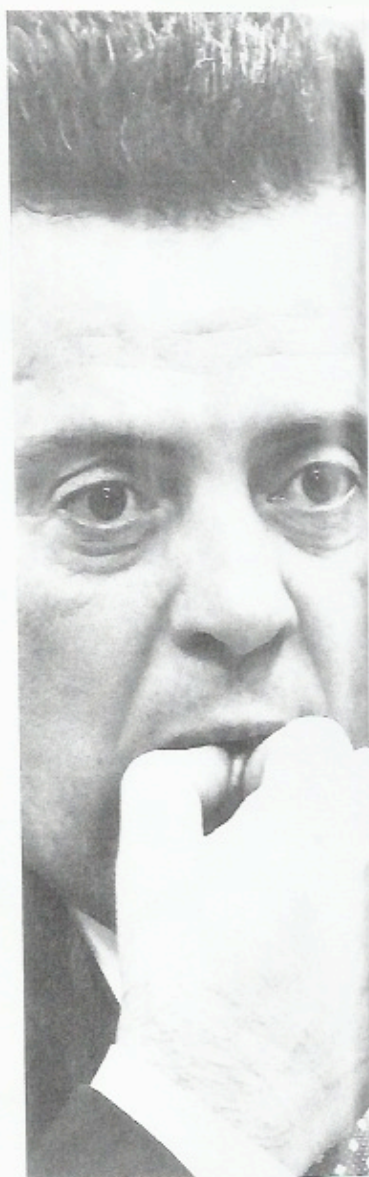


Foto: (acima) Henrique Renna/CEJA Press e reprodução



NEGÓCIOS
O governador de Goiás, Marconi Perillo (ao lado), o late Casino Princess e a transcrição da conversa captada pela PF. Cachoeira tinha interesses na área de obras do governo Perillo. Em Miami, comprou um cassino late por uma pechincha

2010. Ele é citado no inquérito da PF como alguém que conversou sobre a venda de uma casa com o ex-vereador tucano Wladimir Garcez. Segundo a Polícia Federal, Garcez é um dos principais assessores de Cachoeira. De acordo com Rincón, Cachoeira foi à Agetop acompanhado de Garcez e de um empresário do Tocantins. Segundo a PF, Garcez servia de intermediário nas conversas entre Cachoeira e Perillo e ajudou o governador a vender uma casa num condomínio nobre de Goiânia. Cachoeira morava nessa casa quando foi preso pela PF. Rincón disse a EPOCA que conhece Garcez, mas que jamais tratou sobre negociação de qualquer casa com ele.

Diante das crescentes denúncias envolvendo personagens da política de Goiás, Cachoeira começou a provocar baixas no governo goiano. Na semana passada, Eliane Pinheiro, chefe de gabinete do governador Perillo, pediu para ser exonerada. Dias antes, EPOCA revelou que Eliane fora flagrada pela polícia em conversas com Cachoeira. Ela soube por Cachoeira que a PF iria à casa do prefeito de Águas Lindas, Geraldo Messias (PP), e o avisou. Diante do alerta, Messias fugiu.

O senador Demóstenes Torres tem preferido o silêncio. Seu advogado, Antônio Carlos Almeida Castro, o Kakay, disse que pedirá ao STF a anulação das provas em mãos da PF, especialmente as escutas telefônicas. Segundo Kakay, o

STF deveria ter sido comunicado da investigação imediatamente após a descoberta do envolvimento de Demóstenes. Como senador, ele só pode ser investigado com autorização do Supremo. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, afirma que os procedimentos da polícia e as escutas são legais.

Demóstenes foi levado na semana passada, pela cúpula do DEM, a deixar o partido. Por muitos anos, ele foi uma importante fonte de credibilidade e votos para a legenda. Agora, Demóstenes tenta retardar seu processo no Conselho de Ética do Senado. Conversou com o

presidente da Casa, José Sarney, e com o líder do PMDB, Renan Calheiros. A presidência do conselho está vaga, e ninguém quer a posição. Os três conselheiros do PMDB – Renan Calheiros, Edison Lobão Filho e Romero Jucá – já foram protagonistas de escândalos. “Me deixa fora dessa!”, diz Lobão Filho. “Me botaram lá no conselho contra a minha vontade.”

A partir da investigação da PF é possível inferir que Cachoeira tinha uma estratégia ambiciosa. A crise financeira de 2008 abriu oportunidades nos Estados Unidos – e Cachoeira não as desperdiçou. Amigos afirmam que Cachoeira comprou um cassino instalado num iate de luxo, de 200 pés, o Casino Princess. De acordo com a PF, Cachoeira e o empresário Mauro Sebben negociavam a compra de outro barco cassino, o Big Easy. No auge da crise, ofereceram uma ninharia. Os antigos donos haviam investido cerca de US\$ 40 milhões no barco, mas não conseguiram pagar as contas. Numa conversa gravada pela PF em novembro de 2008, Sebben diz que o “velho”, sócio dele e de Cachoeira nos EUA, propôs que fizessem uma oferta de US\$ 2 milhões. “É excelente. Mas não podemos pagar mais do que dois”, afirma Cachoeira. Na mesma época, numa conversa, Cachoeira e Sebben avaliam a compra de um contrato da empresa Multimedia Games com a loteria de Nova York. Sebben calcula que o faturamento anual seria de US\$ 10 milhões. Os planos de Cachoeira não tinham limites – financeiros, geográficos ou políticos.



Ouçá
as gravações das conversas de Cachoeira em epoca.com.br

TELEFONE
1591175026481

1591175026481_20081118210241_1_8086513.TXT
NOME DO ALVO
Carlos1 - Vegas

INTERLOCUTORES/COMENTÁRIO
Mauro x Carlos-rip

DATA/HORA INICIAL DATA/HORA FINAL DURAÇÃO
18/11/2008 21:02:41 18/11/2008 21:10:28 00:07:47

OP: ...

Mauro diz que é bom um senador ir junto com ele. Muda de assunto, fala que por enquanto está na expectativa... diz que esse cara tem para vender ainda um navio que afundou uma empresa... que investiram no navio 40 milhões de dólares e não deram conta de pagar as contas, a empresa falhou... Carlos pergunta quanto tá lá.

Mauro diz que ele quer vender esse barco de 40 milhões de dólares, mas ele não está achando comprador... o mercado está muito restrito (LUA). Diz que o velho, sócio de Mauro e Carlos, pediu para Mauro oferecer 2 milhões de dólares. Fala que não fez oferta ainda, mas está conversando com esse cara e sua ideia é a seguinte: se comprar esse barco por dois milhões, acha que ano que vem abrem os cassinos no Brasil, é só encostar ele na Marina da Glória (Rio de Janeiro).

Época - 16 de abril de 2012, nº 726



Quem vai faturar em cima dele?

Na CPMI, o PT quer vingar os danos do escândalo do mensalão. DEM e PSDB esperam poder atingir o governo de Dilma Rousseff

Leandro Loyola

O trabalho de construção de imagens públicas é fundamental na política. Com a finalidade de atribuir qualidades a si ou defeitos aos adversários, políticos e partidos gastam milhões com pesquisas, consultores e empresas de comunicação; tomam decisões orientados por marqueteiros; submetem-se a todo tipo de treinamento midiático. E agora mais do que nunca. Nos próximos meses, o Brasil poderá testemunhar um apoteótico embate de construção de imagens. Na semana passada, o PT uniu-se à oposição para criar uma Comissão Parlamentar Mista de

Inquérito (CPMI) para investigar as relações do bicheiro Carlinhos Cachoeira com o poder, em especial com o senador Demóstenes Torres, ex-DEM.

Investigações no Congresso costumam ser ruidosas e, portanto, incômodas para qualquer governo. Desta vez, os governistas acreditam ter encontrado uma boa justificativa para pagar o preço. O PT acredita poder usar o estrondo do escândalo Demóstenes Cachoeira para abafar o barulho de outro. Mais especificamente o julgamento do mensalão, esquema de distribuição de dinheiro para parlamentares da base do governo



EM DISPUTA
Demóstenes Torres, agora sem partido, em seu retorno ao Senado, na última quinta-feira. Todos estudam a melhor forma de tirar proveito do escândalo

de Luiz Inácio Lula da Silva, denunciado em 2005. Pelo menos até agora, o governo da petista Dilma Rousseff não se mexeu a favor ou contra a CPML. Deixou a condução com o PT.

Num vídeo divulgado no site do PT, o presidente da sigla, Rui Falcão, conclamou militantes a apoiar a CPML. "A bancada do PT defende uma CPML para apurar esse escândalo dos autores da farsa do mensalão", diz. "É preciso que a sociedade organizada, movimentos populares e partidos comprometidos com a luta contra a corrupção, como é o PT, mobilizem-se para impedir a operação

abafa." Sete anos após sua eclosão, o mensalão está prestes a entrar na pauta do Supremo Tribunal Federal. Entre os 36 réus, oito são políticos, dirigentes ou ex-dirigentes do PT. O mais conhecido é o ex-ministro José Dirceu, apontado como o chefe do esquema.

O raciocínio petista é simples: além de ser ligado a Demóstenes, senador que fez carreira como um dos maiores críticos do governo Lula, Carlinhos Cachoeira é apontado como autor do vídeo em que um funcionário dos Correios, Maurício Marinho, aparecia recebendo propina. Marinho era ligado ao PTB. A denúncia fez com que o presidente do partido, o então deputado Roberto Jefferson, anunciasse a existência do mensalão. Jefferson disse que já alertara o então presidente Lula sobre o tema. Para piorar, o tucano Marconi Perillo, governador de Goiás, também declarou ter alertado Lula. Os petistas até hoje não perdoam ambos por isso e, desde então, tentam minimizar a gravidade dos delitos denunciados. A ideia dos petistas, agora, é intensificar esse trabalho no terreno da imagem, explorando ao máximo as agruras de personagens como Demóstenes e Perillo. A Comissão Parlamentar serviria para isso.

No primeiro instante do escândalo Demóstenes-Cachoeira, o PT teve um comportamento errático. Quando *ÉPOCA* demonstrou que Demóstenes recebera um fogão e uma geladeira de Cachoeira e, depois, um rádio Nextel exclusivo, petistas deram sinais contraditórios. Militantes partiam para o ataque, enquanto alguns senadores do partido iam à tribuna para amenizar a situação de Demóstenes. Marta Suplicy (SP) louvou a forma como Demóstenes estava "lidando com essas insinuações" e classificou-o como "um senador brilhante de oposição". Além da ideia automática inicial de preservar o governo de qualquer tumulto, havia o receio de que, no arsenal de Cachoeira, ainda houvesse munição contra o PT. Foi Cachoeira que, em 2002, filmou Waldomiro Diniz, ex-assessor do ministro José

Dirceu, pedindo propina. Aos poucos, a posição do PT ficou mais clara. Além da estratégia maior de construir e desconstruir imagens, pesou o fato de Cachoeira ter contratado Márcio Thomaz Bastos como advogado. Ex-ministro da Justiça de Lula, Bastos é um homem da confiança do PT. Alguém que, no controle da situação, dificilmente deixaria Cachoeira cometer qualquer agressão gratuita contra o partido.

Apesar de atingidos pelo escândalo, DEM e PSDB mostram uma postura mais voluntariosa. Tudo o que o DEM tinha a perder já perdeu. Demóstenes saiu do partido, mas deixou um bom prejuízo de imagem. Em processo de redução de quadros desde 2003, o DEM sofreu um forte abalo em 2010 quando seu único governador, José Roberto Arruda (DF), caiu, acusado de corrupção. Em 2011, a legenda foi esvaziada com a migração de 22 parlamentares para o PSD, criado pelo prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. Ao DEM, portanto, só resta tentar usar a CPML para, quando der, atacar o PT e o governo. E, dependendo dos desdobramentos, que podem resultar até na cassação de Demóstenes, tentar recuperar sua cadeira no Senado.

Um pouco menos enfraquecido, o PSDB segue a mesma linha. O partido já conta o prejuízo causado pela relação próxima de Cachoeira com Perillo. Uma possível fonte de constrangimentos que DEM e PSDB podem explorar contra o governo são as ligações de Cachoeira com a Delta Construções (leia na página 36), empreiteira com o maior número de obras no Programa de Aceleração do Crescimento. Outra brecha para a oposição são as ligações de Cachoeira com o petista Agnelo Queiroz, atual governador do Distrito Federal. Imerso numa série de outras acusações em seu governo, as súplicas de Agnelo não têm emocionado nem seu partido nem o Palácio do Planalto. Poderá haver mortos e feridos por todos os lados. Tudo é uma questão de custo e benefício na crucial preservação de imagens. ♦

Até agora, o Palácio do Planalto não se mexeu a favor ou contra a CPML. Deixou a condução com o PT

Época - 30 de abril de 2012, nº 728

TEMPO

Para saber primeiro

INVESTIGAÇÃO

O homem de Cac

Como a organização de Carlinhos Cachoeira aproveitou-se do prestígio

Andrei Melireles, Murilo Ramos
e Marcelo Rocha

A organização criminosa comandada pelo bicheiro Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, ficou conhecida até agora por sua atuação em jogos ilegais, corrupção de agentes públicos e políticos e contrabando. A intensa atividade fica clara no extenso material obtido pela polícia na investigação que resultou na Operação Monte Carlo, em 29 de fevereiro. Gravações obtidas por ÉPOCA mostram,

agora, uma nova faceta da atuação da turma. Para isso, a organização aproveitou-se da projeção e da boa imagem sustentada até então por seu integrante mais conhecido, o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO). O objetivo era tentar influenciar decisões do Sistema Judiciário.

Em fevereiro do ano passado, a Polícia Federal (PF) prendeu 19 policiais militares em Goiás durante a operação Sexto Mandamento – na *Bíblia*, “Não matarás” é o sexto dos dez mandamentos. De acordo com a investigação

da PF, os policiais faziam parte de um grupo de extermínio acusado de matar inclusive crianças, adolescentes e mulheres sem envolvimento com práticas criminosas. Alguns assassinatos foram cometidos no horário de expediente dos policiais. Os suspeitos foram levados para o presídio federal de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul.

Dias depois, em 3 de março, a situação dos policiais foi tema de uma das centenas de conversas entre Cachoeira e Demóstenes. Cachoeira pede a Demóstenes que converse com o governador



Cachoeira na Justiça

o do senador Demóstenes Torres para tentar influenciar decisões judiciais

de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), para tentar transferir os policiais para um presídio goiano. As gravações mostram que o senador da República orientou o bicheiro no procedimento para ajudar os PMs acusados de assassinato.

"Eu tava com o Ronald hoje (...) o Estado interceder através do Ronald para puxar esse pessoal pra cá pra cumprir aqui", diz Cachoeira. "Ronald" é Ronald Bicca, procurador-geral de Goiás na ocasião. Com seu conhecimento e experiência no Judiciário, Demóstenes – ex-procurador-geral do Ministério

Público (MP) de Goiás e ex-secretário da Segurança do Estado – afirma que Bicca precisaria concordar com o pedido de remoção dos presos para que ele pudesse ser levado adiante. E diz a Cachoeira que seria mais eficaz atuar no MP. "Eu já falei com a turma para dar o parecer favorável. Fica tranquilo", diz Demóstenes. Cachoeira pergunta quando aconteceria isso. Demóstenes diz que quando "assumir o moço".

Oito dias após o diálogo, Benedito Torres, irmão de Demóstenes, assumiu a Procuradoria-Geral do MP de Goiás. ►

ALIADOS
O senador Demóstenes Torres (acima, à esq.) e o bicheiro Carlinhos Cachoeira. Eles discutiram formas de conseguir decisões favoráveis na Justiça

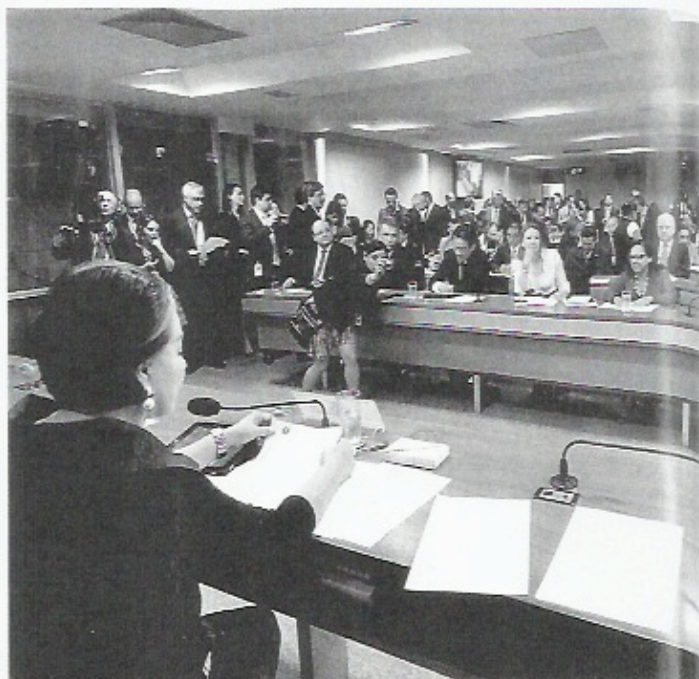
Tempo

INVESTIGAÇÃO

Benedito afirmou a *ÉPOCA* que "não daria abertura a esse tipo de tratativa". O MP afirma que "todos os pareceres da instituição foram contrários à aventada transferência". O governador Perillo diz que jamais recebeu pedidos de Demóstenes para interceder em favor dos acusados. "O governador jamais permitiria sequer ser abordado para tal propósito", disse Perillo em nota. O ex-procurador-geral Bicca disse que não foi procurado por Cachoeira ou por Demóstenes. O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, afirma que o senador Demóstenes Torres não vai comentar as acusações porque considera as gravações da Polícia Federal ilegais. A Justiça autorizou, em junho, a transferência de 15 presos para o Centro de Custódia da Polícia Militar, em Goiânia. Mais de um ano depois da prisão, apenas um dos acusados continua preso. Os outros exercem atividades administrativas na PM.

Não há, na investigação da PF, nenhuma referência a ligações da organização de Cachoeira com mortes. Ele tinha especial interesse na Polícia Militar (PM) por razões práticas. Entre os milhares de conversas captadas pela PF, há muitos diálogos de Cachoeira e de seus auxiliares com policiais civis e militares que faziam vista grossa a seus negócios ilícitos. Cachoeira usava sua influência política para nomear delegados e oficiais da PM para cargos estratégicos. A investigação da PF mostra que ele pagava propina para policiais. Ao todo, 28 policiais militares, sete civis e outros sete federais são apontados como membros da organização. Assim, Cachoeira assegurava proteção a seu império da jogatina em Goiás e na periferia de Brasília.

Desde a prisão de Cachoeira, em 29 de fevereiro, como parte da Operação Monte Carlo, ficou claro como Demóstenes conciliava sua atuação de político probo, com imagem respeitável, ao trabalho de membro destacado de uma organização criminoso, com ramificações no jogo ilegal, contrabando, evasão de divisas e corrupção de agentes públicos. O lançamento de suspeitas tão fortes, com evidências tão claras como as levantadas pela PF, tem



DOIS AMBIENTES
A CPMI do Cachoeira no Senado (no alto) e o presídio de Campo Grande (acima). Cachoeira e Demóstenes discutiram como livrar policiais do presídio. Na CPMI, Cachoeira será a principal estrela, ao lado da empreiteira Delta

o poder de mudar a percepção pública sobre uma pessoa. Há políticos que, por ser alvos frequentes de acusações, nem se abalam com novas denúncias. O caso de Demóstenes é totalmente distinto. Até o início de março, ele era um parlamentar de prestígio. Chegara à política graças à atuação como promotor e secretário de Segurança de Goiás. Em nove anos como senador, construiu uma sólida imagem de inimigo da corrupção, campeão de projetos de endurecimento de leis de combate ao crime e pela atuação em temas constitucionais. Em 2010, foi o relator da Lei da Ficha Limpa, uma iniciativa que vai dificultar a sobrevivência de políticos com problemas com a lei.

Demóstenes foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, uma das mais importantes da Casa. É a CCJ que sabatina e aprova (ou rejeita) magistrados indicados pela Presidência da República para ocupar vagas no Supremo Tribunal Federal (STF), no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Superior Tribunal Militar (STM) e para o cargo de procurador-geral da República. A posição abriu portas para Demóstenes nos mais altos escalões do Judiciário. Ele passou a ser um dos parlamentares de maior prestígio entre juí-

zes e ministros de tribunais superiores. Passou a frequentar seus gabinetes para discutir questões constitucionais e federativas. Como membro da comissão de Orçamento, Demóstenes dedicou especial atenção às verbas destinadas ao Judiciário. Tornou-se o principal interlocutor do Ministério Público Federal (MPF) na comissão e brigava para destinar recursos ao MPF.

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, foi um dos magistrados que mantiveram relacionamento próximo com Demóstenes. Eles se conheceram há cerca de dez anos. Gilmar e Demóstenes discutiram várias vezes temas relacionados ao Judiciário. Um deles foi uma Proposta de Emenda Constitucional para reforçar o papel da

Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Encontraram-se algumas vezes também em eventos sociais. "Até o dia em que vieram a público os fatos em torno do senador Demóstenes, autoridades públicas se relacionavam com naturalidade com o referido senador", afirmou o ministro Gilmar Mendes em nota. "Até então o senador era credor da respeitabilidade de que desfrutava". Recentemente, antes do conhecimento público dos relacionamentos paralelos de Demóstenes, o ministro César Asfor Rocha, do STJ, foi homenageado num jantar na casa de Gilmar. Entre os convidados de Asfor estava Demóstenes.

A boa fama e os relacionamentos de Demóstenes com pessoas influentes no Judiciário, sabe-se agora, eram vistos como um bem precioso por Cachoeira. Num diálogo de quatro minutos, no

dia 16 de agosto do ano passado, Cachoeira e Demóstenes falam sobre a queda de Wagner Rossi (PMDB) do Ministério da Agricultura, sobre o ex-ministro José Dirceu (PT), até chegar à Companhia Energética de Goiás (Celg). Na conversa, Demóstenes comemora com Cachoeira uma decisão do ministro Gilmar Mendes, considerada favorável à Celg. "Conseguimos

puxar aqui para o Supremo uma ação da Celg aí. Viu?", diz Demóstenes. "O Gilmar mandou buscar, deu repercussão geral pro trem aí."

No dia anterior, o ministro Gilmar decidira que o STF era o órgão competente para julgar uma disputa em que a Celg reclama indenização de R\$ 1,2 bilhão da União, da Eletrobras e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O processo estava na Justiça Federal de Goiás, mas advogados da Celg recorreram ao Supremo por entender que o tribunal era o foro adequado. Gilmar aceitou os argumentos da Celg. "Há patente conflito federativo", afirma Gilmar em sua decisão. Ele afirmou a ÉPOCA que seguiu a jurisprudência do Supremo e que não foi procurado por

A mensagem

Para você

Não há organizações criminosas que não tentem se infiltrar para obter decisões favoráveis na Justiça

Para o país

As tentativas de influir nas decisões da Justiça precisam ser investigadas e punidas

PRÓXIMAS TURMAS

APG

AMANA-KEY

PROGRAMA DE
GESTÃO AVANÇADA



COM:

OSCAR MOTOMURA

EQUIPE E
CONVIDADOS

EM SÃO PAULO

APG SÊNIOR/MIDDLE
14 a 18 de MAIO

APG SÊNIOR/MIDDLE
18 a 22 de JUNHO

INSCRIÇÕES:

www.amana-key.com.br

0800 770 2328



AMANA-KEY



NOVA DENÚNCIA

O governador de Goiás, Marconi Perillo. Alvo de suspeitas por ligações com Cachoeira e de receber propina, ele pediu para ser investigado pela Procuradoria-Geral da República

Demóstenes para tratar do assunto. Não há sinais de que as investidas de Demóstenes nos tribunais superiores tenham dado qualquer tipo de resultado. Mas a investigação da PF deixa claro que ele tentava usar seu prestígio no Judiciário para tentar favorecer os interesses da quadrilha de Cachoeira.

A sofisticação dos relacionamentos de Demóstenes se espelhava também por seus gostos pessoais. Demóstenes é conhecido no Congresso como um grande apreciador de vinhos e dono de uma admirada adega. As gravações da Operação Monte Carlo revelam que Demóstenes compartilhava o gosto por vinhos caros com Cachoeira. Num dos diálogos interceptados pela PF, Gleyb Ferreira, um dos auxiliares de Cachoeira, informa a Demóstenes os preços de cinco garrafas de vinho: duas, de determinado tipo, custavam US\$ 2.950 cada uma; as outras três, de outro tipo, saíam por US\$ 2.750 cada uma. Demóstenes autorizou a compra e pediu para debitar no cartão do "amigo deles". No dia 16 de agosto, Gleyb comenta com Geovani, outro comparsa de Cachoeira, que Demóstenes autorizara a compra de cinco garrafas e que cada uma delas custava R\$ 30 mil no Brasil. Em outra conversa, Cachoeira testa os

conhecimentos de Demóstenes na área, ao dizer que tomava o vinho "Purple Angel". "Você conhece?", diz Cachoeira. Demóstenes afirma: "É um vinho com rótulo meio azulado". O Purple Angel é um vinho chileno, produzido com uvas carmenère.

Na semana passada, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigará Cachoeira e suas ramificações iniciou seus trabalhos. Além de Cachoeira e Demóstenes, um dos principais alvos de disputa será a construtora Delta. Na semana passada, a empreiteira perdeu contratos com a Petrobras. O governador de Goiás, Marconi Perillo, decidiu não esperar ser envolvido na CPI. Pediu para ser investigado pela Procuradoria-Geral da República, após o site do jornalista Mino Pedrosa ter divulgado que um enviado de Cachoeira entregara um pacote com R\$ 500 mil a

As gravações revelam que Demóstenes e Cachoeira trocavam impressões sobre vinhos caros

Perillo no Palácio das Esmeraldas, sede do governo goiano. "É uma denúncia irresponsável, leviana, inverídica e despropositada", diz Perillo. Outro governador investigado por envolvimento com Cachoeira é Agnelo Queiroz (PT), do Distrito Federal.

Em paralelo à CPI, Demóstenes enfrentará um processo no Conselho de Ética do Senado. Sua cassação é dada como certa. O relator da matéria, o senador Humberto Costa (PT-PE), diz que não usará as gravações da PF. Costa quer blindar seu relatório das investidas dos advogados de Demóstenes, que tentam anular, na Justiça, a validade das gravações da PF. Se elas forem a base da acusação do Conselho, Demóstenes pode escapar. Os senadores planejam cassar Demóstenes por quebra de decoro parlamentar. Em seu discurso na tribuna do Senado, ele disse que era apenas amigo de Cachoeira. A realidade mostra o contrário.

Na semana passada, Demóstenes passou rapidamente pelo plenário do Senado. Como acontece desde o início do escândalo, foram momentos constrangedores. Apesar das disputas políticas inflamadas, o plenário é, em geral, um ambiente de camaradagem entre iguais. Os senadores se cumprimentam, se abraçam e conversam animadamente. Quando algum é fulminado por um escândalo, e não conta com apoio político forte, cai num limbo. No tempo que Demóstenes passou no plenário, poucos o cumprimentaram. Alguns evitaram fazer isso, com receio dos olhares indiscretos das câmeras. O prestígio e a imagem respeitável que Demóstenes Torres desfrutava esvaneeceram-se. ◆

Época - 09 de Julho de 2012, nº 738



TRAPAÇA

Um novo livro diz que todos temos um lado Demóstenes Torres

CHANTAGEM

A pressão do governador do Amazonas na eleição de Manaus

LIXO ZERO

Nossa repórter ficou um mês sem jogar nada fora

COLUNISTAS

Felipe Patury admira o regime do presidente da Câmara
Ruth de Aquino celebra a decisão do Senado pelo fim do voto secreto
Eugênio Bucci lamenta o início do horário eleitoral nada gratuito



ÉPOCA

www.epoca.com.br

A PARTÍCULA DE DEUS

A Criação de Adão, de Michelangelo, sobre a imagem que comprova a existência do bóson de Higgs

REPORTAGEM ESPECIAL

O Universo, Deus e você

Como entender a maior descoberta da ciência em décadas - e seu sentido para a compreensão do cosmo, a crença religiosa e a vida

"A exploração dos mistérios da natureza é um ato de devoção espiritual", escreve o físico **Marcelo Gleiser**

"A ciência básica de hoje é a tecnologia de amanhã", diz **Andre Sznajder**, o brasileiro que participou da pesquisa

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA
9 JULHO 2012 | R\$ 7,90 | R\$ 5,90

IDEIAS

Para entender melhor

SOCIEDADE

SOMOS TOD

Um novo livro afirma que temos algo em comum com os grandes impostores da política e dos negócios. Por que cedemos à trapaça – e o que podemos fazer para evitá-la

Daniilo Venticinque

O PATOLÓGICO

Trapaçei e faria de novo

Demóstenes Torres

Senador

Enquanto defendia secretamente os interesses do contraventor Carlinhos Cachoeira, o senador Demóstenes Torres construiu uma fama de baluarte da ética com discursos inflamados nas investigações do mensalão. Mesmo depois de ser desmascarado por gravações, continua afirmando sua inocência

Bernard Madoff

Investidor

Com uma carreira dedicada à administração de fundos de investimentos, o americano Bernard Madoff era um dos homens mais respeitados de Wall Street. Em 2008, ele confessou que operava um esquema de pirâmide desde os anos 1990. A fraude, considerada a maior da história do mercado financeiro, causou um prejuízo superior a US\$ 60 bilhões



Fotos: Foto Senalag, Estado, AFP Photo/Don Emmert e divulgação/TV Globo

OS TRAPACEIROS

Desde o início, atesto minha inocência." A frase foi dita num discurso pelo senador Demóstenes Torres (sem partido - GO) antes que o pedido de cassação de seu mandato fosse encaminhado ao Senado. Mas não causaria estranhamento na voz de qualquer um dos grandes trapaceiros da história. Acusado de envolvimento com o bicheiro Carlinhos Cachoeira, ele seguiu a regra clássica de quem é pego na trapaça: dizer-se inocente até o fim e, se possível, acreditar nisso. Para provar quanto a prática é antiga, basta lembrar outro Demóstenes – o político grego (384-322 a.C.), que, acusado de distribuir e receber propinas, morreu sem admitir sua culpa. Seu contemporâneo, o filósofo Diógenes de Sínope (412-321 a.C.), andava pelas ruas com uma lamparina, dizendo estar à procura de um homem honesto. Não há notícias de que o tenha encontrado. ►

O VINGATIVO

Trapaceei porque eles merecem

Nina, de Avenida Brasil

Empregada

Abandonada no lixão pela vida Carminha, que roubou todo o dinheiro de seu pai, a personagem de Débora Falabella voltou em busca de vingança. Para concretizar seu objetivo, arruinar a vida de Carminha, se infiltrou na casa da rival como empregada, fez alianças com outros vilões e não teme recorrer a um repertório amplo de golpes e trapaças.

Diego Maradona

Jogador de futebol

Reconhecido como um dos melhores jogadores de todos os tempos, o argentino entrou para a história ao marcar um gol de mão contra a Inglaterra, nas quartas de final da Copa do Mundo de 1986. A justificativa dada para a trapaça foi a intensa rivalidade entre os dois países, causada pela vitória inglesa na Guerra das Malvinas.



Ideias

SOCIEDADE

A trapaça originou-se muito antes da Grécia Antiga. Em seu livro *O gene egoísta*, o biólogo Richard Dawkins afirma que a desonestidade é um comportamento incentivado pela seleção natural. O desejo de levar vantagem sobre nossos semelhantes nos torna mais aptos a sobreviver. Desde que o segundo homem das cavernas roubou a primeira pedra lascada – para a indignação do primeiro homem das cavernas –, os genes da trapaça prosperaram entre os homens. Os honestos, aos poucos, foram se tornando tão escassos que nem a lamparina de Diógenes conseguia encontrá-los. A tendência natural do homem para a trapaça é tão difundida entre os teóricos que o cientista Edward O. Wilson, um dos poucos a dizer que somos altruístas por natureza, foi contestado numa carta que 130 biólogos renomados enviaram à revista *Nature* com questionamentos aos resultados das pesquisas divulgados

em seu livro recente, *The social conquest of Earth* (A conquista social da Terra).

Embora nossa natureza trapaceira seja quase um consenso, o mecanismo da trapaça é objeto de discussões. Segundo o modelo tradicional de custo-benefício, toda vez que nos encontramos numa situação em que a trapaça é possível, calculamos intuitivamente se os benefícios que teríamos justificam o risco de sermos pegos. E então decidimos se vale a pena estacionar naquela vaga proibida, tentar driblar a Receita Federal ou baixar aquela música na internet. Apesar de lógico, esse modelo deixa de fora um fator importante: nosso desejo de parecer honestos, para os outros e para nós mesmos. Mesmo que seja para ter o direito de reclamar das trapaças dos outros, como faz o senador Demóstenes e como fazia sua contraparte grega há dezenas de séculos.

Em seu livro *A mais pura verdade sobre a desonestidade* (Elsevier, 260 páginas, R\$ 69,90), o psicólogo israelense Dan Ariely propõe uma nova explicação para o funcionamento da trapaça. Autor dos best-sellers científicos *Previsivelmente irracional* e *Positivamente irracional*, que exploram a irracionalidade de alguns aspectos do comportamento humano, Ariely sugere um modelo mais passional e menos calculista que a análise de custo-benefício. Segundo ele, são poucos os trapaceiros patológicos, capazes de seguir seus impulsos toda vez



5 FATORES

que nos fazem trapacear mais

Cair na pirataria

As pessoas que usam produtos falsificados tendem a ser mais desonestas em outros aspectos da vida. O sucesso desse pequeno deslize nos torna propensos a articular deslizes maiores

Ser maltratado

Para quem sente que não foi respeitado, a desonestidade pode ser uma revanche. Quem não é bem tratado por um vendedor raramente devolve o dinheiro se ele errar o troco para mais

Dar asas à criatividade

Além de ter uma tendência a questionar regras, as pessoas cujas profissões exigem criatividade são melhores para inventar desculpas e para bolar maneiras de desobedecer às leis

Fazer o bem para outros

Quando o ato desonesto beneficia outros além do trapaceiro, trapacear fica ainda mais fácil. O mal-estar da trapaça é compensado pela sensação de fazer o bem

Lidar com valores virtuais

Ver alguém cometer um ato desonesto aumenta muito as chances de fazermos o mesmo naquela situação. É a regra do "todo mundo faz", que já entrou para o folclore da política brasileira



Luiz Inácio Lula da Silva

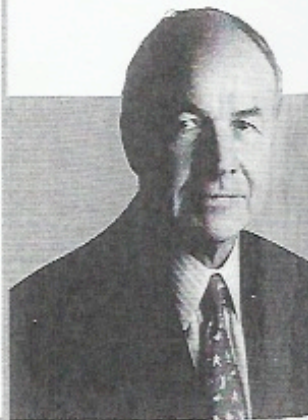
Ex-presidente

Em 2005, numa entrevista ao *Fantástico* sobre o escândalo do mensalão e as suspeitas de que ele usara caixa dois em sua campanha para a Presidência, o então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, eternizou uma das mais célebres desculpas da história da política nacional: ele e seu partido haviam feito somente o que "todo mundo faz"

Kenneth Lay

Presidente da Enron

Um dos maiores escândalos de corrupção dos Estados Unidos, as fraudes contábeis da empresa de energia Enron, começou com a maquiagem dos resultados apresentados para investidores. Era uma prática até então usual no mercado. Sob a liderança de Kenneth Lay (1942-2006), as trapaças se acumularam e ficaram maiores, até levar a empresa ao colapso



MARIA VAI COM AS OUTRAS

Trapaceei porque todo mundo faz



5 ATITUDES

que nos tomam
mais honestos

Dar sua palavra

É antiquado, mas funciona. Assinar um termo de responsabilidade ou se comprometer a seguir um código de ética é um bom lembrete mental para evitar a tentação da trapaça.

Ter fé

Discursos e símbolos religiosos nos tomam menos propensos à trapaça, por estar associados à boa conduta. Não é por acaso que a música gospel é pouco atingida pela pirataria.

Criar uma cultura de honestidade

Quando a desonestidade é malvista e há poucos maus exemplos a seguir, trapaçar fica mais difícil. Isso explica por que a trapaça é mais difundida em alguns países.

Manter a tranquilidade

Como a trapaça é uma tendência natural, ser honesto exige esforço. Evitar o cansaço mental ajuda a manter a compostura diante de uma oportunidade de trapaçar.

Contratar fiscais desinteressados

Trapaçamos menos quando somos fiscalizados. Mas os fiscais precisam ser isentos. Quanto maior o contato deles com quem fiscalizam, maiores as chances de que todos calam na trapaça.

que se voem em condições de levar vantagem sobre os outros de forma ilícita. Em compensação, todos nós somos capazes de pequenas trapaças ocasionais e acumulamos algumas vantagens ao longo dos anos, sem que sejamos obrigados a encarar nossa desonestidade. Trapaceamos aqui e ali. Mas, como seguimos as regras na maior parte do tempo, continuamos nos achando honestos. Há, dentro de cada um de nós, um pequeno Demóstenes, que permanece dormente, mas mostra as garras de tempos em tempos.

Para quem se acostumou a executar os grandes trapaçeiros sem colocar em dúvida a própria honestidade, a ideia causa indignação. "Pensei em chamar meu livro de 'Por que todos são um pouco desonestos, menos você', mas achei que as pessoas precisavam refletir sobre seu comportamento", disse Ariely a ÉPOCA. "O fato de nos considerarmos honestos mostra como a trapaça ocorre de forma irracional e quão pouco conhecemos nossas personalidades." A seu convite, decidi fazer um breve e vexatório exame de consciência. Até a chegada do iTunes ao Brasil, meu computador era repleto de músicas de procedência duvidosa. Na escola e na faculdade, participei de pequenas e inocentes fraudes acadêmicas ao lado de meus colegas. Menti algumas vezes para minhas namoradas (todas, menos a atual), nem sempre por motivos nobres. Os pontos em minha cartei-

ra de motorista denunciavam desobediências ocasionais às leis de trânsito. Por sinal, consegui a habilitação em circunstâncias inusitadas: o examinador me confundiu com um dos inúmeros alunos que haviam comprado a carteira, e confesso não ter me esforçado muito para convencê-lo do contrário. Acabei fazendo uma prova muito mais fácil do que esperava. Apesar desses deslizes, não me considero uma pessoa desonesta nem perdi a capacidade de me indignar diante de grandes trapaças. O que explicaria essa atitude?

Como resposta a essa pergunta, Ariely propõe o que chama de "regra dos 15%". Segundo ele, pessoas comuns tendem a trapaçar em 15% das oportunidades. Elas se sentem mais à vontade quando a trapaça rende pequenas recompensas, não grandes vantagens. É mais fácil manter uma imagem honesta de si mesmo sem desprestigiar os ▶

DESPREZANDO
Trapaceei, mas não foi bem uma trapaça



Richard Nixon

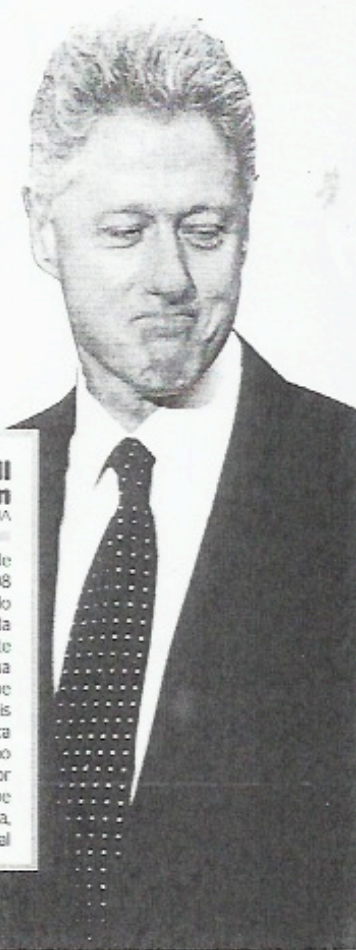
Ex-presidente dos EUA

Mesmo depois de renunciar durante as investigações do escândalo Watergate, que revelaram um grampo ilegal feito sob seu comando num comitê de campanha democrata em 1972, o presidente americano Richard Nixon (1913-1994) não admitiu o erro. O máximo que fez foi dizer, em 1977, que "quando o presidente faz algo, aquilo deixa de ser ilegal".

Bill Clinton

Ex-presidente dos EUA

Ameaçado de impeachment em 1998 devido a um escândalo sexual no Salão Oval da Casa Branca, o presidente americano complicou sua situação ao negar que mantivera relações sexuais com a estagiária Monica Lewinsky. A definição de sexo adotada por Clinton e por sua equipe de advogados excluía, oportunamente, o sexo oral.



Ideias

SOCIEDADE

instintos trapaceiros. Ariely chegou à regra depois de repetir uma série de experimentos sociais em diferentes países. No experimento mais simples, os voluntários eram convidados a resolver uma série de problemas de matemática e avisados de que receberiam um bônus em dinheiro para cada resposta certa. Candidatos cujas provas eram verificadas e corrigidas por um professor resolviam, em média, quatro de cada dez exercícios, ganhando um total de US\$ 4. Noutro grupo, os professores davam aos candidatos uma folha de resultados para conferir suas próprias respostas e, em seguida, dizer quantas perguntas acertaram. A média de acertos – e de ganhos – subiu para quase seis. Alguns trapaceavam muito, mas a maioria se sentia satisfeita com uma pequena dose de desonestidade. “Conseguimos nos sentir bem conosco quando dirigimos a uma velocidade 15% acima do limite

de velocidade, ou quando pagamos 15% a menos do que deveríamos no Imposto de Renda, ou até mesmo quando comemos 15% a mais do que planejávamos numa dieta”, afirma Ariely.

Para o economista e filósofo Eduardo Giannetti, autor do livro *Autoengano*, nossa tendência a esconder de nós mesmos essas pequenas falhas pode ser explicada pela influência da seleção natural na maneira como nos comportamos. “O trapaceiro que engana a si mesmo é mais eficiente que o trapaceiro que age de caso pensado”, afirma Giannetti. “Cada pessoa é desonesta num grau diferente, mas, quando conseguimos nos convencer de que somos honestos apesar dessas pequenas trapaças, é muito mais fácil convencer os outros de que somos honestos.”

Numa situação normal, sem grandes estímulos à trapaça, nossos mecanismos de autoengano funcionam bem quando seguimos a regra dos 15%. Mas há fatores que nos tornam capazes de trapacear ainda mais sem manchar nossa boa imagem. Nossas pequenas trapaças se tornam maiores quanto menor for o esforço para explicá-las de modo racional. Nos ex-

perimentos feitos por Ariely, os níveis de trapaça aumentavam muito quando as pessoas viam outros trapaceiros em ação – é a desculpa do “todo mundo faz”, eternizada na política brasileira pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois de ser acusado no escândalo do mensalão de usar caixa dois em sua campanha na eleição de 2002. Ou-

tro fator social que pode nos tornar mais trapaceiros é a vingança. Se, por algum motivo, nos sentimos ofendidos por alguém, as chances de sermos honestos com essa pessoa diminuem quando houver a oportunidade de trapaça. Num teste de honestidade feito num restaurante da Califórnia, 45% das pessoas avisaram o garçom e devolveram o troco quando receberam dinheiro a mais do que deveriam. Porém,

quando o garçom interrompia os pedidos para falar ao celular e não pedia desculpas ao cliente, a porcentagem diminuía para 14%. Numa escala maior, isso explica por que muitos se sentem mais à vontade para pagar menos impostos ou desrespeitar as leis do trânsito quando não estão satisfeitos com o governo. Das intrigas individuais à indignação com grandes instituições, ▶

A mensagem

Para os trapaceiros

Saber os fatores que nos levam a trapacear pode ajudar a manter o controle e impedir que os deslizos se repitam

Para os honestos

Temos uma tendência natural à trapaça. Evitar esse impulso deve ser um esforço contínuo



Herbert de Souza, o Betinho

Ativista social

Responsável pela campanha contra a fome que mobilizou o país na década de 1990, o sociólogo Betinho (1935-1997) admitiu ter recebido, em 1991, uma doação de US\$ 58 mil feita por traficantes, por intermédio de um advogado. O dinheiro foi usado por uma associação de combate à aids, que enfrentava problemas financeiros

O SANTO
Trapaceei, mas a intenção foi boa

Madre Teresa de Calcutá

Líder religiosa

Fundadora de uma organização religiosa internacional com centenas de centros de apoio a doentes e órfãos, Madre Teresa (1910-1997) foi alvo de críticas por aceitar doações de ditadores haitianos e do advogado Charles Keating, acusado de fraudes financeiras. A trapaça não a impediu de receber o Nobel da Paz, em 1979, e de ser beatificada



Fotos: Luciano Whitaker/Talipes e Tim Graham/Getty Images

Ideias

SOCIEDADE

a vingança é um combustível para a desonestidade em todas as instâncias.

Além dos fatores sociais, há características pessoais que nos tornam mais propensos à trapaça. Pessoas mais criativas tendem a trapacear mais – não só por ter mais facilidade para criar justificativas racionais para seus deslizes, mas também pela capacidade de inventar novas maneiras de quebrar as regras. Quem enfrenta vários conflitos de interesse no cotidiano tem mais chance de trapacear e, por isso, está mais ex-

posto ao risco da desonestidade. Quem trabalha em profissões estressantes também tende a ser mais desonesto. O motivo é o esgotamento: como, para manter a honestidade, é preciso fazer o esforço de conter nossas tendências desonestas, o cansaço mental enfraquece nossas defesas. No teste aplicado por Ariely com os problemas de matemática, os participantes cansados trapaceavam até 20% a mais que a média.

A importância da primeira trapaça também é grande para definir nossa ca-

pacidade de fugir dos deslizes futuros. Quem já trapaceou uma vez tem uma chance maior de repetir a mesma trapaça, muitas vezes em uma escala mais ampla. É o que Ariely chama do efeito “que se dane”. A explicação que usamos para a primeira trapaça se consolida em nossa mente, e a partir daí o conflito moral passa a ser ignorado. É um comportamento análogo ao de quem não consegue se controlar quando está de dieta. Depois do primeiro pedaço de bolo, aumenta muito a chance de ▶

Que tipo de trapaceiro você é?

Da vontade de fazer o bem ao desejo de levar vantagem a qualquer custo, há várias justificativas possíveis para pequenas trapaças. Some os pontos de cada resposta e descubra seu perfil

	A	B	C	D	E
1. Ao fazer uma compra numa loja, você percebe que recebeu troco a mais. O que você faz?	Avisa e devolve o dinheiro, não importa o valor ①	Devolve se o valor for alto. Se forem algumas moedas, deixa passar ①	Devolve se o valor for baixo. Se for alto, fica com o dinheiro ②	Se você foi bem tratado na loja, devolve. Senão, não ③	Embolsa o dinheiro sem peso na consciência ④
2. Seu carro está parado no sinal vermelho, mas a rua está vazia. O que você faz?	Espera o sinal verde. Mas, se outro carro passar no vermelho, segue atrás dele ②	Continua parado, a não ser que esteja correndo para ajudar alguém ①	Passa na hora. O vermelho é para os outros, não para você ④	Olha para os lados e passa devagar, torcendo para não ser pego ①	Passa e reclama do governo. Para que um sinal numa rua tão tranquila? ③
3. Na escola, o que o levaria a trapacear em uma prova?	Ajudar um colega que precisa tirar uma nota alta ①	Se vingar de um professor de que você não gosta ③	Conferir aquela resposta que você acha que está certa ①	Ver que todos os seus colegas também estão colando ①	Todas as anteriores. Quem precisa de motivo? ④
4. Você estacionaria seu carro num lugar proibido?	Sempre, a não ser que haja um fiscal por perto ④	Só se for rapidinho ①	Se for a única vaga, sim. Faltam estacionamentos na cidade ③	Só se for uma emergência ③	Sozinho, não. Se outros o fizerem, seguiria o exemplo ②
5. Seu vizinho tem uma rede Wi-Fi aberta. Você usaria a conexão dele?	Só se ele deixasse ①	Sempre que sua conexão falhasse ①	Depende do vizinho. Se for aquele antipático, sim ③	Cancelaria sua assinatura de internet até ele fechar a rede ③	Por que não? A vizinhança inteira está usando ④
6. Depois de jantar num restaurante, a conta chega com um valor bem menor que o correto. Você:	Avisa o garçom e paga o valor correto ①	Fala que o valor é um pouco maior, mas não diz tudo o que consumiu ①	Só paga o valor correto se achar que foi bem atendido ③	Pede a opinião de quem jantou com você e deixa que decidam ③	Paga só o que está na conta. É dever do restaurante conferir o valor ④
7. Você já baixou alguma música ilegalmente pela internet?	Sim. Todos os seus amigos baixam, por que você não baixaria? ②	Sim. As grandes gravadoras não merecem meu dinheiro ③	Só as que não conseguir encontrar em outro formato ①	Nunca. É preciso remunerar os artistas por seu trabalho ①	Sempre. Por que pagar por algo que você pode ter de graça? ④
8. Seu time marcou um gol de mão contra o maior rival. Você:	Não comemora. Vencer quebrando as regras não tem graça ①	Pensa em não gritar, mas se contagia pela alegria dos outros ②	Comemora sem pensar. O time rival merece perder sempre ③	Comemora discretamente, menos do que se o gol fosse legal ③	Comemora muito. Gol roubado é ainda mais gostoso ④

SANTO

0 a 4 pontos

Mantém uma conduta honesta na maior parte do tempo. Só foge das regras se acreditar que está fazendo o bem

REPERTINHO

5 a 12 pontos

Recorre à trapaça de vez em quando, sempre com uma explicação. Quando é pego, diz que as regras estavam erradas

MARIA VAI COM AS OUTRAS

13 a 20 pontos

Não trapaceia sozinho, mas não lhe faltam más companhias. Se todo mundo faz algo errado não vê motivo para ser honesto

VINGATIVO

21 a 27 pontos

Não tem vergonha de trapacear, mas só em nome da justiça. Se é vítima de suas trapaças, quem merece a segunda sua trapaça?

PATOLÓGICO

28 a 32 pontos

Não precisa de desculpa para trapacear – apenas de uma boa oportunidade. Se possível, uma nota de fuga